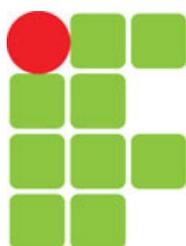




Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal do Paraná



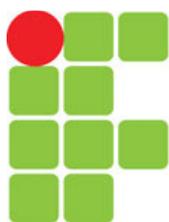
INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ

Relatório de Gestão do Exercício de 2014

Curitiba
2015



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal do Paraná



INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ

Relatório de Gestão do Exercício de 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 72/2013, da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, da Portaria TCU nº 90/2014 e das orientações do órgão de controle interno.

Curitiba
2015

REITORIA

Reitor

Irineu Mario Colombo
(01/01/14 a 31/12/14)

Pró-Reitor de Administração

Gilmar José Ferreira dos Santos
(01/01/2014 a 31/12/2014)

Pró-Reitor de Ensino

Ezequiel Westphal
(04/02/2014 a 31/12/2014)
Prof. Evandro Cantú
(01/01 a 31/01/2014)

Pró-Reitor de Extensão, Pesquisa e Inovação

Ezequiel Burkarter
(09/05/2014 a 31/12/2014)
Silvestre Labiak
(17/03/2014 a 17/04/2014)
Frederico Fonseca da Silva
(01/01/2014 a 31/01/2014)

Pró-Reitor(a) de Gestão de Pessoas

Valdinei Henrique da Costa
(03/11/2014 a 31/12/2014)
Neide Alves
(04/02/2014 a 03/11/2014)
Elcio Martens
(01/01/2014 a 31/01/2014)

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Evandro Cherubini Rolin
(03/11/2014 a 31/12/2014)
Valdinei Henrique da Costa
(04/02/2014 a 03/11/2014)
Bruno Pereira Faraco
(01/01/2014 a 31/01/2014)

Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

Fernando Cesar Kloss
(14/04/2014 a 31/12/2014)
Eduardo Liquio Takao
(01/01/2014 a 31/03/2014)

Diretoria de Educação a Distância

Fernando Roberto Amorim Souza

(04/02/2014 a 31/12/2014)

Elaine Teresa Mandelli Arns

(01/01/2014 a 04/02/2014)

Chefe de Gabinete

Izaías Costa Filho

(01/08/2014 a 31/12/2014)

Joelson Juk

(04/02/2014 a 01/08/2014)

Maria Aparecida Lang

(01/01/2014 a 01/02/2014)

DIRETORES DE CÂMPUS

Câmpus Assis Chateaubriand

Anderson Sanita

(01/01/2014 a 31/12/2014)

Câmpus Campo Largo

João Claudio Bittencourt Madureira

(04/02/2014 a 31/12/2014)

Gismar Schilive de Souza (04/10 a 31/12/2013)

Câmpus Capanema

Rodrigo Hinojosa Valdez

(27/03/2014 a 31/14/2014)

Cícero José Albano

(01/01/2014 a 25/02/2014)

Câmpus Cascavel

Luiz Carlos Eckstein

(01/01/2014 a 31/12/2014)

Câmpus Colombo

Edilomar Leonart

(06/02/2014 a 31/12/2014)

Prof. Vicente Estevam Sandeski

(01/01/2014 a 06/02/2014)

Câmpus Curitiba

Adriano Willian da Silva

(09/05/2014 a 31/12/2014)

Luiz Gonzaga Alves De Araújo

(01/01/2014 a 09/05/2014)

Câmpus Foz do Iguaçu
Roseli Bernardete Dahlem
(01/01/2014 a 31/12/2014)

Câmpus Irati
Francis Luiz Baranoski
(01/01/2014 a 31/12/2014)

Câmpus Ivaiporã
Onivaldo Flores Junior
(01/01/2014 a 31/12/2014)

Câmpus Jacarezinho
Gustavo Villani Serra
(04/02/2014 a 31/12/2014)
Arife Amaral Melo
(01/01/2014 a 04/02/2014)

Câmpus Jaguariaíva
Aline Renée Benigno dos Santos
(21/05/2014 a 31/12/2014)
Fernando Roberto Amorim Souza
(01/01/2014 a 04/02/2014)

Câmpus Londrina
Amir Limana
(04/02/2014 a 31/12/2014)
Marcelo Estevam
(01/01/2014 a 04/02/2014)

Câmpus Palmas
Luciano Martignoni
(04/07/2014 a 31/12/2014)
Ivania Marini Piton
(01/01/2014 a 06/02/2014)

Câmpus Paranaguá
Roberto Teixeira Alves
(01/01/2014 a 31/12/2014)

Câmpus Paranavaí
José Barbosa Dias Junior
(01/01/2014 a 31/12/2014)

Câmpus Pinhais
Marcelo Camilo Pedra
(18/03/2014 a 31/12/2014)
Paulo Tetuo Yamamoto
(01/01/2014 a 06/02/2014)

Câmpus Pitanga

*Narciso Américo Franzin
(01/01/2014 a 31/12/2014)*

Câmpus Telêmaco Borba

*Karina Mello Bonilaure
(01/01/2014 a 31/12/2014)*

Câmpus Umuarama

*Alan Rodrigo Padilha
(15/12/2014 a 31/12/2014)
Odacir Antonio Zanatta
(01/01/2014 a 15/12/2014)*

Câmpus União da Vitória

*Patricia Cambrussi Bortolini
(01/01/2014 a 31/12/2014)*

Câmpus Avançado de Astorga

*Jackeline Tiemi Guinoza Siraichi
(07/08/2014 a 31/12/2014)*

Câmpus Avançado de Barracão

*Valdenir Iotti
(02/07/2014 a 31/12/2014)*

Câmpus Avançado de Coronel Vivida

*Antônio Ferreira
(20/06/2014 a 31/12/2014)*

Câmpus Avançado de Goioerê

*Julyana Salette Biavatti
(02/07/2014 a 31/12/2014)*

Câmpus Avançado de quedas do Iguaçu

*Kleber Augusto Michalichem
(18/07/2014 a 31/12/2014)*

COORDENAÇÃO:

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

CONSOLIDAÇÃO:

Diretoria de Informações Institucionais
Coordenação de Informações Institucionais e Estatísticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO.....	18
1.1 Identificação da unidade jurisdicionada	18
1.1.1 Relatório de Gestão Individual.....	18
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	20
1.3 Organograma Funcional.....	22
1.4 Macroprocessos finalísticos	42
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	70
2.1 Estrutura de Governança	70
2.2 Atuação da unidade de auditoria interna	71
2.3 Sistema de Correição.....	72
2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	72
2.5 Remuneração Paga a Administradores.....	74
2.5.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	74
2.5.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos	74
2.5.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos	74
2.5.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores.....	74
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	75
3.1 Canais de Acesso ao Cidadão	75
3.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	79
3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços.....	80
3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada	82
3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada.....	82
3.6 Medidas Relativas à acessibilidade	87
4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO.....	88
4.1 Informações o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada.....	88
5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	92
5.1 Planejamento da unidade.....	92
5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	100
5.2.1 Programa Temático.....	100
5.2.1.1 Análise Situacional.....	101
5.2.2 Objetivo	101
5.2.2.1 Análise Situacional.....	102
5.2.3 Ações	102
5.2.3.1 Ações - OFSS	102
5.2.3.2 Ações/Subtítulos - OFSS.....	102
5.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados - OFSS.....	115
5.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento - OI.....	120
5.2.3.5 Análise Situacional.....	120
5.3 Informações sobre outros resultados da gestão	121
5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional.....	121
5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços.....	125
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	126
6.1 Programação e Execução das despesas	126
6.1.1 Programação das despesas	126
6.1.1.1 Análise Crítica	127

6.1.2	Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	127
6.1.2.1	Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	127
6.1.2.2	Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa.....	129
6.1.3	Realização da Despesa.....	130
6.1.3.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.....	130
6.1.3.2	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ.....	131
6.1.3.3	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total.....	132
6.1.3.4	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ.....	134
6.1.3.5	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	137
6.1.3.6	Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	138
6.1.3.7	Análise crítica da realização da despesa.....	140
6.2	Despesas com ações de publicidade e propaganda.....	140
6.3	Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	140
6.3.1	Análise Crítica.....	140
6.4	Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	141
6.4.1	Análise Crítica.....	142
6.5	Transferências de Recursos.....	142
6.5.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	143
6.5.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	144
6.5.3	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse.....	145
6.5.4	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	146
6.5.5	Análise Crítica.....	147
6.6	Suprimento de Fundos.....	148
6.6.1	Concessão de Suprimento de Fundos.....	148
6.6.2	Utilização de Suprimento de Fundos.....	149
6.6.3	Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos.....	150
6.6.4	Análise Crítica.....	152
6.7	Renúncias sob a Gestão da UJ.....	153
6.7.1	Benefícios Financeiros e Creditícios.....	153
6.7.1.1	Benefícios Financeiros e Creditícios – Quantificação.....	153
6.7.1.2	Benefícios Financeiros e Creditícios – Análise Crítica.....	153
6.7.2	Renúncias Tributárias.....	153
6.7.2.1	Renúncias Tributárias sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela UJ - Identificação.....	153
6.7.2.2	Valores Renunciados e Contrapartida.....	153
6.7.2.3	Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário.....	153
6.7.2.4	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia.....	153
6.7.2.5	Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária.....	153
6.7.2.5.1	Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas.....	153
6.7.2.5.2	Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas.....	153
6.7.2.6	Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária.....	153
6.7.2.7	Prestações de Contas de Renúncia de Receitas.....	153
6.7.2.8	Comunicações à RFB.....	154
6.7.2.9	Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas.....	154
6.7.2.10	Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal.....	154
6.7.2.11	Fiscalizações Realizadas pela RFB (Exclusivo para a UJ RFB).....	154
6.7.2.12	Renúncia Tributária – Análise Crítica.....	154

6.8	Gestão de Precatórios.....	154
6.8.1	Requisições e Precatórios da Administração Direta	154
6.8.2	Requisições e Precatórios da Administração Indireta.....	154
6.8.3	Análise Crítica	154
7.	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	155
7.1	Estrutura de pessoal da unidade	155
7.1.1	Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	155
7.1.2	Qualificação e capacitação da Força de Trabalho.....	157
7.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	158
7.1.4	Irregularidades na área de pessoal	159
7.1.4.1	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	159
7.1.4.2	Terceirização Irregular de Cargos	159
7.1.5	Riscos identificados na gestão de pessoas	159
7.1.6	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	160
7.2	Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários	162
7.2.1	Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância	162
7.2.2	Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	163
7.2.3	Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2.....	163
7.2.4	Contratação de Estagiários.....	164
8.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	164
8.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	165
8.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário	170
8.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	170
8.2.2	Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional	171
8.2.3	Imóveis Funcionais da União sob-responsabilidade da UJ.....	172
8.2.4	Análise Crítica.....	174
8.3	Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	174
9.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	175
9.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	175
10.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	179
10.1	Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	180
11.	ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.....	181
11.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU.....	181
11.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	181
11.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	184
11.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI).....	185
11.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	185
11.2.2	Recomendações do Órgão de Controle Interno pendentes de atendimento ao final do exercício.	203
11.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	223
11.3.1	Situação do cumprimento das obrigações impostas pela lei 8730/93.....	223
11.3.2	Situação do cumprimento das obrigações	223
11.4	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	224
11.5	Alimentação SIASG E SICONV.....	225
12.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	226
12.1	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	226
12.2	Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas	228
12.3	Conformidade Contábil	228

12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	229
12.4.1 Declaração Plena	230
12.4.2 Declaração com Ressalva.....	231
12.5 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.....	231
12.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976	231
12.7 Composição Acionária das Empresas Estatais	231
12.7.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida	231
12.7.2 Composição Acionária da UJ como Investidora	231
12.8 Relatório de Auditoria Independente.....	231
13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	231
13.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	231
65 INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFETS).....	232
65.1 Indicadores de Gestão das IFET nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005	232
65.1.1 Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão das IFET	234
65.2 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio	234

LISTA DE QUADROS:

Quadro - A.1.1.1. – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	18
Quadro - A.1.4 – Macroprocessos Finalístico	44
Quadro A. 2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	72
Quadro A. 2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	100
Quadro A.5.2.2 – Objetivo fixado pelo PPA.....	101
Quadro A.5.2.2 – Objetivo fixado pelo PPA.....	102
Quadro A.5.2.3.2.1 – Ação/Subtítulos – OFSS	103
Quadro A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS.....	115
Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas.....	126
Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	127
Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa.....	129
Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Totais	130
Quadro A.6.1.3.2 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários.....	131
Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Totais	132
Quadro A.6.1.3.4 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários.....	134
Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	137
Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	138
Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	141
Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	144
Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.	145
Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	146
Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos.....	148
Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos.....	149
Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	151
Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ.....	155
Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva	156

Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ.....	157
Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal.....	158
Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	162
Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	163
Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários	164
Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	170
Quadro A.8.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob-responsabilidade da UJ	172
Quadro A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	174
Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014.....	175
Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental	180
Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	181
Quadro A.11.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno	185
Quadro A.11.2.2 – Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	203
Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	223
Quadro A.11.4 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014.....	224
Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....	225
Quadro A.12.4.1 – Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis	230
Quadro B.65.1 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005	233

Itens não contemplados porque não se aplicam à realidade da UJ:

- 1.1.2 Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado - Quadro A.1.1.2
- 1.1.3 Identificação – Relatório de Gestão Agregado - Quadro A.1.1.3
- 1.1.4 Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado - Quadro A.1.1.4
- 1.3 Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas - Quadro A.1.3
- 2.5 Remuneração Paga a Administradores
- 2.5.2 Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal - Quadro A.2.5.2
- 2.5.3 Síntese da Remuneração dos Administradores - Quadro A.2.5.3
- 2.5.4 Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores - Quadro A.2.5.4
- 5.2.3.1 Ações – OFSS – Quadro A.5.2.3.1
- 5.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento – OI – Quadro A.5.2.3.4
- 5.4 Indicadores de Desempenho - Quadro A.5.4
- 5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços – Quadro A.5.5
- 6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda – Quadro A.6.2
- 6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos – Quadro A.6.3
- 6.7 Renúncias sob a Gestão da UJ
- 6.7.3 Benefícios Financeiros e Creditícios
- 6.7.3.6 Benefícios Financeiros e Creditícios – Quantificação - Quadro A.6.7.1.1
- 6.7.3.7 Benefícios Financeiros e Creditícios – Análise Crítica
- 6.7.4 Renúncias Tributárias
- 6.7.4.6 Renúncias Tributárias sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela UJ - Identificação - Quadro A.6.7.2.1
- 6.7.4.7 Valores Renunciados e Contrapartida - Quadro A.6.7.2.2
- 6.7.4.8 Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário - Quadro A.6.7.2.3
- 6.7.4.9 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia - Quadros A.6.7.2.4.1 e A.6.7.2.4.2
- 6.7.4.10 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária
- 6.7.4.10.1 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas - Quadro A.6.7.5.2.1
- 6.7.4.10.2 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas - Quadro A.6.7.2.5.2
- 6.7.4.11 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária - Quadro A.6.7.2.6
- 6.7.4.12 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas - Quadro A.6.7.2.7
- 6.7.4.13 Comunicações à RFB - Quadro A.6.7.2.8
- 6.7.4.14 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas - Quadro A.6.7.2.9
- 6.7.4.15 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal - Quadro A.6.7.2.10
- 6.7.4.16 Fiscalizações Realizadas pela RFB (Exclusivo para a UJ RFB) - Quadro A.6.7.2.11
- 6.7.4.17 Renúncia Tributária – Análise Crítica
- 6.8 Gestão de Precatórios
- 6.8.1 Requisições e Precatórios da Administração Direta – Quadro A.6.8.1
- 6.8.2 Requisições e Precatórios da Administração Indireta – Quadro A.6.8.2
- 6.8.3 Análise Crítica
- 7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos – Quadro A.7.1.4.2

- 8.2.2 Imóvel Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional
- 8.2.2.1 Imóvel Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional
 - Quadro A.8.2.2.1
- 8.2.2.2 Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ
 - Quadro A.8.2.2.2
- 11.1.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício - Quadro A.11.1.2
- 12.4.2 Declaração com ressalva – Quadro A.12.4.2
- 12.5 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008
- 12.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976
- 12.7 Composição Acionária das Empresas Estatais
- 12.7.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida – Quadro A.12.7.1
- 12.7.2 Composição Acionária da UJ como Investidora – Quadro A.12.7.2
- 12.8 Relatório de Auditoria Independente
- 65.2 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio – Quadro B.65.2

Lista de Siglas

ABDES – Agência Brasileira de Desenvolvimento Econômico e Social
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AUDIN – Auditoria Interna
CDTIC – Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação e Comunicação
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGB – Coordenação Geral de Bibliotecas
CGSA – Coordenação Geral de Secretarias Acadêmicas
CGSI – Comitê Gestor de Segurança da Informação
CGU – Controladoria-Geral da União
CNAE – Cadastro Nacional de Classificação Econômica
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODIC – Colégio de Dirigentes do Câmpus
CODIR – Colégio de Dirigentes
CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
COMEC – Comitê Estratégico Central
CONSAP – Conselho de Administração e Planejamento
CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUP – Conselho Superior
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
DAES – Diretoria de Assuntos Educacionais e Atividades Especiais
DBR – Declaração de Bens e Renda
DEMTEC – Diretoria de Ensino Médio e Técnico
DESUP – Diretoria do Ensino Superior e Pós-Graduação
DIEXT – Diretoria de Extensão e Políticas de Extensão
DN – Decisão Normativa
DTIC – Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
EAD – Educação a Distância
ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
ET – UFPR – Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná
FIC – Formação Inicial Continuada
FICIÊNCIAS – Feira de Inovação das Ciências e Engenharias
FIEP – Federação das Indústrias do Paraná
FORPOG – Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GR – Gabinete do Reitor
IEC – International Electrotechnical Commission (Comissão Eletrotécnica Internacional)
IF – Instituto Federal
IFPR – Instituto Federal do Paraná
IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro
JIFPR – Jogos do Instituto Federal do Paraná
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LOA – Lei Orçamentária Anual
MAF – Mostra Artística Fotográfica
MD – Ministério da Defesa
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário¹⁴
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MTUR – Ministério do Turismo
NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais e Específicas
NBCT – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
OCI – Órgão de Controle Interno
PACE – Programa de Assistência Complementar aos Estudantes
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PBIS – Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social,
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIIC – Programa Institucional de Iniciação Científica
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNE – Plano Nacional de Educação
PPA – Plano Plurianual
PPC – Projeto Pedagógico de Curso
PPI – Projeto Político Institucional
PPP – Projeto Político Pedagógico
PROAD – Pró-Reitoria de Administração
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na
Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROENS – Pró-Reitoria de Ensino
PROEPI – Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação
PROGEPE – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
REPE – Rede Educacional Pró-Empreendedorismo e Inovação
RFB – Receita Federal do Brasil

SEAP – Seção de Análise Processual
SEAF – Seção Administrativa e Financeira
SEDS – Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social
SEED – Secretaria de Estado da Educação
SEER – Seminário de Relações Étnico-Raciais
SEPIN – Seminário de Extensão, Pesquisa e Inovação
SERAC – Seção de Registro e Acompanhamento Acadêmico
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SETS – Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária
SETU – Secretaria de Estado do Turismo
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SICONV – Sistema de Convênios do Governo Federal
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contrato
SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
TAM – Termo de Acordos e Metas
TCU – Tribunal de Contas da União
UGR – Unidade Gestora Responsável
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
UNED – Unidade Educacional
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

O Instituto Federal do Paraná, instituído pela Lei 11.892 de 29 de Dezembro de 2008, descendente de escolas que se transformaram ao longo do tempo, como a Escola Alemã (século XIX), o Colégio Progresso (século XX) e a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR), apresenta aos órgãos fiscalizadores e à sociedade o relatório de suas atividades de gestão correspondente ao ano de 2014, estruturado com base na Instrução Normativa TCU nº 72/2013, Decisão Normativa TCU nº 134/2013 e Portaria TCU nº 90/2014.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a qual integra o Instituto Federal do Paraná, traz consigo uma herança centenária de ensino profissionalizante aliada ao que existe de mais ousado e inovador no que diz respeito à Educação Profissional.

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos da Lei.

Cerca de cinco anos após ser instituído formalmente, o IFPR já possui 28 câmpus, sendo (20 câmpus físicos, 05 câmpus avançados e 03 câmpus avançados “em implantação”) espalhados por todo o estado (vide mapa abaixo). Destes, 24 câmpus contam com oferta de cursos regulares e 04 câmpus ainda não dispõem de oferta de cursos regulares.



A Reitoria, sediada em Curitiba, é composta por cinco Pró-Reitorias (Ensino; Administração; Extensão, Pesquisa e Inovação; Gestão de Pessoas; Planejamento e Desenvolvimento Institucional) e duas Diretorias Sistêmicas (Tecnologia da Informação e Comunicação e de Ensino a Distância).

De forma abrangente, o presente relatório demonstra os resultados alcançados no que diz respeito às ações de natureza estruturante, desenvolvidas a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão por meio das ferramentas de gestão. Ao mesmo tempo em que se constitui como instrumento com a finalidade de prestar contas em cumprimento aos dispositivos legais evidenciados, o Relatório de Gestão possui como objetivo também preservar a memória da Instituição.

O acompanhamento da execução orçamentária e financeira e consolidação deste documento realizaram-se por meio dos sistemas: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI; Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC; Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC; Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE; Sistema de Convênios do Governo Federal – SICONV.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da unidade jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro - A.1.1.1. – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código SIORG: 244	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Instituto Federal do Paraná			
Denominação Abreviada: Instituto Federal do Paraná (IFPR)			
Código SIORG: 49103	Código LOA: 26432	Código SIAFI: 26432	
Natureza Jurídica: Autarquia Federal		CNPJ: 10.652.179/0001-15	
Principal Atividade: Educação Técnica e Profissional; Pública ou Particular		Código CNAE: 8541-4/00	
Telefones/Fax de contato:	(41) 3595-7640	(41) 3595-7628	
Endereço Eletrônico: gabinete@ifpr.edu.br			
Página na Internet: http://www.ifpr.edu.br			
Endereço Postal: Av. Victor Ferreira do Amaral, 306, Tarumã, CEP: 82530-230, Curitiba, Paraná, Brasil			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Publicado no DOU em 30 de dezembro de 2008.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
151786	Câmpus Assis Chateaubriand		
151788	Câmpus Campo Largo		
152769	Câmpus Cascavel		
151056	Câmpus Curitiba		
151058	Câmpus Foz do Iguaçu		

Código SIAFI	Nome
151789	Câmpus Irati
151787	Câmpus Ivaiporã
151061	Câmpus Jacarezinho
151175	Câmpus Londrina
151785	Câmpus Palmas
151057	Câmpus Paranaguá
151059	Câmpus Paranavaí
151060	Câmpus Telêmaco Borba
151062	Câmpus Umuarama
154561	Câmpus Pinhais
154569	Câmpus Jaguariaíva
154570	Câmpus Capanema
154571	Câmpus Pitanga
154572	Câmpus União da Vitória
154573	Câmpus Quedas do Iguaçu
154574	Câmpus Astorga
154575	Câmpus Goioerê
154584	Reitoria
154743	Câmpus Colombo
151404	Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
151403	Diretoria de Educação a Distância
151538	Gabinete do Reitor
151052	Pró-Reitoria de Administração
151053	Pró-Reitoria de Ensino
151055	Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação
151054	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
151051	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
26432	Instituto Federal do Paraná
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158009	26432

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Instituto Federal do Paraná - IFPR, instituição criada nos termos da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculada ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicâmpus e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. O Instituto Federal do Paraná deve promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico, nas potencialidades regionais, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática. Conforme Resolução nº 63 de 17 de dezembro de 2012 do Conselho Superior, o IFPR possui a seguinte identidade institucional:

Missão

“Promover a educação profissional e tecnológica, pública, de qualidade, socialmente referenciada, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade.”

Visão

“Ser referência em educação profissional, tecnológica e científica, reconhecida pelo compromisso com a transformação social.”

Valores

Pessoas;

Visão sistêmica;

Educação de qualidade e excelência;

Eficiência e eficácia;

Ética;

Sustentabilidade;

Qualidade de vida;

Diversidade humana e cultural;

Inclusão social;

Empreendedorismo e inovação;

Respeito às características regionais;

Democracia e transparência.

O Instituto Federal do Paraná, em sua atuação, atende os seguintes princípios norteadores:

I - compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;

II - verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa, a extensão e a inovação;

III - eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;

IV - inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas;

- V - compromisso com a natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União; e
VI - produção de conhecimento legitimado mediante a interação com a realidade.

De acordo com Lei de criação (Lei n.º 11.892/08) e com seu Estatuto, o IFPR tem as seguintes atribuições;

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo, e de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal do Paraná;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a inovação, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente;
- X - participar de programas de capacitação, qualificação e requalificação dos profissionais de educação da rede pública;
- XI - O IFPR, verificado o interesse social e as demandas de âmbito local e regional, poderá ofertar cursos fora da área tecnológica.

Também de acordo com o seu Estatuto e com a Lei de criação (Lei n.º 11.892/08), o Instituto Federal do Paraná possui os seguintes objetivos:

- I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III - realizar pesquisas, prioritariamente aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional e
- VI - ministrar em nível de educação superior:

- a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento e
- e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.
- VII - executar, sem finalidade comercial, serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens com fins exclusivamente educativos.

1.3 Organograma Funcional

Estrutura Administrativa

ÁREA: Conselho Superior (CONSUP)

Caracterização: É o órgão máximo normativo, consultivo e deliberativo, nas dimensões de planejamento, acadêmica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar do IFPR, tendo sua composição e competência definidas no Estatuto do IFPR e seu funcionamento pelo seu regimento interno.

Competências:

- Aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal e zelar pela execução de sua política educacional;
- Deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal e dos Diretores-Gerais dos Câmpus, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008;
- Aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual;
- Aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;
- Aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- Autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- Apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;
- Deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal;
- Homologar a criação e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal;
- Aprovar a estrutura administrativa e o Regimento Geral do Instituto Federal, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;
- Constituir outros órgãos colegiados de natureza consultiva, deliberativa ou propositiva, mediante proposta apresentada pelo Reitor, conforme necessidades específicas do IFPR;
- Delegar a outros Colegiados as atribuições consultivas, normativas e deliberativas sobre temas específicos, por meio de Resolução específica e detalhada no Regimento Geral;

- Delegar sobre questões submetidas à sua apreciação.

Titular	Cargo	Período de Atuação
Jesué Graciliano da Silva	Presidente	01/01/14 a 31/01/14
Irineu Mario Colombo	Presidente	01/02/14 a 30/04/14
Ezequiel Westphal	Presidente	01/05/14 a 08/05/14
Irineu Mario Colombo	Presidente	09/05/14 a 21/08/14
Ezequiel Westphal	Presidente	22/08/14 a 31/10/14
Irineu Mario Colombo	Presidente	01/11/14 a 31/12/14
Amarildo Pinheiro Magalhães	Representante dos Técnicos Administrativos	01/01/14 a 31/12/14
Alceri Pinto Moreira	Representante dos Técnicos Administrativos	01/01/14 a 16/12/14
Sérgio Assis de Almeida	Representante dos Técnicos Administrativos	16/12/14 a 31/12/14
Osnimar Marcos Osvaldo Silva	Representante dos Técnicos Administrativos	01/01/14 a 31/12/14
Indiamara Ferreira Pickler	Representante dos Técnicos Administrativos	01/01/14 a 31/12/14
Suellen de Souza	Representante dos Discentes	01/01/14 a 31/12/14
Alisson Rewel de Bonfim	Representante dos Discentes	01/01/14 a 31/12/14
Ellyson Boeing Schmitz	Representante dos Discentes	01/01/14 a 31/12/14
Adriano Willian da Silva	Representante dos Docentes	01/01/14 a 31/12/14
Samuel Manica Radaelli	Representante dos Docentes	01/01/14 a 31/12/14
Amaury Pessoa Gebran	Representante dos Docentes	01/01/14 a 31/12/14
Antonio Marcio Haliski	Representante dos Docentes	01/01/14 a 16/12/14
Cleverton Juliano Alves Vicentini	Representante dos Docentes	16/12/14 a 31/12/14
Frederico Fonseca da Silva	Representante dos Pró-Reitores	01/01/14 a 30/01/14
Ezequiel Westphal	Representante dos Pró-Reitores	25/03/14 a 31/12/14
Gilmar José Ferreira dos Santos	Representante dos Pró-Reitores	01/01/14 a 24/03/14
Neide Alves	Representante dos Pró-Reitores	25/03/14 a 03/11/14
Luiz Carlos Eckstein	Representante dos Diretores Gerais de Câmpus	01/01/14 a 31/12/14
Anderson Sanita	Representante dos Diretores Gerais de Câmpus	01/01/14 a 24/03/14
João Cláudio Bittencourt Madureira	Representante dos Diretores Gerais de Câmpus	25/03/14 a 31/12/14
José Barbosa Dias Junior	Representante dos Diretores Gerais de Câmpus	01/01/14 a 24/03/14
Edilomar Leonart	Representante dos Diretores Gerais de Câmpus	01/01/14 a 31/12/14
Karina Mello Bonilaure	Representante dos Diretores Gerais de Câmpus	01/01/14 a 24/03/14
Gustavo Villani Serra	Representante dos Diretores Gerais de Câmpus	25/03/14 a 31/12/14

Titular	Cargo	Período de Atuação
Arnaldo Augusto Ciquielo Borges	Representante do Ministério da Educação	01/01/14 a 31/12/14
Marco Antonio Areias Secco	Representante das Entidades Patronais - FIEP	01/01/14 a 31/12/14
Ito Vieira	Representante das Entidades Patronais - FECOMÉRCIO	01/01/14 a 31/12/14
Maria Donizete T. Alves	Representante das Entidades dos Trabalhadores - Força Sindical	01/01/14 a 31/12/14
Marlei Fernandes de Carvalho	Representante das Entidades dos Trabalhadores - APP Sindicato	01/01/14 a 05/06/14
Luiz Carlos Paixão da Rocha	Representante das Entidades dos Trabalhadores - APP Sindicato	06/06/14 a 05/06/14
Eliane Terezinha Vieira Rocha	Representante do Setor Público e/ou Empresa Estatal - SEED	01/01/14 a 31/12/14
Mario Cândido de Athayde Junior	Representante do Setor Público e/ou Empresa Estatal - SETI	01/01/14 a 31/12/14

ÁREA: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)

Caracterização: Órgão propositivo, consultivo, normativo e deliberativo, por delegação do CONSUP às políticas institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme **RESOLUÇÃO Nº 64, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014**.

Competências:

- I – Assessorar a Reitoria no que tange às políticas de ensino, pesquisa, extensão e inovação do IFPR;
- II – Avaliar e propor aprovação das diretrizes de ensino, pesquisa, extensão e inovação de acordo com a política institucional;
- III – Emitir parecer sobre processos de criação e extinção de cursos no IFPR, para posterior encaminhamento ao Conselho Superior, exceto para Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC;
- IV – Analisar e emitir parecer final sobre os processos de ajuste curricular e suspensão temporária de cursos;
- V – Acompanhar as ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, nos planos de ação e em projetos e programas vinculados ao ensino, pesquisa e extensão;
- VI – Expedir orientações para a organização e reestruturação curricular dos cursos do IFPR;
- VII – Regulamentar e aprovar normas sobre processos seletivos, currículos e programas, matrículas, transferências, processo decisório sobre a vida escolar do aluno, aproveitamento de estudos, além de outras que se incluam no âmbito de sua competência;
- VIII – Aprovar normas de controle e registro da atividade acadêmica;
- IX – Aprovar normas para o registro de diplomas do IFPR e dos diplomas de outras entidades ou instituições, nos termos e limites da legislação em vigor;
- X – Aprovar normas relativas à acreditação, à certificação de competências profissionais e acadêmicas e a revalidação de diplomas, nos termos da legislação;
- XI – Identificar oportunidades de interação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão e propor ações de efetivação dessa interação;
- XII – Avalizar e definir a participação institucional em editais de fomento à pesquisa e extensão;

- XIII – Estabelecer procedimentos de acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- XIV – Avaliar e emitir parecer sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) dos Câmpus e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFPR, para posterior apreciação do CONSUP;
- XV – Manifestar-se sobre qualquer matéria de ensino, pesquisa e extensão não incluída na competência de outro órgão, submetidos a sua apreciação;
- XVI – Elaborar propostas de seu próprio regulamento e posteriores alterações, a ser apreciado e aprovado pelo Conselho Superior;
- XVII – Exercer a fiscalização e o controle do cumprimento de suas recomendações;
- XVIII – Julgar os recursos sobre matérias de sua competência;
- XIX – Propor títulos honoríficos ao CONSUP para pessoas ou instituições com atuação destacadas no ensino, pesquisa e extensão;
- XX – Manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação e emitir parecer e fixar normas em matéria de sua atribuição;
- XXI – Decidir sobre os casos omissos no Estatuto e no Regimento Geral do IFPR e deste Regimento Interno.

Titular	Cargo	Período de Atuação
Evandro Cantú	Presidente	01/01/14 a 31/01/14
Ezequiel Westphal	Presidente	04/02/14 a 31/12/14
Frederico Fonseca da Silva	Vice-Presidente	01/01/14 a 31/01/14
Silvestre Labiak	Vice-Presidente	04/02/14 a 14/03/14
Ezequiel Burkarter	Vice-Presidente	09/05/14 a 31/12/14
Bruno Pereira Faraco	Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	01/01/14 a 31/01/14
Valdinei Henrique da Costa	Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	04/02/14 a 03/11/14
Evandro Cherubini Rolin	Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	03/11/14 a 31/12/14
Marcos Antonio Barbosa	Diretor de Ensino da Educação a Distância	01/01/14 a 02/10/14
Eduardo Fofonca	Diretor de Ensino da Educação a Distância	09/10/14 a 31/12/14
Jorge Luiz de Mendonça Ortellado Alderete	Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão – Câmpus Assis Chateaubriand	01/01/14 a 31/12/14
Rogério Baptistella	Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão – Câmpus Paranaguá	01/01/14 a 31/12/14
Vanessa Aparecida Marcolino	Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão – Câmpus Paranavaí	01/01/14 a 10/02/14
Valeriê Cardoso Machado Inaba	Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão – Câmpus Paranavaí	21/02/14 a 31/12/14
Ricardo da Rosa	Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão – Câmpus Cascavel	01/01/14 a 31/12/14

Titular	Cargo	Período de Atuação
Heloisa Pereira Rodrigues	Representante Discente na modalidade de ensino presencial	01/01/14 a 31/12/14
Jéssica Gonçalves	Representante Discente na modalidade de ensino presencial	01/01/14 a 31/12/14
Roberto Oliveira	Representante Discente na modalidade de ensino EAD	01/01/14 a 31/12/14
Samuel Carlos Wiedemann	Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão – Câmpus Campo Largo	01/01/14 a 31/12/14
Adnilra Selma Moreira da Silva Sandeski	Representante docente	01/01/14 a 31/12/14
Simara Cristiane Braatz	Representante docente	01/01/14 a 31/12/14
Ricardo Alexandre Pereira	Representante dos Técnicos Administrativos	01/01/14 a 31/12/14
Nilson dos Santos Morais	Representante dos Técnicos Administrativos	01/01/14 a 31/12/14
Terezinha dos Anjos Abrantes	Representante dos Técnicos Administrativos	01/01/14 a 31/12/14

ÁREA: Conselho de Administração e Planejamento (CONSAP)

Caracterização: é o órgão propositivo, e consultivo, por delegação do Conselho Superior – CONSUP, no que tange às políticas institucionais de gestão de pessoas, recursos humanos, financeiros, infraestrutura e expansão física, planejamento e desenvolvimento institucional.

Competências:

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Aprovar as diretrizes relativas à administração do IFPR envolvendo gestão de pessoas, recursos financeiros, infraestrutura e expansão física, planejamento e desenvolvimento institucional;
- Aprovar, acompanhar e avaliar a proposta orçamentária global e o orçamento do IFPR, ressalvadas as competências do CONSUP;
- Aprovar, acompanhar e avaliar o Plano de Gestão Anual do IFPR, no âmbito de sua competência, antes do encaminhamento ao CONSUP;
- Aprovar, acompanhar e avaliar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no âmbito de sua competência, antes do encaminhamento ao CONSEPE;
- Fixar normas complementares às do Estatuto e do Regimento Geral em matéria que lhe for afeta, ressalvadas as competências do CONSUP;
- Propor taxas, contribuições e emolumentos;
- Apreciar e opinar sobre o plano diretor do IFPR;
- Emitir parecer sobre propostas de criação, modificação e extinção de órgãos administrativos;
- Aprovar a aceitação de legados, doativos, doações e heranças sob condição ou encargo;
- Aprovar, acompanhar e avaliar o dimensionamento de pessoas e alocação de vagas no IFPR;
- Analisar e emitir parecer sobre a proposta de avaliação de desempenho e estágio probatório dos servidores do IFPR;
- Aprovar, acompanhar e avaliar o programa de capacitação e qualificação dos servidores do IFPR;

- Analisar e emitir parecer sobre o relatório de gestão, encaminhando-o ao Conselho Superior para apreciação;
- Analisar e emitir parecer sobre o Planejamento Estratégico do IFPR, encaminhando-o ao Conselho Superior para apreciação;
- Analisar e emitir parecer sobre o projeto de avaliação institucional, encaminhando ao Conselho Superior para apreciação;
- Avaliar e analisar relatórios inerentes a informações da instituição e à pesquisa institucional;
- Julgar os recursos sobre matérias de sua competência;
- Propor títulos honoríficos ao CONSUP para pessoas ou instituições com atuação destacada nas áreas de planejamento e administração;
- Manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação e emitir parecer e fixar normas em matéria de sua atribuição;

Titular	Cargo	Período de Atuação
Gilmar José Ferreira dos Santos	Presidente	01/01/14 a 31/12/14
Elcio Martens	Vice-Presidente	01/01/14 a 30/01/14
Neide Alves	Vice-Presidente	04/02/14 à 03/11/14
Valdinei Henrique da Costa	Vice-Presidente	03/01/14 a 31/12/14
Bruno Pereira Faraco	Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	01/01/14 a 31/01/14
Valdinei Henrique da Costa	Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	04/02/14 à 03/11/14
Evandro Cherubini Rolin	Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	03/11/14 a 31/12/14
Eduardo Liquio Takao	Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação	01/01/14 a 07/04/14
Fernando Cesar Kloss	Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação	14/04/14 a 31/12/14
Guilherme Soares Schulz de Carvalho	Diretor de Planejamento e Administração da Educação a Distância	01/01/14 a 18/02/14
Thiago da Costa Florêncio	Diretor de Planejamento e Administração da Educação a Distância	20/02/14 a 20/03/14
Karina Andressa Ferrari de Oliveira	Diretor de Planejamento e Administração da Educação a Distância	27/03/14 a 31/12/14
Lucio Schulz Junior	Diretor de Planejamento e Administração – Câmpus Campo Largo	17/10/14 a 31/12/14
Rubens Felipe Ribeiro	Diretor de Planejamento e Administração – Câmpus Telêmaco Borba	01/01/14 a 31/01/14
Moises Evangelista	Diretor de Planejamento e Administração – Câmpus Jacarezinho	01/01/14 a 31/12/14

Titular	Cargo	Período de Atuação
Thiago Pereira do Nascimento	Diretor de Planejamento e Administração – Câmpus Umuarama	01/01/14 a 15/12/14
Rejanea Oliveira Brito Matusaiki	Diretor de Planejamento e Administração – Câmpus Umuarama	15/12/14 a 31/12/14
Fabio Belloni Silva	Representante Discente na modalidade de ensino presencial	01/01/14 a 31/12/14
Nelson Alves de Oliveira	Representante discente na modalidade EAD	01/01/14 a 31/12/14
Anderson Coldebella	Representante docente	01/01/14 a 31/12/14
Paulinho Rene Stefanello	Representante docente	01/01/14 a 31/12/14
Antônio Cecilio Silverio	Representante docente	01/01/14 a 31/12/14
Eliane Mesquita	Representante dos Técnicos Admnistrativos	01/01/14 a 31/12/14
Sérgio Assis de Almeida	Representante dos Técnicos Admnistrativos	01/01/14 a 31/12/14
Marcelo Mazzetto	Representante dos Técnicos Admnistrativos	01/01/14 a 31/12/14

ÁREA: Colégio de Dirigentes (CODIR)

Caracterização: É o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, com caráter consultivo.

Competências:

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;
- Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- Apresentar a criação e alterações de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal;
- Apreciar e recomendar o calendário de referência anual;
- Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão;
- Apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal a ele submetido.

Titular	Cargo	Período de Atuação
Irineu Mario Colombo	Reitor	01/02/14 a 31/12/14
Jesué Graciliano da Silva	Presidente	01/01/14 a 31/01/14
Ezequiel Westphal	Reitor Substituto	01/02/14 a 31/12/14
Frederico Fonseca da Silva	Reitor Substituto	01/01/14 a 31/01/14

ÁREA: Gabinete da Reitoria**Subordinação:** Conselho Superior.**Caracterização:** A Reitoria é o órgão executivo do Instituto Federal, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da Autarquia, sendo dirigida pelo Reitor.**Competências:**

- Representar o IFPR, gerir, coordenar, delegar competências, ordenar despesas e superintender as atividades da instituição.

Titular	Cargo	Período de Atuação
Irineu Mario Colombo	Reitor	01/02/14 a 31/12/14
Jesué Graciliano da Silva	Presidente	01/01/14 a 31/01/14
Ezequiel Westphal	Reitor Substituto	01/02/14 a 31/12/14
Frederico Fonseca da Silva	Reitor Substituto	01/01/14 a 31/01/14

ÁREA: Chefia de Gabinete**Subordinação:** Gabinete da Reitoria**Caracterização:** Responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria.**Competências:**

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Analisar os processos e expedientes dirigidos ao Gabinete da Reitoria, proferindo despachos;
- Assessorar e auxiliar o Reitor no seu relacionamento institucional, político e social;
- Assistir os gestores das Pró-Reitorias, Câmpus e Diretorias Sistêmicas;
- Coordenar as atividades de apoio administrativo, orçamentário e financeiro do Gabinete da Reitoria;
- Coordenar as atividades pertinentes aos colegiados superiores, comunicação, núcleo de apoio a processos de seleção, secretaria executiva, diretorias e assessorias;
- Coordenar o cronograma de agenda do Reitor;
- Executar atividades, atos e agendas delegadas pelo Reitor;
- Gerir assuntos, bens e servidores do Gabinete da Reitoria;
- Apoiar ações de transparência, bem como o relacionamento com órgãos de controle interno e órgãos de controle externo;
- Transmitir deliberações, informações e recomendações do Reitor;
- Desenvolver outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, não previstas neste manual, mas de interesse da Administração.

Titular	Cargo	Período de Atuação
Izaías Costa Filho	Chefe de Gabinete	01/08/14 a 31/12/14
Joelson Juk	Chefe de Gabinete	04/02/14 a 01/08/14
Maria Aparecida Lang	Chefe de Gabinete	01/01/14 a 01/02/14

ÁREA: Secretaria dos Órgãos Colegiados – SOC

Subordinação: Órgãos Colegiados. (CONSEP – CONSAP – CODIR – CONSUP)

Caracterização: A SOC é o órgão de apoio aos Conselhos Superiores, prestando assistência ao Conselho Superior, Colégio de Dirigentes, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselho de Administração e Planejamento.

Competências:

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Organizar a agenda de reuniões dos Conselhos e Colegiados, expedindo as convocações junto à pauta deliberada pela Presidência;
- Viabilizar as reuniões (contratação de empresa e solicitação de viagens com auxílio do financeiro da unidade);
- Assessorar o Presidente e demais membros durante as reuniões e registrar a ata;
- Efetuar o recebimento e distribuição das matérias para apreciação dos órgãos superiores com os devidos controles;
- Encaminhar à presidência as correspondências endereçadas aos órgãos superiores;
- Elaborar os atos expedidos nas reuniões, autuar e tramitar os processos encaminhados para apreciação dos órgãos superiores;
- Publicar as convocações, deliberações e atas na página dos Conselhos e Colegiados no *site* do IFPR;
- Controlar o arquivo de processos e atos normativos dos órgãos superiores.

Titular	Cargo	Período de Atuação
Mariana Simoneti	Chefe da Secretaria dos Órgãos Colegiados	01/01/14 a 31/12/14

ÁREA: Auditoria Interna

Subordinação: Conselho Superior (CONSUP).

Caracterização: Unidade responsável por avaliar a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de examinar o gerenciamento de riscos, visando auxiliar a administração da entidade no cumprimento dos seus objetivos.

Também é responsável por intermediar a relação entre o IFPR e os órgãos do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

Competências:

- Fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Acompanhar o atendimento aos Acórdãos e Diligências do Tribunal de Contas da União;
- Acompanhar o atendimento das recomendações da Controladoria-Geral da União;
- Acompanhar o atendimento das normas internas emitidas pelo IFPR;
- Manter atualizado o Plano de Providências Permanente do IFPR;
- Elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT;
- Elaborar o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAINI;
- Elaboração dos Relatórios de Auditoria e Notas de Auditoria;
- Acompanhar a elaboração e verificar o cumprimento das formalidades exigidas na prestação de contas;
- Examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da entidade;

- Verificar a execução do orçamento da entidade, visando comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente;
- Verificar o desempenho da gestão da entidade, visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia, à eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais;
- Orientar subsidiariamente os dirigentes da entidade quanto aos princípios e às normas de controle interno.

Titular	Cargo	Período de Atuação
Marcos Felipe Bolzon	Chefe da Auditoria Interna	21/02/14 a 31/12/14
Valdinei Henrique da Costa	Coordenador da Auditoria Interna	01/01/14 a 04/02/14

ÁREA: Serviço de Informação ao Cidadão – SIC

Subordinação: Auditoria Interna / Conselho Superior – CONSUP.

Caracterização: O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) é o órgão responsável pela publicidade das informações públicas inerentes ao IFPR.

Competências:

- Protocolizar documentos e requerimentos de acesso à informação;
- Orientar sobre os procedimentos de acesso, indicando data, local e modo em que será feita a consulta;
- Informar sobre a tramitação de documentos;
- Assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação de forma eficiente e adequada aos objetivos estabelecidos na Lei;
- Monitorar a implementação do disposto na Lei e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;
- Recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento da Lei;
- Orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto na Lei e seus regulamentos;
- Desenvolver outras atividades à unidade, função ou cargo, não previstas neste manual, mas de interesse da Administração.

Titular	Cargo	Período de Atuação
Adriana Breziniski de Paiva	Chefe da Seção de Serviço de Informação ao Cidadão	20/06/14 a 18/11/14
José Roberto Burger	Chefe da Seção de Serviço de Informação ao Cidadão	01/01/14 a 28/02/14

ÁREA: Procuradoria Federal

Subordinação: Unidade externa de apoio à gestão. Subordina-se à Advocacia-Geral da União.

Caracterização: A Procuradoria Federal é o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pelo recebimento de notificações e citações judiciais em nome do IFPR, pela representação judicial e extrajudicial e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, e pela apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observada a legislação pertinente.

Competências:

- Organizar, controlar, orientar e executar as atividades de consultoria jurídica em matéria administrativa;
- Representar o IFPR, judicial ou extrajudicialmente;
- Defender, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, os atos do Reitor nessa qualidade praticados;
- Elaborar as informações a serem prestadas ao Poder Judiciário, nos casos previstos em lei;
- Acompanhar os processos judiciais, de qualquer esfera da Justiça, em todas as instâncias e graus de recursos;
- Organizar, controlar, orientar e executar as atividades de consultoria jurídica não contenciosa;
- Examinar contratos, convênios e demais atos jurídicos que importem em assunção ou exoneração de obrigações da Instituição;
- Analisar e emitir parecer de natureza jurídica, relativamente às matérias de legislação educacional, pessoal e de administração geral, nos processos encaminhados através da Administração geral;
- Opinar, quando encaminhado pela Reitoria, nos processos a serem submetidos à deliberação dos Órgãos Colegiados Superiores.

Titular	Cargo	Período de Atuação
Jose Maurilio Barbosa Da Costa Pereira	Chefe da Procuradoria	01/01/14 a 31/12/14

ÁREA: Ouvidoria

Subordinação: Reitoria.

Caracterização: A Ouvidoria é o órgão responsável por receber manifestações tais como reclamações, denúncias, elogios, críticas e sugestões quanto aos serviços de atendimento prestados pela instituição.

Competências:

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Receber opiniões, reclamações, sugestões, críticas ou denúncias apresentadas pela comunidade interna e pela comunidade em geral;
- Examinar as causas e procedência das manifestações recebidas;
- Analisar, interpretar e sistematizar as manifestações recebidas;
- Processar e analisar os meios para solucionar todas as demandas, utilizando-se dos recursos possíveis;
- Encaminhar a demanda recebida aos órgãos e unidades responsáveis, acompanhando as providências tomadas, através de prazo estabelecido, conforme o caso;
- Dar ciência e manter informado o interessado das providências tomadas quando for de interesse individual, e quando for de interesse público informar coletivamente;
- Sugerir ou recomendar a adoção de medidas visando o aperfeiçoamento e o bom funcionamento da instituição;

- Divulgar os serviços prestados pela ouvidoria;
- Prestar, quando solicitado, informações e esclarecimentos à Reitoria, aos órgãos da administração superior e setorial;
- Manter em privacidade a identidade do manifestante, quando solicitado, ou quando tal providência se fizer necessária;
- Estabelecer e divulgar os meios de acesso para implementação de suas atividades;
- Elaborar relatórios gerenciais.

Titular	Cargo	Período de Atuação
Gilson de Lima Moraes	Ouvidor Geral	01/01/14 a 31/12/14

ÁREA: Comissão de Ética Pública

Subordinação: Reitoria.

Caracterização: A Comissão de Ética Pública (CEP) tem caráter deliberativo e consultivo com a finalidade de orientar, supervisionar, acolher denúncias e analisá-las, difundindo os princípios da conduta ética do servidor no relacionamento com o cidadão e no resguardo do patrimônio público e ambiental.

Competências:

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Atuar como instância consultiva do Reitor e dos respectivos servidores do IFPR;
- Aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994;
- Dar ampla divulgação ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil;
- Submeter à Comissão de Ética Pública da Presidência da República propostas para seu aperfeiçoamento;
- Dirimir dúvidas a respeito da interpretação de suas normas e deliberar sobre casos omissos;
- Apurar, de ofício ou mediante denúncia, conduta em desacordo com as normas éticas pertinentes e, se for o caso, adotar as providências previstas no Decreto 6.029, de 1º de fevereiro de 2007;
- Recomendar, acompanhar e avaliar, no âmbito do IFPR, o desenvolvimento de ações, objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas de ética e disciplina;
- Supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal e comunicar à Comissão de Ética Pública da Presidência da República situações que possam configurar descumprimento de suas normas;
- Representar o IFPR na Rede de Ética do Poder Executivo Federal a que se refere o Art. 9º do Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007;
- Dar publicidade de seus atos, observada a restrição do Art. 16 deste Regimento.

Titular	Cargo	Período de Atuação
José Nivaldo Balbino	Presidente da Comissão de Ética Pública	07/04/14 a 31/12/14
Marcelo Rodrigues da Silva	Presidente da Comissão de Ética Pública	01/01/14 a 06/04/14

ÁREA: DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EAD

Subordinação: Reitor.

Caracterização: É a diretoria responsável por regular, supervisionar e avaliar as políticas institucionais referentes à Educação a Distância no âmbito do IFPR, bem como a oferta de cursos nessa modalidade para atendimento de demandas específicas e estratégicas.

Apoiar as iniciativas referentes à utilização das mediações tecnológicas, com vistas à criação de objetos educacionais a serem aplicados no ensino. Assegurar o envolvimento da comunidade acadêmica na modalidade de EAD, mediante a articulação contínua com todos os setores do IFPR.

Competências:

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Articular investimentos em equipamentos, processos e tecnologias, de forma a dar sustentação aos projetos considerados prioritários no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, que envolvam EaD;
- Representar o EaD em todas as instâncias ou delegar a representação aos seus setores;
- Oferecer cursos e/ou atividades formativas de ensino técnico, graduação e de Pós-Graduação *lato sensu* e cursos de Extensão;
- Oferecer disciplinas isoladas que se fizerem necessárias para alunos do IFPR;
- Qualificar Docentes e Técnicos Administrativos para atuarem em EaD;
- Assessorar e dar suporte a todas as iniciativas e experiências em EaD, no âmbito do IFPR;
- Estudar, elaborar e difundir modalidades de EaD;
- Apoiar e incentivar a produção do conhecimento em EaD;
- Promover o desenvolvimento de habilidades em novas tecnologias aplicadas à EaD;
- Propor normas de organização, gestão e avaliação da EaD no âmbito do IFPR;
- Analisar projetos e experiências na área de EaD do IFPR;
- Promover congressos, simpósios e similares sobre assuntos relacionados com EaD;
- Fazer cumprir a legislação vigente e as diretrizes da EaD no IFPR;
- Administrar os programas de Educação a Distância concomitantemente com os representantes das Pró-Reitorias;
- Administrar as atividades desenvolvidas pelos setores que compõem a Diretoria de EaD do IFPR;
- Manter contato com a comunidade interna e externa ao IFPR para divulgar as ações do EaD e estabelecer parcerias e/ou outras formas de cooperação para viabilização de projetos em EaD com outras instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas, governamentais e não governamentais;
- Manter permanente contato com o corpo docente e discente do IFPR, prestando informações e encaminhando solicitações às instâncias competentes;
- Encaminhar aos órgãos competentes, relatórios técnicos e financeiros, quando forem solicitados.
- Zelar pelo cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional instituído pelo Instituto Federal do Paraná;
- Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, não previstas neste manual, mas de interesse da Administração.

Titular	Cargo	Período de Atuação
Fernando Roberto Amorim Souza	Diretor de Ensino a Distância	04/02/14 a 31/12/14
Elaine Teresa Mandelli Arns	Diretora de Ensino a Distância	01/01/14 a 04/02/14

ÁREA: DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – DTIC

Subordinação: Reitoria

Caracterização: Viabilizar soluções em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC que contribuam para o desenvolvimento institucional, visando a promoção da educação profissional e da TIC de excelência, comprometida com a justiça social.

Competências:

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Elaborar, coordenar e controlar a implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC e das Políticas de Segurança da Informação;
- Dirigir o levantamento das necessidades dos usuários; supervisionar projetos de Soluções de Sistemas de informação, infraestrutura e apoio ao usuário;
- Buscar soluções de TIC que venham a agregar valores para a instituição;
- Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, não previstas neste manual, mas de interesse da Administração.

Titular	Cargo	Período de Atuação
Fernando Cesar Kloss	Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação	14/04/14 a 31/12/14
Eduardo Liquio Takao	Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação	01/01/14 a 31/03/14

ÁREA: PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD

Subordinação: Reitoria.

Caracterização: Superintender, coordenar, fomentar as políticas e acompanhar a execução das atividades relativas à contabilidade, orçamento e finanças, infraestrutura física, abastecimento de materiais, equipamentos e serviços necessários ao pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e ao funcionamento dos Câmpus no âmbito do IFPR.

Competências:

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Propor as Políticas e normas relativas ao funcionamento do sistema de administração, de recursos materiais, de projetos e obras e de contabilidade e finanças, no âmbito do IFPR;
- Supervisionar a execução do planejamento institucional (elaboração dos planos e programas) relacionados à área de obras e espaços físicos e a manutenção de bens móveis e imóveis;
- Supervisionar a operacionalização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens da Instituição;
- Supervisionar, acompanhar, orientar e avaliar a execução da política de desenvolvimento e suprimento de recursos materiais do IFPR;

- Analisar, coordenar e supervisionar os procedimentos para celebração de Contratos, Termos de Cessão, Termos Aditivos e Apostilamentos e outros ajustes;
- Orientar, acompanhar, supervisionar e controlar as atividades de aquisição, distribuição e controle de material, registro e movimentação de processos administrativos e serviços gerais;
- Supervisionar a contabilização orçamentária, financeira e patrimonial do IFPR;
- Supervisionar e colaborar com a elaboração da prestação de contas anual do IFPR;
- Supervisionar, acompanhar, orientar e avaliar a execução da política de desenvolvimento e suprimento de recursos financeiros do IFPR;
- Colaborar e fornecer subsídios na elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Colaborar e fornecer subsídios na elaboração do Relatório de Gestão do IFPR;
- Consolidar relatórios gerenciais inerentes às atividades da Pró-Reitoria;
- Desenvolver outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, não previstas neste manual, mas de interesse da Administração.

Titular	Cargo	Período de Atuação
Gilmar José Ferreira dos Santos	Pró-Reitor de Administração	01/01/14 a 31/12/14

ÁREA: PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS – PROGEPE

Subordinação: Reitoria.

Caracterização: À Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas compete: planejar, superintender, coordenar, fomentar as políticas de gestão de pessoas visando ao alcance das metas e ao cumprimento da missão institucional, por meio de servidores capacitados e motivados, bem como normatizar e organizar processos de administração de pessoas, visando à valorização e ao aumento da competência de seus servidores, necessários ao pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas, de ensino, pesquisa e extensão.

Competências:

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Garantir e buscar as condições para assegurar as ações decorrentes dos princípios e diretrizes previstas no Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do PCCTAE e dos Docentes aprovado pelo Governo Federal;
- Assegurar, nas ações de desenvolvimento dos servidores: o dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, com definição de modelos de alocação de vagas que contemplem a realidade da instituição; o Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento; e o Programa de Avaliação de Desempenho e a Administração de pessoal como uma atividade para acompanhar os direitos e deveres do servidor;
- Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, não previstas neste manual, mas de interesse da Administração.

Titular	Cargo	Período de Atuação
Valdinei Henrique da Costa	Pró-Reitor de Gestão de Pessoas	03/11/14 a 31/12/14
Neide Alves	Pró-Reitora de Gestão de Pessoas	04/02/14 a 03/11/14
Elcio Martens	Pró-Reitor de Gestão de Pessoas	01/01/14 a 31/01/14

ÁREA: PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PROPLAN

Subordinação: Reitoria.

Caracterização: Promover, acompanhar, consolidar e supervisionar as políticas de planejamento estratégico, tático e operacional da instituição visando ao desenvolvimento institucional; elaborar a proposta orçamentária anual do IFPR e propor mecanismos organizacionais de gestão orçamentária e financeira, fomentando o desenvolvimento das atividades administrativas, acadêmicas, de ensino, pesquisa e extensão, bem como consolidar as informações gerenciais e estatísticas, elaborando anualmente o relatório de gestão e a prestação de contas institucional.

Competências:

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Coordenação, execução e controle relacionados ao desenvolvimento, aquisição e manutenção de sistemas de informação para a Reitoria e Câmpus do IFPR;
- Coordenar, elaborar e acompanhar o planejamento orçamentário, tático e operacional da instituição, em consonância com o planejamento estratégico e com as políticas voltadas para o desenvolvimento institucional;
- Fomentar a excelência do gasto público no desenvolvimento das atividades administrativas, acadêmicas, de ensino, pesquisa e extensão;
- Coordenar as informações gerenciais e estatísticas da consolidação e divulgação dos indicadores de gestão;
- Consolidar o Relatório de Prestação de Contas anual e disponibilizá-lo aos órgãos de controle externo;
- Fazer a gestão do controle da inserção de dados nos sistemas de informações vinculados ao MEC, do controle dos processos de regulamentação do IFPR;
- Validar e consolidar a base de dados e informações, articulando os diferentes setores institucionais;
- Coordenar, elaborar, acompanhar o Plano de Desenvolvimento Institucional, Planejamento Estratégico e de políticas voltadas para o desenvolvimento institucional;
- Acompanhar procedimentos de gestão, tais como Manual de Competências e Mapeamento de Processos, atuando como facilitador para o alcance dos objetivos institucionais;
- Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, não previstas neste manual, mas de interesse da Administração.

Titular	Cargo	Período de Atuação
Evandro Cherubini Rolin	Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	03/11/14 a 31/12/14
Valdinei Henrique da Costa	Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	04/02/14 a 03/11/14
Bruno Pereira Faraco	Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	01/01/14 a 31/01/14

ÁREA: PRÓ-REITORIA DE ENSINO – PROENS

Subordinação: Reitoria.

Caracterização: À Pró-Reitoria de Ensino compete: planejar, superintender, coordenar, fomentar as políticas e acompanhar a execução das atividades de ensino, na área da educação profissional e tecnológica, do Ensino Médio da Graduação e Pós-Graduação, articuladas com a extensão, a pesquisa, o empreendedorismo e a inovação tecnológica no âmbito do IFPR. Além de propor políticas voltadas para a assistência estudantil, tendo em vista a permanência e êxito dos estudantes.

Competências:

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Planejar, fomentar, superintender e coordenar as políticas de ensino do IFPR, em consonância com as diretrizes institucionais, legislação nacional e os objetivos da criação dos Institutos Federais;
- Gerir os recursos destinados às ações voltadas para o ensino no IFPR;
- Integrar as ações da assistência estudantil com as políticas de ensino do IFPR;
- Articular as políticas de ensino com as diferentes políticas de extensão, pesquisa, empreendedorismo e inovação tecnológica no IFPR;
- Propor, discutir e submeter à aprovação em Conselho competente as regulamentações pertinentes ao ensino, bem como intermediar junto aos Conselhos Superiores assuntos pertinentes à sua matéria;
- Orientar a elaboração do PPI quanto às diretrizes de ensino;
- Orientar os Câmpus na elaboração do PPP;
- Apoiar as Unidades da PROENS no cumprimento de suas atribuições;
- Representar a Pró-Reitoria de Ensino em eventos, reuniões, fórum, congressos nacionais e internacionais;
- Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, não previstas neste manual, mas de interesse da Administração.

Titular	Cargo	Período de Atuação
Ezequiel Westphal	Pró-Reitor de Ensino	04/02/14 a 31/12/14
Evandro Cantu	Pró-Reitor de Ensino	01/01/14 a 31/01/14

ÁREA: PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO – PROEPI

Subordinação: Reitoria.

Caracterização: A Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e inovação é responsável por planejar, superintender, coordenar e fomentar as políticas e atividades relativas à extensão, pesquisa e inovação, articuladas ao ensino em estreita relação com os diversos segmentos e realidades da sociedade, bem como acompanhar a execução dessas políticas.

Competências:

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Propor as políticas de extensão, pesquisa e inovação para a instituição, de acordo com a legislação vigente;
- Gerir os recursos destinados às ações de extensão, pesquisa e inovação;

- Fomentar as ações de extensão, pesquisa e inovação da Instituição, através dos programas governamentais e outros, de caráter estratégico, coordenando-os e executando-os em sua área de competência;
- Articular a extensão, a pesquisa e a inovação com as diferentes formas e estratégias de educação;
- Propor para discussão e submeter à aprovação em conselho competente as regulamentações pertinentes à extensão, pesquisa e inovação;
- Intermediar junto aos Conselhos Superiores assuntos pertinentes à sua matéria;
- Responsabilizar-se pela gestão das atividades de apoio à extensão, pesquisa e inovação;
- Atuar de forma sistêmica em todas as ações relacionadas à extensão, pesquisa e inovação;
- Representar a Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação em eventos, reuniões, fóruns, congresso nacionais e internacionais;
- Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, não previstas neste manual, mas de interesse da Administração.

Titular	Cargo	Período de Atuação
Ezequiel Burkarter	Pró-Reitor de Extensão, Pesquisa e Inovação	09/05/14 a 31/12/14
Silvestre Labiak	Pró-Reitor de Extensão, Pesquisa e Inovação	04/02/14 a 17/04/14
Frederico Fonseca da Silva	Pró-Reitor de Extensão, Pesquisa e Inovação	01/01/14 a 31/01/14

ÁREA: DIRETORIA-GERAL DO CÂMPUS

Subordinação: Reitoria.

Caracterização: A Direção-Geral do Câmpus é o órgão executivo responsável pela gestão do Câmpus quanto aos aspectos técnico-pedagógicos, administrativo, orçamentário, patrimonial, disciplinar e de gestão de pessoas, bem como de articulação com a comunidade escolar e do entorno, com as empresas e com os poderes públicos.

Competências:

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Executar a política institucional no Câmpus, garantindo a gestão democrática e participativa;
- Fazer cumprir no Câmpus os dias letivos, horas e horários de atividades pedagógicas vigentes;
- Promover a elaboração e execução do Projeto Político-Pedagógico e outros projetos que visem à eficiência do Câmpus;
- Acompanhar e avaliar os planos, programas e projetos voltados ao desenvolvimento institucional, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais;
- Assegurar a participação da comunidade escolar na elaboração e acompanhamento da execução do Projeto Político-Pedagógico, dos planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do Câmpus, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais;
- Coletar, analisar e divulgar os resultados de desempenho dos estudantes, visando à realização de ajustes necessários no Projeto Político-Pedagógico;
- Organizar e acompanhar, com a participação da comunidade escolar, o processo de avaliação interna e externa da unidade escolar;
- Acompanhar, orientar e estimular permanentemente o desenvolvimento do processo ensino-

- aprendizagem;
- Adotar medidas para a garantia do acesso, permanência e sucesso do(a) estudante no Câmpus, bem como prevenir a evasão escolar;
- Promover ações que estimulem a utilização de espaços físicos do Câmpus pela comunidade interna e externa, bem como o uso dos recursos disponíveis, visando à qualidade da educação;
- Estimular a seleção, produção, divulgação e utilização de conhecimento e de materiais didático-pedagógicos no Câmpus;
- Participar do planejamento realizado pela Reitoria sobre a oferta de vagas nos cursos do Câmpus em consonância com a realidade local;
- Acompanhar os procedimentos referentes à transferência e à declaração de equivalência, conforme orientações dos órgãos centrais do IFPR;
- Coordenar a ação das matrículas no Câmpus conforme orientações dos órgãos centrais do IFPR;
- Participar do planejamento estratégico da Instituição, promovendo a construção coletiva dos objetivos, estratégias, projetos e planos de ação do Câmpus;
- Coordenar as atividades administrativas do Câmpus, observando as normas em vigor e as diretrizes institucionais expedidas pelos Órgãos Colegiados e pela Reitoria;
- Subsidiar os profissionais do Câmpus, no tocante às normas vigentes e apresentar aos órgãos superiores da administração situações que estejam em desacordo com a legislação, buscando soluções imediatas;
- Regularizar e dar autenticidade à vida escolar dos estudantes;
- Gerenciar o funcionamento do Câmpus, responsabilizando-se pelo registro de informações nos sistemas eletrônicos, zelando pela eficiência, cumprimento das normas educacionais e pela qualidade, legalidade e gratuidade do ensino;
- Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas nos atos administrativos gerais e na programação escolar expedidos pelos órgãos centrais do IFPR, inclusive com referência a prazos;
- Assinar atos e portarias da Administração e funcionamento do Câmpus;
- Examinar e aprovar relatórios apresentados pelos órgãos do Câmpus;
- Supervisionar a distribuição da carga horária obrigatória dos professores do Câmpus, registrando ocorrências de ausência, garantindo a reposição de aulas decorrentes das faltas;
- Convocar os(as) professores(as) para a definição da distribuição das aulas, adequando-as às necessidades do Câmpus e do(a) professor(a);
- Assinar certificados, atestados, guias de transferência e demais documentos que devam ser emitidos pelo órgão máximo do Câmpus;
- Disponibilizar mecanismos para controle da frequência dos servidores do Câmpus, comunicando aos órgãos centrais do IFPR a atualização desse fluxo;
- Elaborar e controlar a escala de férias dos servidores;
- Responder pelo cadastramento, registros e manutenção das informações funcionais dos servidores no Câmpus;
- Realizar os procedimentos administrativos pertinentes, de acordo com a legislação em vigor e no disposto no Regimento Geral, para apuração de faltas disciplinares dos professores, servidores técnico-administrativos e estudantes do Câmpus garantindo o direito à ampla defesa.
- Participar do Planejamento Orçamentário do Câmpus coordenado pela Reitoria;
- Atuar como ordenador de despesas do Câmpus, em conformidade com as orientações da Reitoria e a legislação vigente;
- Elaborar e submeter à aprovação de dois terços dos componentes do Colégio Dirigente do Câmpus o plano de aplicação dos recursos oriundos de qualquer fonte;

- Planejar, programar, registrar, executar e acompanhar as despesas do Câmpus;
- Acompanhar os créditos orçamentários do Câmpus;
- Informar, quando solicitado pela Reitoria, detalhamento e justificativa de execução de despesas do Câmpus;
- Ao final do exercício financeiro elaborar o processo de prestação de contas anual;
- Articular e integrar o Câmpus com a família, a comunidade, Instituições Públicas e Privadas;
- Divulgar na comunidade os resultados e outras informações do Câmpus;
- Informar, quando solicitado pelos órgãos centrais, dados relativos ao Câmpus;
- Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, não previstas neste manual, mas de interesse da Administração.

Titular	Cargo	Período de Atuação
Anderson Sanita	Diretor-Geral do Câmpus Assis Chateaubriand	01/01/14 a 31/12/14
João Claudio Bittencourt Madureira	Diretor-Geral do Câmpus Campo Largo	04/02/14 a 31/12/14
Gismar Schilive de Souza	Diretor-Geral do Câmpus Campo Largo	01/01/14 a 04/02/14
Rodrigo Hinojosa Valdez	Diretor-Geral do Câmpus Capanema	27/03/14 a 31/12/14
Cícero José Albano	Diretor-Geral do Câmpus Capanema	01/01/14 a 25/02/14
Luiz Carlos Eckstein	Diretor-Geral do Câmpus Cascavel	01/01/14 a 31/12/14
Edilomar Leonart	Diretor-Geral do Câmpus Colombo	06/02/14 a 31/12/14
Vicente Estevan Sandeski	Diretor-Geral do Câmpus Colombo	01/01/14 a 06/02/14
Adriano Willian da Silva	Diretor-Geral do Câmpus Curitiba	09/05/14 a 31/12/14
Luiz Gonzaga Alves De Araujo	Diretor-Geral do Câmpus Curitiba	01/01/14 a 09/05/14
Roseli Bernadete Dahlem	Diretor-Geral do Câmpus Foz do Iguaçu	01/01/14 a 31/12/14
Francis Luiz Baranoski	Diretor-Geral do Câmpus Irati	01/01/14 a 31/12/14
Onivaldo Flores Junior	Diretor-Geral do Câmpus Ivaiporã	01/01/14 a 31/12/14
Gustavo Villani Serra	Diretor-Geral do Câmpus Jacarezinho	04/02/14 a 31/12/14
Arife Amaral Melo	Diretor-Geral do Câmpus Jacarezinho	01/01/14 a 04/02/14
Aline Renée Benigno dos Santos	Diretor-Geral do Câmpus Jaguariaíva	21/05/14 a 31/12/14
Fernando Roberto Amorim Souza	Diretor-Geral do Câmpus Jaguariaíva	01/01/14 a 04/02/14
Amir Limana	Diretor-Geral do Câmpus Londrina	04/02/14 a 31/12/14
Marcelo Estevam	Diretor-Geral do Câmpus Londrina	01/01/14 a 04/02/14
Luciano Martignoni	Diretor-Geral do Câmpus Palmas	04/07/14 a 31/12/14
Ivania Marini Piton	Diretor-Geral do Câmpus Palmas	01/01/14 a 06/02/14
Roberto Teixeira Alves	Diretor-Geral do Câmpus Paranaguá	01/01/14 a 31/12/14

Titular	Cargo	Período de Atuação
José Barbosa Dias Junior	Diretor-Geral do Câmpus Paranavaí	01/01/14 a 31/12/14
Marcelo Camilo Pedra	Diretor-Geral do Câmpus Pinhais	18/03/14 a 31/12/14
Paulo Tetuo Yamamoto	Diretor-Geral do Câmpus Pinhais	01/01/14 a 06/02/14
Narciso Américo Franzin	Diretor-Geral do Câmpus Pitanga	01/01/14 a 31/12/14
Karina Mello Bonilaure	Diretor-Geral do Câmpus Telêmaco Borba	01/01/14 a 31/12/14
Alan Rodrigo Padilha	Diretor-Geral do Câmpus Umuarama	15/12/14 a 31/12/14
Odacir Antonio Zanatta	Diretor-Geral do Câmpus Umuarama	01/01/14 a 15/12/14
Patrícia Cambrussi Bortolini	Diretor-Geral do Câmpus União da Vitória	01/01/14 a 31/12/14

1.4 Macroprocessos finalísticos

Os macroprocessos finalísticos do IFPR estão relacionados à Pró-Reitoria de Ensino (PROENS) e Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação (PROEPI).

A Pró-Reitoria de Ensino (PROENS) é responsável pelo planejamento, superintendência, coordenação e fomento das políticas e acompanhamento da execução das atividades de ensino, na área de educação profissional e tecnológica, de graduação e pós-graduação, articuladas com a extensão, a pesquisa, o empreendedorismo e a inovação tecnológica no âmbito do IFPR.

É formada pelas diretorias:

A Diretoria de Ensino Médio e Técnico (DEMTEC) é responsável pela administração, orientação, coordenação, supervisão e avaliação das atividades de ensino, controle acadêmico, acompanhamento, apoio à capacitação docente, acompanhamento discente, apoio pedagógico, bem como questões inerentes à Legislação e a Normas de Ensino referentes à sua área de atuação.

A Diretoria de Ensino Superior e Pós-Graduação (DESUP) conduz a política institucional de Ensino Superior e Pós-Graduação do Instituto Federal do Paraná e a relação externa com as instituições estaduais e federais para o desenvolvimento do Ensino, da Ciência e da Tecnologia.

À Diretoria de Assuntos Estudantis e Atividades Especiais (DAES) compete: planejar, elaborar, implementar, acompanhar e avaliar a Política de Assistência Estudantil (Programas, Projetos e Ações). Objetiva democratizar o acesso, garantir a permanência e o êxito no processo formativo do estudante, contribuindo para a formação integral e inclusão social de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Coordenações:

A Coordenadoria Geral de Secretaria Acadêmica (CGSA), vinculada ao Gabinete da Pró-Reitoria de Ensino, é responsável pela normalização e coordenação das ações de acompanhamento e registro das atividades curriculares e acadêmicas desenvolvidas nos diversos Câmpus do Instituto Federal do Paraná.

A Coordenadoria Geral de Bibliotecas (CGB), que possui natureza consultiva, normativa e executiva, é responsável pela coordenação das atividades e ações sistêmicas das Bibliotecas, a fim de aprimorar e promover a política informacional do IFPR, de acordo com a legislação brasileira de educação, padrões nacionais e internacionais de documentação e informação, políticas de ensino, normativas internas e em consonância com a legislação que regulamenta o exercício da profissão do Bibliotecário Documentalista.

À gestão da Pesquisa, Extensão e Inovação compete planejar, desenvolver, articular, acompanhar e avaliar a execução das políticas do IFPR de desenvolvimento científico, tecnológico e de transferência de conhecimento e tecnologias à sociedade. Assim a PROEPI, por meio de suas diretorias sistêmicas, trabalha em consonância com agências de fomento do Governo Federal, do Estado do Paraná e com

outras instituições de pesquisa, extensão e inovação, respeitando o princípio da autonomia autárquica do IFPR.

A política do IFPR para pesquisa, extensão e inovação tecnológica consiste no fortalecimento de ações destas áreas com a formação humana dada pelas ofertas de cursos desta Autarquia. Assim, aproximamos a pesquisa, a extensão e a inovação do ensino, em seus diversos níveis de oferta, e aparelhamos os Câmpus para o atendimento às demandas da sociedade e dos arranjos locais.

Quadro - A.1.4 – Macroprocessos Finalístico

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Público Principal	Subunidades Responsáveis
Aquisição de acervos bibliográficos	Gerenciamento do processo de compra: planejamento, execução e controle.	Formação e desenvolvimento de coleções.	Estudantes/Discentes.	CGB.
Formação das Equipes das Bibliotecas.	Capacitação por meio de promoção, organização e realização dos encontros e treinamentos.	Estruturação e desenvolvimento da Rede de Bibliotecas do IFPR.	Servidores (bibliotecárias/os e auxiliares de biblioteca).	CGB.
Elaboração e publicação de editais.	Elaboração de Editais de Processo Seletivo, transferência interna e externa e aproveitamento de Cursos Técnicos de Nível Médio e de Cursos Superiores; elaboração de Edital de Monitoria; supervisão dos Editais dos cursos de Pós-Graduação.	Editais e comissões para organização do trabalho pedagógico no IFPR.	Estudantes do ensino médio e do ensino superior, candidatos que desejam ingressar no IFPR.	DEMTEC/DESUP, DAES.
Adesão ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu).	Gerenciamento do Sisu gestão.	Elaboração dos Editais para ingresso em 2015 nos cursos Superiores.	Candidatos que já concluíram o Ensino Médio e desejam ingressar no Ensino Superior.	DESUP.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Público Principal	Subunidades Responsáveis
Acompanhamentos e orientações.	Acompanhamento e orientações para elaboração do Guia de Cursos IFPR 2015; análise e orientação para elaboração dos Calendários Acadêmicos dos Câmpus; organização da comissão de Avaliação da Aprendizagem e operacionalização dos processos necessários; orientações ao público externo e às equipes de ensino dos Câmpus, reuniões com os Câmpus, reuniões Pedagógicas e Encontros de Formação Pedagógica da PROENS e participação em reuniões internas.	Guia de Cursos, calendários acadêmicos, portaria de avaliação.	Estudantes do Ensino Médio e técnico, candidatos que desejam ingressar no IFPR, equipes pedagógicas dos câmpus do IFPR.	DEMTEC/DESUP.
Análise e acompanhamento de processos.	Análise e acompanhamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos Câmpus, elaboração de pareceres a diferentes processos do IFPR.	PPCs e PPPs para organização do trabalho pedagógico no IFPR.	Equipes pedagógicas dos câmpus do IFPR.	DEMTEC/DESUP.
Participação em eventos de caráter pedagógico.	Participação em encontros, seminários, congressos, fóruns e colóquios.	Formação interna.	Membros das equipes Demtec e Desup.	DEMTEC/DESUP.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Público Principal	Subunidades Responsáveis
Participação e colaboração no Seminário de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação (SE ² PIN) do IFPR.	Análise de resumos e organização e apresentação de sessões temáticas.	Formação de estudantes.	Estudantes participantes do evento.	DEMTEC/DESUP.
Elaboração, implantação e desenvolvimento de projetos.	Desenvolvimento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à docência (Pibid), Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (Life) e coordenação do Projeto no IFPR, Plano de Formação de Quadro Docente do IFPR (Planfor) e participação na seleção do Prodoutoral.	Institucionalização do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à docência (Pibid), Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (Life).	Professores e estudantes do IFPR.	DESUP.
Participação em bancas do Concurso público para docentes.	Composição das bancas de avaliação das provas didáticas do concurso público para docentes 2014, em diversos Câmpus.	Composição das bancas de avaliação.	Equipes pedagógicas dos câmpus do IFPR e comissões de concurso docente.	DEMTEC/DESUP.
Elaboração de respostas ao MEC e à SETEC.	Apresentação de respostas a processos de diligência sobre cursos superiores avaliados pelo INEP, bem como assessoramento à PROPLAN em questões relacionadas aos cursos superiores.	Avaliação de cursos superiores.	Câmpus do IFPR.	DESUP.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Público Principal	Subunidades Responsáveis
Participação e colaboração na análise de projetos submetidos aos Programas de Bolsas da PROEPI/PROENS.	Análise de resumos e projetos encaminhados pela PROEPI para seleção de estudantes. Análise de projetos e emissão de pareceres referentes ao Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social (PBISC).	Programas de Bolsas da PROEPI/PROENS.	Equipes pedagógicas dos campi do IFPR, estudantes do IFPR.	DEMTEC/DESUP.
Elaboração de minutas e notas técnicas.	Elaboração de minutas de documentos e notas técnicas explicativas de procedimentos regulatórios para as atividades realizadas nos Câmpus.	Documentos e notas técnicas explicativas.	Equipes pedagógicas dos campi do IFPR, estudantes do IFPR.	DEMTEC/DESUP.
Elaboração de Minuta das Diretrizes Institucionais dos cursos Superiores de Tecnologia.	Elaboração da Minuta das Diretrizes Institucionais dos Cursos Superiores de Tecnologia.	Diretrizes Institucionais dos Cursos Superiores de Tecnologia.	Equipes pedagógicas dos campi do IFPR, estudantes do IFPR.	DESUP.
Reestruturação e atualização das páginas eletrônicas da Demtec e Desup.	Inserção e organização de dados nas páginas eletrônicas da DEMTEC e DESUP.	Páginas eletrônicas da DEMTEC e DESUP.	Comunidade interna e externa.	DEMTEC/DESUP.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Público Principal	Subunidades Responsáveis
Produção de Materiais.	Elaboração de minutas de revista eletrônica, planilha de mapeamento docente, planilha de levantamento e mapeamento cursos. Publicação de artigo científico na Revista Políticas e Educação em Debate.	Publicação de artigo científico, formação interna.	Equipes pedagógicas dos câmpus do IFPR, estudantes do IFPR, comunidade externa.	DEMTEC/DESUP.
Desenvolvimento, execução, acompanhamento e avaliação dos programas de assistência estudantil do IFPR.	Lançamento e execução dos Editais PROENS: 002/2014 – Programa de Auxílio Complementar ao Estudante (PACE); 003/2014 – Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social (PBIS); 004/2014 – Programa de Monitoria; 005/2014 – Programa de Apoio a Participação em Eventos; 007/2014 – Programa Estudante-Atleta; 017/2014 – Programa de Assistência Estudantil PROEJA Presencial; 022/2014 – Monitoria Complementar; 029/2014 – PACE Complementar.	Editais referentes à concessão de bolsas e auxílios a estudantes, prioritariamente, em situação de vulnerabilidade econômica.	Estudantes em situação de vulnerabilidade econômica.	DAES.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Público Principal	Subunidades Responsáveis
Desenvolvimento, execução, acompanhamento da área de relações internacionais	Lançamento de: Instrução Interna de Procedimentos Nº 02/2014, referente à mobilidade estudantil; Chamada Interna para Pré-Seleção das Candidaturas Estudantis ao Programa Ciência sem Fronteiras; Chamada Interna CRI/PROENS Nº 02/2014 , referente ao Terceiro Curso de Aperfeiçoamento em Língua Inglesa nos EUA. Além disso, houve o cadastramento do IFPR no Inglês Sem Fronteiras.	Publicação de IIP e Chamadas Internas, e outras ações referentes à internacionalização do IFPR.	Estudantes e servidores.	DAES.
Desenvolvimento do relatório analítico dos estudantes inscritos nos programas de assistência estudantil.	Relatório desenvolvido com a finalidade de apresentar dados quantitativos dos estudantes inscritos nos Programas de Assistência Estudantil do IFPR, referente ao primeiro semestre de 2014.	Coleta de dados dos estudantes inscritos nos Programas de Bolsas e PACE, nos seguintes Câmpus do IFPR: Assis Chateaubriand, Campo Largo, Curitiba, Cascavel, Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Londrina, Irati, Ivaiporã, Palmas, Paranaíba, Paranaguá, Umuarama e Telêmaco Borba.	Estudantes atendidos pelos programas da assistência estudantil do IFPR.	DAES.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Público Principal	Subunidades Responsáveis
Política, desenvolvimento e coordenação geral do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).	Aquisição em 2014: equipamentos de tecnologia assistiva –impressoras Braille e <i>scanners</i> com voz, no intuito de contribuir para a melhoria das condições de acessibilidade.	Equipamentos de tecnologia assistiva, com o intuito de fomentar políticas inclusivas para promover a garantia de acesso, permanência e êxito do estudante.	Estudantes com necessidades educacionais específicas.	DAES.
Organização das respostas às solicitações do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).	Resposta aos pedidos encaminhados via sistema e-SIC, o qual permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso a informação para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.	Atendimento ao público em geral sobre informações institucionais.	Comunidade interna e externa.	DAES.
Impressão de identidades estudantis.	Impressão e o envio das Identidades Estudantis para todos os/as estudantes do Instituto Federal do Paraná dos seguintes cursos: Médio Integrado, Médio Subsequente, Proeja Técnico, Superior, Pós-Graduação e EAD.	Identidade Estudantil para os estudantes do IFPR.	Estudantes.	DAES.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Público Principal	Subunidades Responsáveis
Contratação de seguro de vida.	Contrato do seguro de vida para os estudantes de graduação, bolsistas, estagiários e servidores do IFPR, referente a acidentes pessoais.	Seguro de vida para estudantes, estagiários e servidores do IFPR. Estudantes atendidos: cerca de 14500; Servidores atendidos: cerca de 1500.	Estudantes, estagiários e servidores do IFPR.	DAES.
Emissão e Registro de Diplomas.	Emissão, Registro e coleta de assinatura do outorgante em diplomas de Cursos Técnicos e Superiores do IFPR. (Atribuição exclusiva da Coordenadoria).	Diplomas.	Alunos e Secretarias Acadêmicas.	CGSA.
Emissão e Registro de Certificados de Pós-Graduação Lato Sensu.	Emissão e Registro de Certificados de Especialização Lato Sensu (Atribuição exclusiva da Coordenadoria).	Certificados de Pós-Graduação Lato Sensu.	Alunos e Secretarias Acadêmicas.	CGSA.
Emissão e Registro de Certificados gerais.	Emissão e Registro de Certificados de Conclusão do Ensino Médio, Qualificação Profissional e Cursos, encontros e atividades promovidas pela Pró-Reitoria de Ensino.	Certificados.	Alunos e Secretarias Acadêmicas.	CGSA.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Público Principal	Subunidades Responsáveis
Coordenação do Fórum de Secretários Acadêmicos do IFPR.	Coordenação do espaço para divulgação e discussão de boas práticas de registro e acompanhamento acadêmico entre os responsáveis pelas atividades no IFPR.	Processos e Serviços oferecidos pelas unidades de Registro e Acompanhamento Acadêmico padronizados em todos os Câmpus, gerando condições de funcionamento sistêmico do Setor.	Secretários Acadêmicos.	CGSA.
Formação das Equipes de Secretarias Acadêmicas dos Câmpus.	Capacitação por meio de promoção, organização e realização de encontros e treinamento.	Processos e Serviços oferecidos pelas unidades de Registro e Acompanhamento Acadêmico padronizados em todos os Câmpus, gerando condições de funcionamento sistêmico do Setor.	Equipe de Secretarias Acadêmicas.	CGSA.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Público Principal	Subunidades Responsáveis
Atendimento às Comunidades Acadêmica e externa.	Orientação das comunidades interna e externa sobre questões acadêmicas, curriculares dos cursos, programas e projetos ofertados pelo IFPR, assim como sobre questões de legislação educacional e institucional do IFPR, quando for solicitado.	Estabelecimento de uma Unidade de referência para saneamento das dúvidas e demandas das comunidades interna e externa.	Alunos, Servidores e comunidade externa.	CGSA.
Implantação dos módulos do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas.	Coordenação da implantação dos módulos ligados ao ensino do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).	Módulos de ensino técnico e médio, graduação, processos seletivos e EAD do SIGAA implantados.	Alunos e Servidores.	CGSA.
Elaboração de normativas internas.	A CGSA/PROENS, em conjunto com as Direções da PROENS, desenvolveu em 2014 Minutas de Resoluções e Instruções Internas de Procedimentos relacionadas às atividades inerentes as funções da Secretaria Acadêmicas e contribuiu com normatizações das Diretorias da PROENS.	Resoluções CONSEPE sobre “Nome Social” e “Emissão e Registro de Diplomas e Certificados do IFPR” e elaboração e discussão de Minuta de Resoluções de “Formatura”, “Manual do Setor” e IIP’s de Abertura de Curso.	Alunos e Servidores.	CGSA.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Público Principal	Subunidades Responsáveis
Reestruturação e atualização da página eletrônica da CGSA.	Inserção e organização de dados na página eletrônica da CGSA.	Atualização da Página eletrônica da CGSA.	Comunidade interna e externa.	CGSA.
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica	Bolsas de Iniciação Científica	Estudantes de graduação integrados na pesquisa científica	Diretoria de Pesquisa
PIBIC-Jr	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica	Bolsas de Iniciação Científica	Alunos do Ensino Técnico Integrado, Subsequente e Concomitante	Diretoria de Pesquisa
PIAP	Programa Institucional de Apoio à Pesquisa	Fomento projetos de pesquisa	Alunos	Diretoria de Pesquisa
Bolsas de Extensão	Apoio às atividades de extensão por meio de concessão de bolsas	Bolsas de apoio financeiro	Coordenadores dos projetos bem como estudantes	Diretoria de Extensão
CECANE	Ações de pesquisa, extensão e inovação em parceria com o FNDE nas áreas de alimentação e nutrição escolar	Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar	Grupo de pesquisa registrado no CNPQ e os NEAs (Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica)	Diretoria de Extensão
CRC	Formação de jovens em situação de vulnerabilidades sociais que se interessem por esse campo de trabalho, à preocupação ambiental do lixo gerado a partir da informatização da sociedade	Centros de Recondicionamento de Computadores	Jovens em situação de vulnerabilidades sociais	Diretoria de Extensão

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Público Principal	Subunidades Responsáveis
PIBIN	Programa Institucional de Bolsas de Incentivo ao Empreendedorismo Inovador	Bolsas de Incentivo ao Empreendedorismo Inovador	Alunos em Programas de Iniciação Científica com foco em Inovação e Empreendedorismo	Diretoria do Empreendedorismo Inovador
IFTECH	Feira de Inovação Tecnológica do IFPR - Desenvolvimento de Protótipos ou Produtos Inovadores	Protótipos e produtos desenvolvidos pelos estudantes	Estudantes do IFPR	Diretoria do Empreendedorismo Inovador
I Olimpíada IFPR de Robótica	Espaço de aprendizagem, apresentação, exposição e competição de protótipos de robôs	Construção e programação com o uso da robótica educacional	Estudantes do IFPR	Diretoria do Empreendedorismo Inovador
II Feira de Estágios	Mecanismo de contato direto do estudante com a comunidade escolar e o mundo do trabalho	Oportunidade de estágio de interesse curricular	Estudantes do IFPR	Diretoria do Empreendedorismo Inovador

Recurso destinado às Despesas Gerais da PROENS:

Despesas	Recurso Destinado	R\$ Executado	% Executado	Saldo
Diárias Nacionais	48.753,09	38.127,59	78,2	10.625,50
Diárias Eventuais	3.014,00	2.391,30	79,33	622,70
Passagens Aéreas	26.190,70	24.247,10	92,57	1.943,60
Passagens Rodoviárias	2.875,00	1.717,98	59,75	1.157,02
Serviço Terceirizado (Habitual)	99.807,92	99.807,92	100	0,00
Manutenção de <i>Software</i>	12.392,26	7.908,06	63,81	4.484,20
Despesas de Pessoal (Auxílio Moradia)	46.464,00	40.960,00	88,15	5.504,00
Material de Expediente	12.979,50	*12.392,20	95,47	587,30
Outros serviços PJ	7.169,80	4.703,40	65,60	2.466,40
Total	259.646,27	232.255,55	89,45	27.390,72

* Valor remanejado para atender as despesas da Manutenção do *Software* Pergamum.

Recursos do Fundo de Desenvolvimento Institucional - FDI:

Despesas	Recurso Destinado	R\$ Executado	Saldo
Aquisição de Material Bibliográfico	1.883.644,69	835.610,92	*1.048.033,77
Total	1.883.644,69	835.610,92	1.048.033,77

* Saldo do empenho inscrito em restos a pagar. Fornecedores ainda estão realizando a entrega de livros.

Recursos - Ação 20RL:

Despesas	Recurso Destinado	R\$ Executado	Saldo
Consumo	*73.670,33	73.670,33	0,00
Total	73.670,33	73.670,33	0,00

* A PROPLAN disponibilizou recurso dessa ação para atender as despesas de contratação de material de consumo (faixas e manuais do estudante) da empresa Andergraf.

Recursos destinados à Ação 2994 – Assistência Estudantil:

Despesas	Recurso Destinado	R\$ Executado	% Executado	Saldo
Auxílio Bolsa Estudantil	7.121.401,80	6.889.344,00	96,74	232.057,80
Material de Consumo	392.390,00	208.308,87	53,08	*184.081,13
Pessoa Física	85.170,00	*85.170,00	100	0,00
Pessoa Jurídica	835.773,26	835.773,26	100	0,00
Material Permanente	2.129.267,00	0,00	0	2.129.267,00
Total	10.564.002,06	8.018.596,13	75,9	1.804.638,11

* Valor alocado para reforço das bolsas estudantis.

Inicialmente foi destinado às bolsas da assistência estudantil o valor de R\$ 7.247.500,00. Deste valor e após reforços e anulações parciais, foi efetivamente empenhado o valor final de R\$ 7.061.096,80.

Auxílio Bolsa Estudantil:

Bolsa	R\$ Empenhado	DBI'S e GRU'S	R\$ Executado	% Executado	Saldo Empenho
Pace	4.056.500,00	35.650,00	4.016.575,00	98,15	75.575,00
Atleta	437.000,00	2.175,00	428.700,00	97,61	10.475,00
Pbis	1.940.000,00	7.650,00	1.841.700,00	94,56	105.950,00
Monitoria	285.000,00	1.400,00	274.050,00	95,68	12.350,00
Eventos	270.096,80	13.430,00	261.569,00	92,25	21.957,80
Proeja	72.500,00	0,00	66.750,00	92,06	5.750,00
Total	7.061.096,80	60.305,00	6.889.344,00	96,74	232.057,80

Despesas com Material de Consumo:

Durante o ano de 2014 ocorreram descentralizações do recurso da conta material de consumo para diversos Câmpus, com o intuito de atender as despesas com transporte para a participação dos alunos em eventos do IFPR entre outras despesas a saber:

Despesa	Unidade	Finalidade	Valor
Descentralização	Câmpus Curitiba	Transporte ENET	10.000,00
Descentralização	Câmpus Curitiba	Transporte JIF-SUL	10.000,00
Descentralização	Câmpus Foz do Iguaçu	Transporte JIF-SUL	11.418,00
Descentralização	Câmpus Paranavaí	Transporte JIF-SUL	18.613,59
Descentralização	Câmpus Foz do Iguaçu	Transporte JIF-NAC.	6.000,00
Descentralização	Câmpus Curitiba	Transporte JIF-NAC.	3.000,00
Descentralização	Câmpus Paranavaí	Transporte JIF-NAC.	6.000,00
Descentralização	Câmpus Palmas	Transporte JIF-NAC.	25.000,00
Remanejado para PJ	Reitoria - DAES	Van - Transporte JIF-NAC.	2.400,00
Slinger Technology	Reitoria - DAES	Compra Carteiras em PVC	5.249,79
Descentralização	Câmpus Telêmaco Borba	Transporte JIF-PR	7.300,00
Descentralização	Câmpus Palmas	Transporte PBID - Paranaguá	15.300,00
Descentralização	Câmpus Foz do Iguaçu	Compra Mesa de Som	2.752,00
Andergraf Multimídia	Reitoria - DAES	Banners – JIF-PR	476,87
Descentralização	Câmpus Londrina	Transporte JIF-PR	15.299,00
Descentralização	Câmpus Paranaguá	Transporte JIF-PR	9.219,52
Remanejado para PJ	Reitoria - DAES	Atender despesas do JIF-PR	43.765,26
Descentralização	Câmpus Jacarezinho	Transporte JIF-PR	7.814,84
Descentralização	Câmpus Paranavaí	Transporte JIF-PR	8.700,00
Total			208.308,87

Despesas com Pessoa Física:

O recurso destinado ao pagamento de Pessoa Física, no valor de R\$ 85.170,00 não foi utilizado, sendo alocado para reforços das bolsas estudantis na ação 2994.

Despesas com Pessoa Jurídica:

Inicialmente foi destinado para as despesas de PJ o valor de R\$ 1.277.560,00. Deste valor e após remanejamento de R\$ 485.552,00 para as bolsas estudantis na ação 2994, foi executado o valor final de R\$ 835.773,26, conforme segue:

Despesa	Unidade	Finalidade	Valor
Federal Vida e Previdência	PROENS/DAES	Seguro de vida dos alunos	65.196,00
MBM Seguradora S/A.	PROENS/DAES	Seguro de vida dos alunos	52.905,30
Descentralização de Recurso	PROEPI	Realização do III SEPIN	300.000,00
F. das C. Mendonça Borges ME	PROENS/DAES	Locação de van para o JIF - Natal/RN	2.400,00
Halifax Eventos Ltda.	PROENS/DAES	Organização dos jogos do IFPR	327.700,00
Sonora Marketing Ltda.	PROENS/DAES	Árbitros para os jogos do IFPR	58.461,06
Cardial Stands Ltda.	PROENS/DAES	Tendas para os jogos do IFPR	29.110,90
Total			835.773,26

Despesas com Material Permanente:

Despesas	Recurso Destinado	Recurso Empenhado	Saldo
Material Permanente	*2.129.267,00	0,00	2.129.267,00
Total	2.129.267,00	0,00	2.129.267,00

* Valor não utilizado, devido a questões restritivas do processo licitatório para a aquisição de *tablets*.

MACROPROCESSO GESTÃO DA PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO

À gestão da Pesquisa, Extensão e Inovação compete planejar, desenvolver, articular, acompanhar e avaliar a execução das políticas do IFPR de desenvolvimento científico, tecnológico e de transferência de conhecimento e tecnologias à sociedade. Assim a PROEPI, por meio de suas diretorias sistêmicas, trabalha em consonância com agências de fomento do Governo Federal, do Estado do Paraná e com outras instituições de pesquisa, extensão e inovação, respeitando o princípio da autonomia autárquica do IFPR.

A política do IFPR para pesquisa, extensão e inovação tecnológica consiste no fortalecimento de ações destas áreas com a formação humana dada pelas ofertas de cursos desta Autarquia. Dessa forma, aproximamos a pesquisa, a extensão e a inovação do ensino, em seus diversos níveis de oferta, e aparelhamos os Câmpus para o atendimento às demandas da sociedade e dos arranjos locais.

MACROPROCESSOS DA PESQUISA

PIBIC

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) visa apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Instituto Federal do Paraná (PIBIC/IFPR).

Edital	Situação/Vigência	Duração do Edital (meses)	Valor da bolsa	Projetos Contemplados	Nº de Bolsas
014/2013	Executado/ Abril a Dezembro de 2014	9	R\$ 400,00	10	10

De acordo com a agência de fomento, apresentam-se os seguintes programas em andamento no ano de 2014/2015:

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq) e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC-Af/CNPq).

Edital	Situação/Vigência	Duração do Edital (meses)	Valor da bolsa	Projetos Contemplados	Nº de Bolsas
009/2014	Vigente / Setembro-2014 a Agosto - 2015	12	R\$ 400,00	8	8

OBS: A bolsa é paga diretamente pelo CNPq ao estudante.

PIBIC-Jr.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior (PIBIC-Jr/IFPR) é um programa da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação (PROEPI) destinado a alunos do Ensino Técnico Integrado, Subsequente e Concomitante, que tem por finalidade despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais nos alunos mediante sua participação em atividade de pesquisa, orientada por pesquisador qualificado.

Edital	Situação/Vigência	Duração do Edital (meses)	Valor da bolsa	Projetos Contemplados	Nº de Bolsas
013/2013	Executado/ Abril-2014 a Março - 2015	9	R\$ 350,00	60	60

OBS: Executado para 50 bolsistas R\$ 350,00, dos quais R\$ 250,00 pelo IFPR e R\$ 100,00 pelo CNPq e para 10 bolsistas recebendo R\$ 350,00 integralmente do IFPR

Estas ações estão relacionadas aos Objetivos 0499, do Ministério de Ciência, Tecnologia e

Inovação, e 0803 do Ministério da Educação, pertencentes ao Plano Plurianual 2012-2015 do Governo Federal. Estes objetivos visam, respectivamente: [1] Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica; [2] Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

PIAP

O Programa Institucional de Apoio à Pesquisa (PIAP) do Instituto Federal do Paraná é um programa da PROEPI que tem por finalidade fomentar projetos de pesquisa desenvolvidos no IFPR, bem como custear atividades relacionadas a eles.

Os recursos provenientes desse programa destinam-se à manutenção e melhoria das atividades necessárias ao desenvolvimento da pesquisa proposta podendo ser aplicados em despesas relativas ao projeto de pesquisa contemplado, tais como aquisição de material de consumo e/ou permanente e inscrição em congressos e eventos científicos para apresentação de seus resultados.

Programa/Edital	Total de Projetos	Duração do Edital (meses)	Valor da bolsa	Nº de Bolsas Pesquisador	Valor (R\$)
015/2013	32	-	R\$ 2.000,00	32	64.000,00

Esta ação está relacionada aos Objetivos 0400, 0403, 0486,0494, 0495, 0499, 0500 e 0501 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Objetivos 0191, 0504 e 0508 do Ministério do Meio Ambiente, do Plano Plurianual 2012-2015 do Governo Federal. Estes objetivos visam, respectivamente: [1] Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade; [2] Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCT e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso; [3] Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica; [4] Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial; [5] Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação; [6] Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica; [7] Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social; [8] Fomentar o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras para cidades sustentáveis; [9] Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando à conservação, à valoração e ao uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros; [10] Atualizar o marco regulatório sobre a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da biodiversidade, tendo como referência os compromissos assumidos pelo governo brasileiro na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB); [11] Recuperar o estado de conservação das espécies brasileiras, com ênfase nas ameaçadas de extinção.

MACROPROCESSOS DA EXTENSÃO SOCIAL E TECNOLÓGICA

A Extensão se constitui como processo educacional, cultural, artístico e científico que visa contribuir com a emancipação humana a partir da interação social. No IFPR, a DIEXT – Diretoria de Extensão e Políticas de Inclusão – é a responsável pelo planejamento, orientação, coordenação e avaliação das atividades de Extensão em todas suas modalidades, assim como de propor e coordenar a implementação de Políticas de Inclusão Social no âmbito do IFPR.

Bolsas de Extensão:

O Programa de Bolsas de Extensão é um programa da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação (PROEPI) que visa apoiar as atividades de extensão, por meio de concessão de bolsas de apoio financeiro aos Coordenadores dos projetos, bem como a estudantes devidamente matriculados no IFPR, durante os meses de abril a dezembro de 2014, com as seguintes finalidades:

- Desenvolvimento dos arranjos produtivos e culturais locais;
- Interlocução com sujeitos da sociedade e seus movimentos sociais;
- Desenvolvimento da extensão de forma indissociável ao Ensino e à Pesquisa;
- Resgate e valorização dos saberes e conhecimentos tradicionais;
- Fomento da economia solidária;
- Formação integral de sujeitos por meio de ações;
- Valorização da Educação para os Direitos Humanos;
- Abertura para a inclusão produtiva articulada à qualificação.

Programas/Edital	Total de Projetos	Número de bolsas Coordenador	Valor (R\$)	Número de bolsas Alunos	Valor (R\$)
Edital 001/2014 – Bolsas de Extensão	50	50	2.000,00	100	350,00

No decorrer do ano de 2014, 05 bolsistas deixaram de desenvolver suas atividades nos projetos dos quais faziam parte e não foram substituídos.

Estas ações estão relacionadas ao Objetivo 0500, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e Objetivo 0880, do Ministério da Justiça, do Plano Plurianual 2012-2015 do Governo Federal. Estes objetivos visam, respectivamente: [1] Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social; [2] Estruturar e fortalecer a Política Nacional de Justiça com ênfase na articulação e integração das ações garantidoras de direitos no âmbito da cidadania, realçando a participação social e os diálogos interfederativos.

CECANE: Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar

O Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar do IFPR (Cecane) é um Programa Institucional de Extensão que desenvolve ações de pesquisa, extensão e inovação em parceria com o FNDE nas áreas de alimentação e nutrição escolar, visando apoiá-lo no trabalho de formação, assessoria, controle e avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. O Cecane está em fase de implantação e as áreas prioritárias de atuação são: alimentação adequada como direito humano;

alimentação escolar para povos indígenas e comunidades quilombolas; desenvolvimento territorial sustentável; consolidação da agricultura familiar de base ecológica como parte de um processo de inclusão social; introdução de inovações tecnológicas na escola e no campo, e a efetivação da Lei da Alimentação Escolar 11947/09 no Paraná. O Centro trabalhará de maneira articulada com um grupo de pesquisa registrado no CNPQ e os NEAs (Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica).

Estas ações estão relacionadas aos Objetivos 0411, 0413, 0759 e 0760 do Plano Plurianual 2012-2015 do Governo Federal sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que têm por objetivo, respectivamente: [1] “Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços”; [2] “Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis”; [3] “Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar”; [4] “Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação”.

CRC - Centro de Recondicionamento de Computadores

Um programa que conjuga a formação de jovens em situação de vulnerabilidade social que se interessem por esse campo de trabalho, a preocupação ambiental com o lixo gerado a partir da informatização da sociedade.

Este programa encontra-se em andamento, inicialmente, em parceria entre o Instituto Federal do Paraná, o Ministério das Comunicações e a Prefeitura Municipal de Curitiba, com o intuito de otimizar espaços para a constituição do plano de ação, possibilitando a concretude por meio de profissionais que poderão contribuir para o desenvolvimento do programa e, sobretudo, pelos órgãos envolvidos, os quais buscam, em comum, a mesma política pública de inclusão digital.

Estas ações estão relacionadas ao Objetivo 0988, da Presidência da República e 0753 do Ministério das Comunicações, do Plano Plurianual 2012-2015 do Governo Federal. Estes objetivos visam, respectivamente: [1] Implementar o programa Estação Juventude no território nacional, voltado para a produção e circulação de informações, a formação de redes sociais de interesse comum e experiências concretas de integração de políticas públicas capazes de modificar e enriquecer a realidade dos jovens, reafirmando a importância da dimensão territorial do desenvolvimento; [2] Estimular a diversidade, a pluralidade e a competição entre meios e agentes da área das comunicações por meio da revisão do arcabouço regulatório e de ações que busquem oferecer o maior número possível de fontes de informação aos brasileiros.

Incubadora de Economia Solidária

O Programa de Extensão “Incubadora Social Tecnológica de Empreendimentos Populares Solidários” está em fase de elaboração.

Como um programa institucional ligado à DIEXT, ele foi concebido para articular projetos e outras ações de extensão de caráter multidisciplinar voltadas para a construção de inovações sociais e afirmação dos direitos humanos fundamentais. Integrado a atividades de pesquisa e de ensino, esse programa de extensão tem por objetivo apoiar empreendimentos, redes e segmentos produtivos solidários através de processos de incubação e indução de cadeia produtiva solidária, pela cooperação e autogestão.

Estas ações estão relacionadas aos Objetivos 0287 e 0869 do Ministério do trabalho e 0946 do Ministério das Relações Exteriores, do Plano Plurianual 2012-2015 do Governo Federal sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que visam, respectivamente: [1] Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho; [2] Promover o prego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho; [3] Expandir as iniciativas previstas nos Planos de Ação das instâncias subsidiárias da UNASUL nas áreas da saúde, combate à fome e à pobreza, erradicação da extrema pobreza, segurança alimentar e nutricional, proteção social e economia solidária, bem como consolidar e implementar o Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS), com vistas a reforçar o pilar social da integração regional.

MACROPROCESSO DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR

A gestão da Inovação no IFPR tem por objetivo promover o desenvolvimento, a cultura, da inovação e da propriedade intelectual, e monitorar a execução das políticas de inovação de nossa instituição.

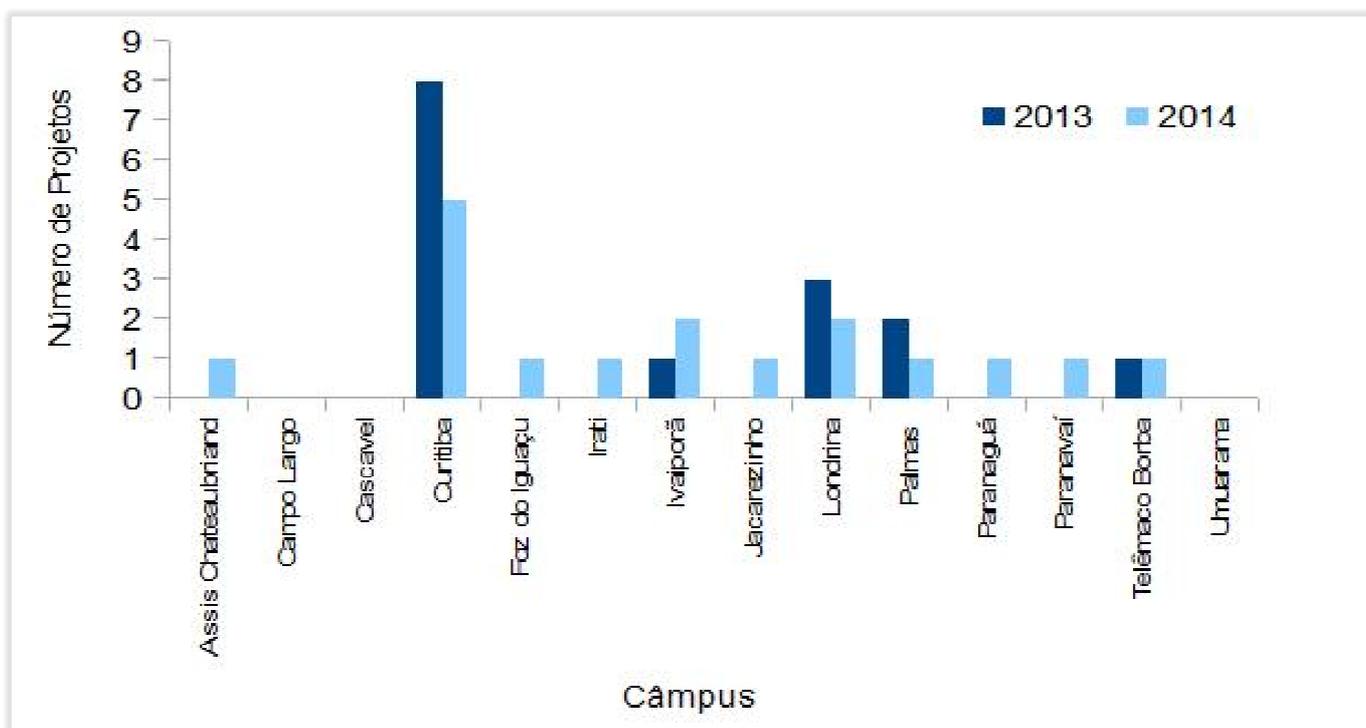
Em 2014, as ações para a implantação e consolidação dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) do IFPR focaram na elaboração de diretrizes para procedimentos de registro de marcas, patentes e *softwares*, cessão de direitos; termo de cessão de direitos; termo de participação de inventores; termos de sigilo, bem como em uma proposta para a política de Inovação do IFPR. Além da elaboração e discussão de diretrizes e normatizações da inovação e do empreendedorismo, a PROEPI promoveu diversos editais de incentivo à inovação, apoiando, com bolsas e recursos para materiais e equipamentos, estudantes e servidores do IFPR.

PIBIN - Programa Institucional de Bolsas de Incentivo ao Empreendedorismo Inovador

O Programa Institucional de Bolsas de Incentivo ao Empreendedorismo Inovador (PIBIN) do Instituto Federal do Paraná tem por finalidade estimular o desenvolvimento tecnológico, a inovação, o empreendedorismo e ações de melhoramento de produtos e processos através da inserção de alunos em Programas de Iniciação Científica com foco em Inovação e Empreendedorismo.

Em seu segundo ano de existência, o programa já apoiou 26 projetos de nível médio e 6 de nível superior. Em 2014 houve um aumento de projetos aprovados distribuídos em diversos câmpus do IFPR (em comparação com 2013).

Programas/Edital	Nível	Total de Projetos	Número de bolsas Coordenador	Valor (R\$)	Número de bolsas Alunos	Valor (R\$)
EDITAL N.º 003/2014 – PROEPI/IFPR	médio	14	14	2.000,00	14	350,00
	superior	3	3	2.000,00	3	400,00



IFTECH - Feira de Inovação Tecnológica do IFPR - Desenvolvimento de Protótipos ou Produtos Inovadores

A IFTECH, realizada nas dependências de cada um dos Câmpus do IFPR participantes, já em sua segunda edição, representa um espaço de apresentações e exposição de protótipos e produtos desenvolvidos por estudantes do IFPR, sob coordenação dos professores orientadores, oferecendo uma rica oportunidade de trocas de experiências ligadas a conhecimentos científicos, tecnológicos e inovadores. O evento, que também tem como finalidade estimular a criatividade empreendedora e inovadora dos estudantes, técnicos e professores é pensado, viabilizado e gerenciado pela PROEPI, por meio da Diretoria de Empreendedorismo Inovador e de edital específico de apoio financeiro.

Em 2014, 12 câmpus do IFPR sediaram o evento entre os meses de agosto a setembro, em duas diferentes linhas de fomento: 10 câmpus na linha 1, com o desenvolvimento e apresentação de no mínimo 10 protótipos ou produtos inovadores; e 2 câmpus na linha 2, com minimamente 5 protótipos ou produtos inovadores.

Os dois protótipos ou produtos inovadores melhor avaliados em cada Câmpus foram convidados a apresentar seus resultados inovadores no III SE2PIN, fortalecendo os Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) de cada Câmpus e a política institucional de promoção da cultura empreendedora e inovadora dos professores, técnicos e estudantes do IFPR.

Programas/Edital	Linhas	Total de Câmpus	Valor por Câmpus (R\$)	Valor Total (R\$)
EDITAL N.º 006/2014 – PROEPI/IFPR	1	10	8.000,00	80.000,00
	2	2	4.000,00	8.000,00

I Olimpíada IFPR de Robótica

O Instituto Federal do Paraná promoveu a I Olimpíada IFPR de Robótica, envolvendo dez câmpus. O evento tem por objetivo proporcionar um espaço de aprendizagem, apresentação, exposição e competição de protótipos de robôs, estimulando o interesse dos estudantes para a concepção, construção e programação destes a partir de *kits* de Robótica educacional. Além da aprendizagem tecnológica, esta é uma oportunidade para troca de experiências científicas e tecnológicas ligadas à inovação. A Olimpíada IFPR segue os moldes da Olimpíada Brasileira de Robótica (OBR), que tem o intuito de ser um instrumento de melhoria do Ensino Fundamental e Médio e também de identificar jovens talentos que possam ser estimulados para carreiras técnico-científicas.

Nos critérios definidos pelo Edital 002/2014 PROEPI, elaborado pela Diretoria de Empreendedorismo Inovador, coordenadores de cada um dos câmpus do IFPR puderam se inscrever para receber recurso financeiro visando a organização geral do evento, o qual foi dividido em duas etapas: Fase 1, que ocorreu no âmbito de cada câmpus selecionado no referido edital; Fase 2, quando as equipes melhor classificadas na primeira fase puderam competir entre si. Esta fase ocorreu no Câmpus Paranaíba. Os dois primeiros colocados da Fase 2 foram convidados a apresentar os seus protótipos no III SE²PIN, integrando uma política institucional que visa à promoção de uma cultura inovadora no processo de formação dos estudantes do IFPR.

Programas/Edital	Total de Câmpus	Número de bolsas Coordenador	Valor (R\$)	Valor Total Empenhado (R\$)
EDITAL N.º 002/2014 – PROEPI/IFPR	11	11	2.000,00	22.000,00

II Feira de Estágios

A iniciativa do IFPR em promover a II Feira de Estágios, reflete a continuidade de uma política institucional que se preocupa com a formação integral do estudante, articulada com ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas ao desenvolvimento social e econômico, ao produzir o conhecimento que forme cidadãos capazes de contribuir para uma sociedade na qual estão inseridos. Tem como objetivo principal proporcionar um mecanismo de contato direto do estudante com a comunidade escolar e o mundo do trabalho. Também promove a divulgação do nome da instituição e expande a rede de relacionamentos do IFPR na sociedade. Intermedia, junto às empresas presentes no evento, a oportunidade de estágio de interesse curricular, obrigatório ou não, como forma de complementação ao ensino e aprendizagem.

Programas/Edital	Total de Câmpus	Valor por Câmpus (R\$)	Valor Total Empenhado (R\$)
EDITAL N.º 004/2014 – PROEPI/IFPR	9	2.000,00	18.000,00

Estas ações estão relacionadas aos Objetivos 0400, 0403, 0486,0494, 0495, 0499, 0500 e 0501 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Objetivos 0191, 0504 e 0508 do Ministério do Meio Ambiente, do Plano Plurianual 2012-2015 do Governo Federal. Estes objetivos visam, respectivamente: [1] Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade; [2] Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCT e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso; [3] Promover a pesquisa, o

desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica; [4] Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial; [5] Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação; [6] Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica; [7] Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social; [8] Fomentar o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras para cidades sustentáveis; [9] Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros; [10] Atualizar o marco regulatório sobre a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da biodiversidade, tendo como referência os compromissos assumidos pelo governo brasileiro na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB); [11] Recuperar o estado de conservação das espécies brasileiras, com ênfase nas ameaçadas de extinção.

CAPTAÇÃO EXTERNA

A PROEPI, por meio de suas diretorias sistêmicas, promove a divulgação de editais externos de fomento à pesquisa, extensão e inovação, incentivando e negociando a captação de recursos externos. As principais instituições que fomentam a pesquisa, a extensão e a inovação no IFPR são: CNPq, CAPES, Fundação Araucária e a SETEC/MEC.

PIBITI - CNPq - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) do CNPq tem por objetivo estimular os jovens dos cursos de graduação nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação. Contribui ainda para a formação de recursos humanos com competência para o desenvolvimento tecnológico e inovação potencializando o desenvolvimento sustentável dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

Programas/Edital	Total de Projetos	Número de bolsas Alunos	Valor (R\$)
EDITAL N.º 015/2014 – PROEPI/IFPR	2	2	400,00

PIBIC – FA - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Fundação Araucária

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Fundação Araucária, do Governo do Paraná, tem por objetivo estimular o letramento científico e a formação de jovens pesquisadores.

Edital	Situação/Vigência	Duração do Edital (meses)	Valor da bolsa	Projetos Contemplados	Nº de Bolsas
011/2013	Executado/ Abril-2014 a Março - 2015	12	R\$ 400,00	10	20

OBS: Cada projeto apresenta dois bolsistas.

Estas ações estão relacionadas aos Objetivos 0400, 0403, 0486,0494, 0495, 0499, 0500 e 0501 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Objetivos 0191, 0504 e 0508 do Ministério do Meio Ambiente, do Plano Plurianual 2012-2015 do Governo Federal.

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA 2014

Durante o ano de 2014, conforme Plano de Distribuição Orçamentária - PDO 2014, foi destinado à PROEPI o valor de R\$ 1.296.956,00, tendo sido executado o valor de:

AÇÃO	PDO	EMPENHO	EXECUTADO	PERCENTUAL	SALDO/PAGAR2015
PIBIN	88.900,00	2014NE000214	81.400,00	91,56%	7.500,00
IFETCH	88.000,00	2014NE000170	81.036,40	92,09%	Devolvido (não executado) R\$ 6963,60
ROBÓTICA	22.000,00	2014NE000168	18320,9	83%	Devolvido 3.679,10
PIBIC JR	144.000,00	2014NE000177	141.400,00	98,19%	2.600,00
PIBIC	36.000,00	2014NE000169	34.700,00	96,39%	1.300,00
PIBIEXT	315.000,00	2014NE000171	272.650,00	87%	(Devolvido 7.000,00) 35.350,00
PIBIEXT	100.000,00	2014NE000179	100.000,00	100%	0
F. ESTÁGIO	20.000,00	DESCONCENTRADO	8.748,42	43%	RECOLHIDO 11.251,80
PIAP	64.000,00	2014NE000288	64.000,00	100%	-
PROEQ	421.510,00	DESCONCENTRADO p/ CÂMPUS	0	0	RECOLHIDO (não executado) 421.510,00
PIBIC FA	96.000,00	2014NE000287	66.800,00	69,58%	29.200,00

SEPIN

AÇÃO	PDO	EMPENHO	EXECUTADO	PERCENTUAL	SALDO/PAGAR2015
HALIFAX	300.000,00	2014NE802082	300.000,00	100%	-
HALIFAX	30.736,52	2014NE802083	30.736,52	100%	-
CARDIAL	19.200,00	2014NE802084	19.200,00	100%	-
CARDIAL	114.993,88	2014NE802087	114.993,88	100%	-
AVS	51.851,92	2014NE802086	51.851,92	100%	-

DIÁRIAS E PASSAGENS

AÇÃO	PDO	EMPENHO	EXECUTADO	PERCENTUAL	SALDO/PAGAR2015
PASSAGENS	37.948,38	2014NE800276	26.277,31	69%	11.671,07
DIÁRIAS	44.157,29	2014NE000003	43.811,58	99,21%	345,71
DIÁRIAS N.SERV.	2.711,00	2014NE000109	537,5	19,83%	DEVOLVIDO 2.173,50
P.RODOVIÁRIA	2.916,90	2014NE800290	303,28	10,39%	DEVOLVER 2.613,62

ATUAÇÃO DO PRONATEC EM 2014

No ano de 2014, o programa foi ofertado e realizado em 32 municípios do estado do Paraná, sendo 22 localidades em câmpus ou Unidades Educacionais do IFPR, e 10 localidades consideradas unidades remotas, já que não possuem câmpus ou Unidades Educacionais da Instituição.

QUANTITATIVO DE VAGAS E MATRÍCULAS

Durante o ano de 2014, foram matriculados 3462 estudantes, das 3936 vagas finais disponibilizadas pelo Ministério da Educação, sendo:

ALUNOS ATENDIDOS	
Câmpus	Número de Alunos Matriculados
Câmpus Assis Chateaubriand	17
Unidade Remota Guaíra	41
Câmpus Campo Largo	153
Unidade Educacional Lapa	23
Câmpus Capanema	82
Unidade Educacional Barracão	52
Câmpus Cascavel	78
Câmpus Colombo	74
Câmpus Curitiba	680
Unidade Remota Araucária	151
Unidade Remota Campo Magro	70
Câmpus Foz do Iguaçu	166
Câmpus Irati	83
Unidade Remota Rebouças	85
Câmpus Ivaiporã	82
Câmpus Jacarezinho	110
Câmpus Astorga	124
Unidade Remota Rolândia	56
Câmpus Palmas	46
Câmpus Coronel Vivida	101
Câmpus Paranaguá	239
Câmpus Paranaíba	144
Câmpus Pinhais	144

ALUNOS ATENDIDOS	
Câmpus	Número de Alunos Matriculados
Unidade Remota Piraquara	33
Câmpus Pitanga	50
Câmpus Telêmaco Borba	100
Câmpus Umuarama	123
Unidade Remota São Jorge do Patrocínio	58
Unidade Remota Altônia	40
Unidade Remota Goioerê	46
Unidade Remota Mariluz	28
Câmpus União da Vitória	183
TOTAL	3.462

Houve uma efetividade de matrículas realizadas de 87,96 % durante o ano de 2014.

Quantitativo de Bolsistas

No decorrer do ano foi realizada a contratação de 369 bolsistas, dentro das funções de Coordenador Geral, Coordenador Adjunto, Supervisores, Docentes, Orientadores Educacionais e Apoio Acadêmico e Administrativo.

RELATÓRIO FINANCEIRO PRONATEC

Considerando a Resolução nº 04 CD-FNDE, Art. 6º, § 4º, a receita foi calculada a partir do número de alunos matriculados, levando em consideração o valor da hora aluno de R\$ 10,00 (dez reais).

O termo de Cooperação inicialmente firmado entre o IFPR e a SETEC, Termo nº 1157, disponibilizava um recurso total de R\$ 7.171.600,00, porém o real valor total recebido foi de apenas R\$ 2.151.480,00. Esse valor foi dividido em rubricas para pagamentos, são elas: estudantes, bolsistas internos do IFPR, bolsistas externos à Instituição, tributos, materiais de consumo, serviços pessoa jurídica e auxílio-transporte. Segue abaixo tabela detalhando os valores recebidos, empenhados e devolvidos.

VALOR DETALHADO POR RUBRICA				
RUBRICA	DESCRIÇÃO	RECEBIDO	EMPENHADO	DEVOLVIDO
33.90.18	Aux. Financeiro aos Estudantes	R\$ 666.467,51	R\$ 630.667,00	R\$ 35.800,51
33.90.48	Aux. Pessoa Física - Bolsa Servidores Internos	R\$ 781.467,54	R\$ 781.467,54	R\$ 0,00
33.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Bolsa Serv. Externos	R\$ 335.373,50	R\$ 325.496,00	R\$ 9.877,50
33.91.47	Obrigações Tributárias (INSS Patronal)	R\$ 80.168,55	R\$ 68.014,80	R\$ 12.153,75
33.90.30	Material de Consumo	R\$ 219.705,39	R\$ 214.351,47	R\$ 5.353,92
33.90.39	Despesas Pessoa Jurídica	R\$ 63.447,51	R\$ 63.434,30	R\$ 13,21
33.90.33	Aux. Transportes – Locomoção	R\$ 4.850,00	R\$ 4.850,00	R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 2.151.480,00	R\$ 2.088.281,11	R\$ 63.198,89

Pelo fato do contingenciamento de recursos federais para o PRONATEC, no exercício de 2014, da existência de compromissos financeiros com profissionais envolvidos nas atividades pedagógicas e administrativas do programa e visando garantir o direito inalienável do estudante, optou-se pela utilização de recursos disponíveis na LOA 2014 (Lei Orçamentária Anual) do IFPR, para liquidar o valor devido de R\$ 1.458.128,52.

2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1 Estrutura de Governança

ÁREA: Auditoria Interna

Caracterização: Unidade responsável por avaliar a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de examinar o gerenciamento de riscos, visando auxiliar a administração da entidade no cumprimento dos seus objetivos.

Também é responsável por intermediar a relação entre o IFPR e os órgãos do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

Competências:

Fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;

Acompanhar o atendimento aos Acórdãos e Diligências do Tribunal de Contas da União;

Acompanhar o atendimento das recomendações da Controladoria-Geral da União;

Acompanhar o atendimento das normas internas emitidas pelo IFPR;

Manter atualizado o Plano de Providências Permanente do IFPR;

Elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT;

Elaborar o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAINTE;

Elaboração dos Relatórios de Auditoria e Notas de Auditoria;

Acompanhar a elaboração e verificar o cumprimento das formalidades exigidas na prestação de contas;

Examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da entidade;

Verificar a execução do orçamento da entidade, visando comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente;

Verificar o desempenho da gestão da entidade, visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia, à eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais;

Orientar subsidiariamente os dirigentes da entidade quanto aos princípios e às normas de controle interno.

Titular	Cargo	Período de Atuação
Marcos Felipe Bolzon	Chefe da Auditoria Interna	21/02/14 a 31/12/14

2.2 Atuação da unidade de auditoria interna

A auditoria Interna do IFPR está estruturada de forma centralizada, sendo o seu funcionamento no prédio da Reitoria. Tal posicionamento se justifica pela imparcialidade que tal modelo impõe frente ao modelo descentralizado (um auditor em cada Câmpus) ou regionalizado (por região). Atualmente o setor conta com três auditores, um contador e um assistente em administração. Dois auditores chegaram em fevereiro e o contador iniciou os seus trabalhos em julho. Dois auditores e o (a) assistente em administração possuem formação em direito e um auditor é formado em Ciências Econômicas, que juntamente com o contador deram um caráter multidisciplinar à AUDIN

No exercício de 2014, a Auditoria Interna no IFPR realizou trabalhos que consideramos relevantes para a Instituição. Podemos citar os que seguem como sendo os mais significativos.

A Auditoria Interna consolidou as atividades de auditoria nos Câmpus do IFPR. Em Assis Chateaubriand e Jacarezinho foram feitas auditorias a distância com acompanhamento das recomendações feitas no exercício de 2013 e novas recomendações pertinentes no ano de 2014. Foram efetuadas várias auditorias com visitas aos Câmpus, dentre eles podemos destacar: Curitiba, Londrina, Palmas, Umuarama, Campo Largo, Irati e Ivaiporã. Nestas unidades foi possível identificar que algumas falhas administrativas são recorrentes, principalmente os aspectos relacionados ao almoxarifado e patrimônio, que paulatinamente, vêm sendo tratados como uma questão central na gestão do IFPR.

Outros aspectos, não menos importantes, enfatizados pela Auditoria Interna foram o cumprimento da carga horária docente e os terceirizados. É importante salientar que cada Câmpus possui suas peculiaridades, portanto, a AUDIN também buscou captar dentro dos parâmetros de materialidade, relevância e criticidade os fatores que são entraves à melhoria da gestão em cada caso particular.

Em todos os Câmpus, quando detectadas irregularidades, houve comprometimento do gestor para sanar as inconsistências apontadas. Em 2015, a AUDIN pretende expandir a visitação aos Câmpus, além de aprimorar o acompanhamento das recomendações.

A gestão orçamentária no ano de 2014 foi alvo de inovação e conseqüentemente recebeu atenção da AUDIN. Em princípio, como a execução orçamentária iniciou o ano centralizada pelo DCOF, foi feito um trabalho para acompanhar e corrigir possíveis falhas de procedimento no que tange à aderência às normas legais. Em 2015, a AUDIN fará novos trabalhos para o acompanhamento da execução orçamentária por parte das UGs (Unidades Gestoras) descentralizadas.

O IFPR é uma instituição recente e com poucos servidores face a demanda de manutenção e expansão que vem recebendo. Porém, com a abertura de novos concursos, esse cenário está se alterando, de tal forma que é possível ação no sentido de reduzir o número de terceirizados. Sabendo disso, a AUDIN, em 2014, elaborou de forma ampla um trabalho para questionar todos os Câmpus e setores do IFPR, verificando a real necessidade dos postos terceirizados, conscientizando a todos a respeito da potencial economia e possíveis desvios de funções.

Para finalizar, a AUDIN avaliou as bolsas fornecidas pela EAD (IFPR) – bolsas e-Tec e fonte de arrecadação própria. Verificou-se a argumentação legal, a seleção e a documentação dos candidatos. A ação visou tornar a contratação de bolsistas mais transparente e criteriosa, respeitando a legislação vigente.

2.3 Sistema de Correição

No exercício de 2014 não houve evento que necessitou de correição, nem capaz de impactar no desempenho de quaisquer atividades.

O Instituto Federal do Paraná, no que concerne aos sistemas de correição, possui em seu quadro a Seção de Procedimentos Disciplinares, que coordena os trabalhos decorrentes da apuração de responsabilidades do servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido.

A Seção de Procedimentos Disciplinares recebe as denúncias e realiza o juízo de admissibilidade, no qual vai informar se o procedimento é passível de abertura de Sindicância ou de Processo Administrativo Disciplinar. Uma vez aberto o procedimento, a Seção presta apoio às comissões, seja de sindicância ou processo administrativo disciplinar, acompanha o andamento processual, desde a emissão de portaria de abertura até a emissão do relatório final, auxiliando nas possíveis demandas do processo, e, por fim, desempenha outras atividades inerentes à unidade.

A Seção de Procedimentos Disciplinares conta atualmente com dois servidores Assistentes em Administração, Alessandra Sivek Peres e Joelma Sartor Rosa Paixão, sendo esta última a responsável pela Seção.

Cabe ainda à Seção de Procedimentos Disciplinares alimentar o Sistema CGU-PAD com as informações de abertura, andamento e encerramento dos respectivos procedimentos disciplinares. São seguidas as orientações previstas na Lei nº 8.112/90, Lei nº 9.784/99, no Manual de Processo Administrativo, Portaria nº 335/2006 e Instrução Normativa nº 04, sendo estes expedidos pela Controladoria-Geral da União e demais legislações conexas.

2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A. 2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			x		

Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			x		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			x		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			x		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	

Análise crítica e comentários relevantes:

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.

2.5 Remuneração Paga a Administradores

Não se aplica à UJ.

2.5.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

Não se aplica à UJ.

2.5.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Não se aplica à UJ.

2.5.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Não se aplica à UJ.

2.5.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Não se aplica à UJ.

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

3.1 Canais de Acesso ao Cidadão

De acordo com o Relatório de Gestão relativo ao ano de 2013, o Instituto Federal do Paraná promove o relacionamento com a sociedade por meio de canais que estão sob-responsabilidade, prioritariamente, de três setores: a) Ouvidoria Geral; b) Serviço de Informação ao Cidadão; e c) Assessoria de Comunicação. São estas estruturas administrativas que asseguram um canal de comunicação com o cidadão, prestando informações, recebendo e encaminhando reclamações, denúncias e sugestões e gerando dados que podem ser úteis estrategicamente para a definição dos rumos institucionais. Dentre elas, a Assessoria de Comunicação é a unidade ligada ao Gabinete do Reitor (GR) que responde pelo planejamento de comunicação do IFPR, realizando diversas ações como o contato com a imprensa, o acompanhamento da visibilidade do IFPR junto à sociedade, elaboração de veículos internos, impressos em papel e *online*, gerenciamento e acompanhamento do *site* da Reitoria do IFPR, tanto em relação à atualização das informações jornalísticas quanto em sua identidade visual, entre outros. O caráter estratégico da Assessoria de Comunicação se dá, notadamente, por seu amplo escopo de atividades, relacionadas tanto a prestação de serviços à comunidade acadêmica, divulgando informações providas de diversas unidades e setores do IFPR, contribuindo para a capilaridade da informação em âmbito interno, quanto por meio de critérios de noticiabilidade e trabalhando por meio dos canais de comunicação disponíveis na instituição, tornando estas informações acessíveis para toda a comunidade.

Do ponto de vista da Assessoria de Comunicação do IFPR, podemos elencar as seguintes frentes de atuação que promovem o acesso do cidadão:

a) *site* Institucional da Reitoria, dos Câmpus e demais unidades:

O Instituto Federal do Paraná mantém um Portal (www.ifpr.edu.br), bem como *sites* para todos os câmpus em funcionamento do IFPR, além de páginas específicas de Diretorias, como a página da Diretoria de Educação a Distância (EAD) (ead.ifpr.edu.br), o Portal Info, ligado à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (info.ifpr.edu.br/) e a página do Núcleo de Apoio a Processos de Seleção (NAPS). Todas essas páginas, assim como as páginas das Pró-Reitorias e demais setores dentro do Portal do IFPR, são mantidas pelas unidades por elas responsáveis. À Assessoria de Comunicação (COM) compete a atualização da área de notícias e atualização de informação em algumas páginas institucionais.

Os textos publicados têm caráter informativo, trazendo assuntos de pertinência ao público interno e externo. Por meio do trabalho da equipe da COM, composta por jornalistas, relações públicas, programador visual, cerimonialistas e estagiários, busca-se informar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral sobre todos os assuntos relativos ao funcionamento do IFPR e sobre as oportunidades educacionais que a instituição oferece à comunidade, prezando sempre o interesse público e fazendo valer a Política de Comunicação do IFPR, aprovada em dezembro de 2013 pelo Conselho Superior da instituição.

A cobertura jornalística se dá em relação a fatos, informações, eventos e ações que impactam no cotidiano dos públicos com os quais a instituição se relaciona. A seleção de notícias se dá pela cobertura (acompanhamento) de reuniões, eventos e atividades, registro fotográfico, e também pelo gerenciamento da Rede de Comunicadores (servidores voluntários que são os contatos da Comunicação/IFPR junto aos câmpus) para que se obtenham as informações necessárias gerando as notícias. Tanto o público externo quanto interno pode fazer suas sugestões de pautas pelo e-mail comunicacao@ifpr.edu.br.

Em 2014, foi criado um novo *menu* com as informações mais relevantes para o público externo, apresentando os cursos oferecidos e os câmpus do IFPR. Ele foi posicionado no topo da página, garantindo mais visibilidade. Ao contrário do *menu* lateral, ele aparece em todas as páginas do *site*, o que garante que o cidadão tenha acesso a essas informações, independentemente da página de entrada. A barra de procura foi reposicionada nesse *menu*, e assim passou a estar presente em todas as páginas também, facilitando a localização de informações caso o cidadão não consiga navegar até o que ele está procurando. As páginas dos câmpus foram refeitas com projeto gráfico mais atraente e com informação organizada de forma mais lógica, inclusive listando todos os cursos que cada câmpus oferece. As páginas dos cursos também foram refeitas com um projeto gráfico mais atraente, divididos por modalidade de oferta e eixos tecnológicos. Cada curso apresenta todos os câmpus em que é ofertado. Por fim, foi criado um formulário de contato do tipo fale conosco, estabelecendo mais um importante canal de acesso com a sociedade. Em pouco mais de dois meses, foram registrados mais de 550 contatos. Todos os contatos são respondidos diariamente pela equipe da Assessoria de Comunicação do IFPR, por meio do e-mail faleconosco@ifpr.edu.br.

b) Página do IFPR no *Facebook*

A utilização das Redes Sociais para comunicação com os públicos de interesse de instituições públicas e privadas tem se mostrado um eficiente canal de comunicação. São vários os exemplos exitosos adotados por instituições públicas nas diferentes esferas, que buscam promover a popularização de informações de interesse público, como fazem, por exemplo, a página da Prefeitura Municipal de Curitiba ou do Ministério da Educação (MEC). Apesar de não ser o espaço onde se publicam as informações oficiais, é mais um local onde o público externo pode ter acesso à instituição e também entrar em contato, por meio das ferramentas de postagem de comentários proporcionados pelo *Facebook*.

A página do IFPR no *Facebook* foi criada em dezembro de 2008. A partir de 2012, a Assessoria de Comunicação passou a utilizá-la com mais intensidade, inserindo ali as informações que também eram publicadas no *site* institucional, adequando o enfoque e a linguagem das notícias do *site* para as necessidades e público do *Facebook*. A partir de 2014, com o ingresso dos profissionais de Relações Públicas no quadro funcional da Assessoria de Comunicação, alterou-se a linha editorial da página institucional no *Facebook*. Agora, apenas informações do interesse do público externo são publicadas (como informações sobre o processo seletivo, concursos públicos, eventos científicos e desportivos realizados pela instituição etc). Também são realizadas publicações alusivas às datas comemorativas, com ênfase nas carreiras que fazem parte do quadro funcional do IFPR (professor, contador, administrador, advogado, jornalista etc.) ou nas carreiras que o IFPR oferece à comunidade por meio dos cursos técnicos e superiores. *Posts* sobre aproveitar o final de semana, férias, livros, datas comemorativas, entre outros, se juntaram às informações importantes sobre o IFPR, gerando assim uma página diversificada e interessante. O uso de *hashtags* também ajudou no controle e na padronização do que estava sendo postado, aumentando a interação do usuário com a página. Essa nova linha editorial resultou em uma maior interação da instituição com os seguidores da página.

Em janeiro de 2015, a *fanpage* www.facebook.com/reitoriaifpr contava com mais de 21,7 mil curtidas, que representam o número de pessoas que querem receber nosso conteúdo em suas atualizações. A interação do usuário (via curtir, comentar ou compartilhar) varia muito da publicação, do horário e do dia da semana. Alguns exemplos abaixo mostram o estilo de imagens e texto, bem como alguns alcances gerados. É importante salientar que o conteúdo deve ser de interesse do leitor, que o uso de fotos ajuda na captação da atenção e que a gramática deve ser respeitada, mas a linguagem pode ser informal. Todos os entendimentos sobre essa rede social devem ser estabelecidos por meio de um planejamento prévio de comunicação. Apresentamos, agora, alguns exemplos de publicação, e a repercussão que elas geram entre os seguidores da *fanpage* do IFPR.

As matérias institucionais são bem-aceitas, desde que sejam de interesse do usuário (um público misto, formado por servidores, estudantes e pela comunidade externa). O Plano de Desenvolvimento Institucional, por exemplo, teve um alcance de 1.006 pessoas.

Posts lembrando as datas comemorativas ligadas aos cursos do IFPR têm uma interação qualitativa, pois os estudantes e profissionais que seguem nossa página se sentem valorizados. O Dia do Fotógrafo, por exemplo, teve boa repercussão, com alcance de 3.432 pessoas e 24 compartilhamentos.

As datas comemorativas gerais (dia do servidor, Natal, Ano novo etc) também são bem-vindas, pois estabelecem uma relação humana com o público.

A interação com o usuário deve ser realizada com cautela, mas quando planejada e bem executada proporciona uma boa experiência da página. O início das férias foi comemorado por muitos alunos, que resolveram compartilhar com a *fanpage* essa alegria. Antes disso, através da página desejou força para o final do semestre, e foi bem aceita pelo público alvo.

Especiais como a cobertura do III SE²PIN, o Concurso e Processo Seletivo 2015, Dia do Estudante e Jogos do IFPR ajudaram na visibilidade positiva do Instituto esse ano.

O Concurso Público e o Processo Seletivo tiveram boa repercussão, com muitos comentários positivos e compartilhamentos. Em destaque, encontra-se o *post* de abertura do concurso público, que atingiu 60.016 pessoas com 197 curtidas, 56 comentários e 820 compartilhamentos.

As solicitações de informações postadas na página ou por mensagem privada variam de acordo com o tema e o momento do órgão. Com o Concurso e Processo Seletivo, por exemplo, as manifestações de dezembro e janeiro passaram de 30. As respostas são padronizadas, visando o encaminhamento ao setor responsável.

É possível perceber que a utilização dessa ferramenta possibilita a interação com a sociedade por meio de uma comunicação séria e descontraída, potencializando as notícias positivas e contribuindo para a construção de uma boa imagem do IFPR e nos aproximando ainda mais de nossos públicos e da sociedade em geral.

c) Ações de atendimento e relacionamento com imprensa

A Assessoria de Comunicação do IFPR tem como princípio o bom relacionamento com a imprensa, o que envolve transparência, cordialidade e eficiência. Responder a todas as solicitações de entrevistas e informações é obrigação fundamental da Instituição e dos gestores. A resposta deve ser ágil e estar em sintonia com a missão, visão e valores institucionais. Isto implica em responsabilidade e transparência, afinal é a imprensa que faz, em diversos momentos, a mediação entre a instituição e a sociedade.

A Assessoria de Comunicação atende a imprensa e indica fontes para as matérias relativas ao IFPR, assuntos correlatos ou de domínio de algum servidor da instituição. Para realizar este trabalho, buscamos construir junto aos câmpus, sistematicamente, um banco de fontes atualizado, além de contatar os servidores que tenham disponibilidade de atender a imprensa. As demandas da imprensa não envolvem apenas a indicação de fontes, mas também a disponibilização de dados estatísticos, portanto, também cabe à comunicação a apuração e, por vezes, a sistematização destes dados, com apoio dos setores da instituição que são responsáveis.

Para facilitar o relacionamento com a mídia, a Assessoria de Comunicação mantém um *mailing* com veículos jornalísticos de todos os municípios onde há câmpus, futuros câmpus e câmpus avançados. Além disso, os profissionais da Comunicação estão à disposição para atender os jornalistas a qualquer horário. Para evitar prejuízos à imagem institucional do IFPR, em caso de assuntos polêmicos ou em situações adversas, a Assessoria de Comunicação realiza um plano operacional para gerir a crise, evitando maiores danos e priorizando os princípios que norteiam uma comunicação pública voltada para os preceitos éticos. A Comunicação atua de forma ativa, não só atendendo às solicitações da imprensa, mas

sugerindo pautas que coloquem em evidência a instituição e os serviços prestados. Da mesma forma, diante de determinados temas de interesse público, são emitidas notas oficiais e realizadas entrevistas coletivas, com intuito de prestar com clareza e eficiência as informações que estão sendo demandadas pela sociedade.

e) Divulgação e cobertura dos eventos institucionais de interesse da sociedade

A Assessoria de Comunicação do IFPR realiza as atividades de divulgação e cobertura dos eventos institucionais de interesse da sociedade, sendo os mais importantes os processos de seleção de estudantes e novos servidores e a Mostra de Cursos. A campanha de divulgação da Mostra de Cursos e do Processo Seletivo foi planejada, elaborada e conduzida (gestão) pela equipe da Assessoria de Comunicação de forma centralizada. Um kit básico de artes foi distribuído para todas as unidades, com cartazes e pôsteres. Artes para distribuição *online* foram disponibilizadas para os *e-mails* de todos os colaboradores, visando uma ampla capilaridade das informações relacionadas a estes eventos que visam atingir a comunidade externa.

Em 2014, tanto o Processo Seletivo quanto os concursos públicos para contratação de servidores docentes e técnicos-administrativos foram realizados por empresas externas ao IFPR. Apesar disso, a Assessoria de Comunicação trabalhou em conjunto com o Núcleo de Apoio a Processos de Seleção para produção do material de divulgação (folders e cartazes), que foi distribuído para as diferentes unidades do IFPR. Todos os documentos institucionais publicados nos sites das bancas promotoras dos certames eram replicados no Portal do IFPR e no *site* do NAPS. A ampla publicidade aos documentos foi dada por meio da publicação de notícias a eles relativos no *site* do IFPR e por meio da divulgação jornalística, na forma de releases enviados como sugestão de pauta para os meios de comunicação da capital e do interior do Estado.

f) Ações de atendimento ao público interno: Informativo Virtual, Giro e Comunicações Administrativas

Além do atendimento aos públicos externos à instituição, o Instituto Federal mantém canais de comunicação direcionados ao público interno, especificamente aos servidores da instituição: o boletim informativo virtual semanal “Informa!”; o boletim impresso semanal “Giro” (apenas para a Reitoria do IFPR); e as comunicações administrativas encaminhadas a todos os servidores por e-mail. O boletim informativo virtual “Informa!” é encaminhado ao e-mail funcional dos servidores do IFPR duas vezes por semana, sempre às terças e quintas-feiras. O informativo é composto pelas seções “Destaque”, que enfatiza a notícia mais importante da edição; “Na Reitoria”, na qual são veiculadas informações sobre o Gabinete do Reitor e Pró-Reitorias do IFPR; “Nos Câmpus”, na qual são veiculadas informações sobre os câmpus do IFPR; “Curtas”, que veicula informações importantes, mas que não tem o potencial para virar uma notícia, em formato de textos curtos e diretos, como se fossem avisos aos servidores; “Editais”, onde são veiculadas informações sobre os editais publicados pelos diferentes setores do IFPR; “Últimas da Rede Federal” e “IF de Norte a Sul”, com informações referentes à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e atuação de outros Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; e “IFPR em ação” e “Você no IFPR”, que tratam de notícias referentes ao funcionamento administrativo do IFPR e informações relativas à área de Gestão de Pessoas, respectivamente. Estas editorias foram definidas no primeiro semestre de 2014, após realização de pesquisa de opinião junto ao público leitor do Informa!, que é produzido desde 2011. Na pesquisa de opinião, foi possível detectar os assuntos de maior interesse do nosso público. A pesquisa possibilitou, também, o desenvolvimento de uma política editorial mais adequada à realidade do IFPR, que preza pela divulgação de informações relevantes, interessantes, prezando sempre o direito à informação do público leitor e a utilização de uma linguagem culta, porém clara e de fácil acesso, evitando a personalização das notícias ou o favorecimento de determinadas áreas

ou setores da instituição. Com a pesquisa, também foi reformulado o projeto gráfico do informativo, uma das grandes insatisfações detectadas na notícia, deixando-o mais colorido, fazendo uso de imagens e tornando-o mais limpo, além de usar links para as notícias, reduzindo o volume de texto no corpo do informativo. Todas as mudanças se mostraram muito positivas, e o público leitor mostrou-se satisfeito com o novo Informa!

O “Giro” é um *house organ* (veículo de comunicação interna impresso) implantado pela COM no ano de 2011. Foi idealizado para funcionar como uma espécie de “jornal do elevador”. É voltado, principalmente, a servidores localizados no prédio da Reitoria do IFPR. A periodicidade é semanal. O Giro é um material bastante simples e barato. É impresso no formato A4, colorido. Representa uma maneira rápida e prática de comunicar assuntos de relevância para o público interno. Os temas não possuem, apenas, cunho institucional: são abordados assuntos como Saúde, Cultura (produtos culturais), bem estar, sustentabilidade, etc. Os boletins são afixados em frente às portas dos elevadores, nos diferentes andares do prédio da Reitoria, murais e demais locais de grande circulação de pessoas. O Objetivo é a integração entre os servidores, publicização de informações úteis e importantes. A linha editorial segue os padrões e definições de Comunicação Pública que norteiam todo o trabalho da COM.

No que toca às comunicações de cunho administrativo, sempre que o Gabinete, uma Pró-Reitoria ou Diretoria solicita, a COM repassa aos servidores do IFPR, por e-mail, as informações de interesse. Antes do envio, todas as informações são checadas e tratadas, a fim de que a informação seja prestada de forma correta, clara e direta. A COM também indica o correio eletrônico da unidade na qual o servidor pode buscar informações complementares ou dirimir suas dúvidas. O envio de qualquer informação massiva a todos os servidores sobre assuntos relacionados ao cotidiano do ambiente de trabalho do IFPR deve passar pelo crivo da Assessoria de Comunicação. Salvo situações extraordinárias, a publicação de documentos oficiais é uma responsabilidade da unidade que deu origem ao documento. Não cabe à Assessoria de Comunicação realizar a publicação, mas apenas a divulgação da informação contida nestes documentos para o bom andamento da prestação de serviços desta instituição.

3.2 Carta de Serviços ao Cidadão

O IFPR disponibiliza, desde o dia 06 de novembro de 2013, em seu *site* institucional, a Carta de Serviços ao Cidadão. A Carta de Serviços ao Cidadão foi instituída pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, e tem por objetivo informar o cidadão dos serviços prestados pelo órgão ou entidade, das formas de acesso a esses serviços e dos respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público. No IFPR, a carta está dividida nas seguintes seções principais: apresentação, identificação da instituição, cursos oferecidos e contato. A carta sistematiza informações relacionadas ao ingresso na Instituição, áreas de atuação do Instituto Federal do Paraná, missão, visão e valores, isenção de inscrição no Processo Seletivo, políticas de cotas, regras de transferência, oferta de cursos, documentos institucionais (estatuto, regimento, resoluções e relatórios gerenciais, entre outros) e outras informações importantes para o bom atendimento aos cidadãos. A carta está disponível no site, no *menu* Institucional, do lado esquerdo, e foi desenvolvida pela Diretoria de Informações Institucionais (PROPLAN) com apoio da Assessoria de Comunicação. O documento também dispõe de uma área para publicizar todos os canais de comunicação que podem ser utilizados pelos cidadãos. Vale ressaltar que a Assessoria de Comunicação do IFPR não foi o setor principal na redação da Carta de Acesso ao Cidadão, sendo que um relato mais completo sobre o assunto poderá ser encontrado com a unidade responsável pelo desenvolvimento do documento.

3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

O mecanismo para medir a satisfação dos cidadãos usuários dos serviços do IFPR é a Comissão Própria de Avaliação – CPA, instituída pelo SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), que tem como responsabilidade a implantação e o desenvolvimento de processos de avaliação institucional.

Outro canal utilizado no IFPR como mecanismo para medir a satisfação e que também serve de acesso para a comunidade é a Ouvidoria. A Ouvidoria busca estabelecer um fórum de comunicação que viabilize sempre a oitiva e a interpretação das demandas recebidas. Ela deve exercer a “magistratura da persuasão” e ser um espaço acolhedor, de compreensão, de valorização do ser humano, buscando construir pontes para o diálogo permanente com a comunidade.

Em seu papel como mediador de conflitos reais e potenciais, do Ouvidor exige-se, além de uma postura altamente ética no trato de questões de terceiros, atenção especial a alguns princípios e regras de comportamento, que norteiam a gestão pública brasileira, destacando-se:

- Dar transparência aos procedimentos administrativos e gerenciais;
- Dar agilidade ao atendimento às demandas;
- Manter o sigilo das informações e fatos;
- Tratar com isenção as demandas;
- Fazer uso de informações e documentos existentes;
- Tratamento equânime às partes.

Em 2014 a Ouvidoria recebeu um total de 1.586 manifestações, assim distribuídas:

UNIDADE	MANIFESTAÇÃO	PROCURA	%
EAD	Atendimento aos Polos de apoio presencial	32	23,07%
	Agilização na emissão de Certificações, históricos e diplomas	138	
	Registros dos cursos técnicos nos respectivos Conselhos de Regionais	14	
	Melhoria nos processos de seleção de tutores em convênios.	5	
	Gravações de tele-aulas	12	
	Atendimento <i>online</i>	3	
	Material para aulas	27	
	Senhas de acesso	35	
	Informações sobre as Especializações e Cursos	32	
	Sobre <i>site</i> não disponível	43	
Sobre erros de tutores	25		
PALMAS	Diplomas, laboratórios	15	8,26%
	Problemas Estruturais	48	
	Relações acadêmicas	56	
	Atendimento em Secretaria	12	
Todas as Unidades	Consultas sobre disponibilidade de Cursos, Concurso, Unidades administrativas, atendimentos	87	5,48%

UNIDADE	MANIFESTAÇÃO	PROCURA	%
ENEN	Informações sobre certificação, locais e pedidos de documentos	88	6,49%
	Sobre falta de atendimento	15	
Processo Seletivo	Solicitação de informações sobre datas, locais, inscrições e regulamentos	129	12,04%
		62	
SISU	Processo de seleção em Palmas e Curitiba – críticas e sugestões	28	1,77%
Concurso	Informações sobre inscrições	42	18,91%
	Sobre falta de informações no site	75	
	Sobre Concurso para Técnico-Administrativo	112	
	Sobre Concurso para Docentes	71	
Câmpus Curitiba	Aulas, Biblioteca, Laboratórios e Estrutura	8	7,50%
	Sobre Cursos e Discentes	32	
	Por atendimento em secretaria	18	
	Sobre curso	26	
	Relações Acadêmicas	35	
Denúncia	Palmas, Tutoria EAD, Paranaguá, Curitiba, Jacarezinho, Irati	23	1,45%
Remanejamento	Solicitação de procedimentos e informações	5	1,45%
	Reaproveitamento de Curso	18	
Umuarama	Sobre Atendimento	5	0,76
	Relações Acadêmicas	7	
Londrina	Sobre atendimento	4	0,82%
	Relações Acadêmicas	9	
Paranavaí	Relações Acadêmicas	22	1,39
Paranaguá	Sobre atendimento	8	1,64
	Relações Acadêmicas	18	
Jacarezinho	Atendimento em Secretaria	2	0,31
	Relações Acadêmicas	3	
Elogios	Desempenho da Reitoria,	3	3,03
	Atendimento do EAD	27	
	Atendimento em Secretaria Acadêmica	18	
Sugestões Cursos Superiores	Solicitação de criação de cursos ao nível superior para Foz, Jacarezinho, Curitiba, Palmas, Londrina, Paranaguá, Umuarama e Telêmaco Borba	32	2,02
Novos Câmpus	Solicitação de informações gerais	57	3,60

3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada

Cumprindo com o disposto na Lei de Acesso à Informação, o *site* do IFPR (www.ifpr.edu.br) disponibiliza item no *menu* esquerdo que direciona à página de Acesso à Informação do IFPR. Nesta página o cidadão tem acesso às informações institucionais, ações e programas, relatórios da auditoria, convênios, despesas, licitações e contratos, servidores, perguntas frequentes e ao formulário do SAC, Serviço de Informação ao Cidadão. Além das obrigações legais, o cidadão pode acessar dados da gestão no Portal de Informações do IFPR desenvolvido pela PROPLAN, que disponibiliza dados estatísticos atualizados referentes à gestão, ensino, alunos e infraestrutura. As informações sobre os câmpus e os cursos disponibilizados à população foram reformulados para facilitar o acesso. Agora estão em destaque no *menu* superior, como já foi exemplificado no item 3.1.

A Lei de Acesso à Informação (LAI), é um fato representativo de uma nova cultura que se instalou no país. Ela estabelece que as informações de interesse coletivo ou geral deverão ser divulgadas pelos órgãos públicos, espontânea e proativamente, independentemente de solicitações. Nesse sentido, a primeira providência imediata estabelecida pelo Governo Federal para seus órgãos e entidades visando implementá-la foi, exatamente, a divulgação do máximo de informações de interesse público de forma organizada e centralizada em seção específica nos sítios eletrônicos dos órgãos e entidades. O objetivo é oferecer ao cidadão um padrão uniforme de acesso, que facilite localização e obtenção das informações e se torne para ele, também, uma referência em transparência pública.

A norma passou a valer em 16 de maio de 2012. Em seguida, instituições começaram gradativamente a abrir seus dados para consulta da população. Informações que antes eram consideradas de interesse estritamente privado, como valor de remuneração pagas a funcionários públicos, passaram a ser consideradas de interesse público.

Do início da vigência até este momento, foi possível avançar significativamente na implementação da Lei 12.527, iniciada pela definição de um servidor responsável pela condução dos trabalhos de implantação dos requisitos estabelecidos na norma, disponibilização dos recursos materiais e tecnológicos, adaptação dos processos necessários para alimentação do conjunto de informações disponíveis no *site* do IFPR, participação de treinamento promovido pela Controladoria-Geral da União – CGU, divulgação interna e externa, definição de responsáveis nas unidades para atender aos pedidos protocolados pelo cidadão e, por fim, a criação e formalização do “Serviço de Informação ao Cidadão – SIC” na estrutura orgânica do IFPR, com atribuições claras de auxílio ao cidadão e, principalmente, com a responsabilidade de fomentar a ideia de que o IFPR é uma instituição pública onde a informação produzida é um bem comum e deve estar disponível a qualquer momento e a qualquer cidadão, com qualidade de conteúdo e facilidade de acesso. Em 2014 foram cadastrados diversos setores do IFPR para atender as solicitações via e-SIC (diretamente), sem a necessidade maior de tramitação de documentos internos para a efetiva resposta aos cidadãos; gerando conseqüentemente maior agilidade e economicidade nas respostas.

3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada

Os instrumentos de avaliação (questionários, pesquisas ou outras ferramentas), desenvolvidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), servem para o planejamento educacional e aponta as áreas e setores que precisam de melhorias. Como atribuições, a CPA do IFPR, aprecia o cumprimento dos princípios, finalidades e objetivos institucionais; a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); as políticas de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão; a responsabilidade social da Instituição; a infraestrutura física, em especial a do ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão e biblioteca; a comunicação com a sociedade; a organização e gestão da Instituição; o planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional e as políticas de atendimento aos estudantes. Ela também analisa as avaliações dos diferentes segmentos do IFPR, no âmbito da sua competência; desenvolve estudos e análises, visando o fornecimento de subsídios para

fixação, aperfeiçoamento e modificação da política da Avaliação Institucional; propõe projetos, programas e ações que proporcionem a melhoria do processo avaliativo institucional; além de também colaborar com os órgãos próprios do IFPR, no planejamento dos programas de Avaliação Institucional.

Há diversas formas para o cidadão registrar seu pedido de informação, aliás, o Art. 10º da Lei 12.527 legitima qualquer forma, desde que o interessado formalize a solicitação. Para facilitar o registro, criar histórico, agilizar o atendimento e, principalmente, avaliar a aplicação da norma nas instituições, a CGU disponibilizou para utilização do cidadão o “Sistema e-SIC” como ferramenta de contato com todos os órgãos federais. O exercício desse direito, a partir do registro eletrônico do seu pedido traz uma série de vantagens ao cidadão, pois permite o acompanhamento de sua solicitação a partir de um número de protocolo gerado automaticamente.

Pedidos de informação 2014

A demanda por informações no IFPR tem apresentado índices relativamente baixos. Em 2014 foram protocolados cerca de 75 pedidos de informação, que compreendem acesso a documentos, informações institucionais, entre outros, conforme demonstrativo abaixo:

Relatório de Pedido

Pedido			Resposta do pedido		Recurso 1ª Instância
Situação (*)	Nup	Data de Abertura	Data	Prazo recurso 1ª instância	Situação do Recurso
T	23480005676201443	29/04/2014			Sem Recurso
R	23480000056201418	04/01/2014	16/01/2014	26/01/2014	Sem Recurso
R	23480000457201478	06/01/2014	16/01/2014	26/01/2014	Sem Recurso
R	23480000535201434	07/01/2014	16/01/2014	26/01/2014	Sem Recurso
R	23480000600201421	07/01/2014	16/01/2014	26/01/2014	Sem Recurso
R	23480000703201491	08/01/2014	16/01/2014	26/01/2014	Sem Recurso
R	23480000767201492	09/01/2014	16/01/2014	26/01/2014	Sem Recurso
R	23480000858201428	10/01/2014	16/01/2014	26/01/2014	Sem Recurso
R	23480000953201421	13/01/2014	16/01/2014	26/01/2014	Sem Recurso
R	23480000968201490	13/01/2014	16/01/2014	26/01/2014	Sem Recurso
R	23480001245201416	18/01/2014	20/01/2014	30/01/2014	Sem Recurso
R	23480001390201499	21/01/2014	22/01/2014	01/02/2014	Sem Recurso
R	23480001591201496	27/01/2014	03/10/2014	13/10/2014	Sem Recurso

Situação (*)	Nup	Data de Abertura	Data	Prazo recurso 1ª instância	Situação do Recurso
R	23480001613201418	28/01/2014	29/01/2014	08/02/2014	Sem Recurso
R	25820000276201479	28/01/2014	07/02/2014	17/02/2014	Sem Recurso
R	23480001874201438	03/02/2014	07/02/2014	17/02/2014	Sem Recurso
R	23480001914201441	04/02/2014	19/02/2014	01/03/2014	Sem Recurso
R	23480002056201452	07/02/2014	07/02/2014	17/02/2014	Sem Recurso
R	23480002074201434	07/02/2014	17/03/2014	27/03/2014	Recurso respondido
R	23480002493201476	17/02/2014	17/03/2014	27/03/2014	Sem Recurso
R	23480002554201403	18/02/2014	14/03/2014	24/03/2014	Sem Recurso
R	23480002691201430	20/02/2014	11/03/2014	21/03/2014	Recurso respondido
R	23480002735201421	21/02/2014	17/03/2014	27/03/2014	Sem Recurso
R	23480003181201480	04/03/2014	11/03/2014	21/03/2014	Sem Recurso
R	23480003322201464	07/03/2014	11/03/2014	21/03/2014	Sem Recurso
R	23480003483201458	11/03/2014	31/03/2014	10/04/2014	Recurso sem resposta
R	23480003564201458	12/03/2014	17/03/2014	27/03/2014	Sem Recurso
R	23480003634201478	13/03/2014	17/03/2014	27/03/2014	Sem Recurso
R	23480003720201481	16/03/2014	17/03/2014	27/03/2014	Sem Recurso
R	23480003729201491	16/03/2014	09/05/2014	19/05/2014	Sem Recurso
R	23480003900201462	19/03/2014	20/03/2014	30/03/2014	Sem Recurso
R	23480004053201453	23/03/2014	11/04/2014	21/04/2014	Recurso respondido
R	23480004340201463	28/03/2014	22/04/2014	02/05/2014	Sem Recurso
R	23480004406201415	29/03/2014	22/04/2014	02/05/2014	Sem Recurso
R	23480004871201456	09/04/2014	15/04/2014	25/04/2014	Sem Recurso
R	23480004898201449	09/04/2014	15/04/2014	25/04/2014	Sem Recurso
R	23480004935201419	10/04/2014	11/04/2014	21/04/2014	Sem Recurso
R	23480004938201452	10/04/2014	11/04/2014	21/04/2014	Sem Recurso
R	23480004940201421	10/04/2014	11/04/2014	21/04/2014	Sem Recurso

Situação (*)	Nup	Data de Abertura	Data	Prazo recurso 1ª instância	Situação do Recurso
R	23480005024201417	13/04/2014	05/05/2014	15/05/2014	Sem Recurso
R	23480005105201417	15/04/2014	15/04/2014	25/04/2014	Sem Recurso
R	23480005148201494	15/04/2014	05/05/2014	15/05/2014	Sem Recurso
R	23480005212201437	16/04/2014	06/05/2014	16/05/2014	Sem Recurso
R	23480005259201409	17/04/2014	22/04/2014	02/05/2014	Sem Recurso
R	23480005264201411	17/04/2014	12/05/2014	22/05/2014	Sem Recurso
R	23480005266201401	17/04/2014	07/05/2014	17/05/2014	Sem Recurso
R	23480005295201464	20/04/2014	26/05/2014	05/06/2014	Sem Recurso
R	23480005565201437	25/04/2014	19/05/2014	29/05/2014	Sem Recurso
R	23480005615201486	28/04/2014	07/05/2014	17/05/2014	Sem Recurso
R	23480005639201435	29/04/2014	05/05/2014	15/05/2014	Sem Recurso
R	23480006342201497	17/05/2014	04/06/2014	14/06/2014	Recurso respondido
R	23480006671201438	25/05/2014	03/06/2014	13/06/2014	Sem Recurso
R	23480006972201461	03/06/2014	06/06/2014	16/06/2014	Recurso respondido
R	23480007056201449	04/06/2014	05/06/2014	15/06/2014	Sem Recurso
R	23480007127201411	05/06/2014	06/06/2014	16/06/2014	Sem Recurso
R	23480008496201413	09/07/2014	29/07/2014	08/08/2014	Sem Recurso
R	23480008849201485	18/07/2014	11/08/2014	21/08/2014	Sem Recurso
R	23480009029201419	22/07/2014	11/08/2014	21/08/2014	Sem Recurso
R	23480009970201424	13/08/2014	01/09/2014	11/09/2014	Sem Recurso
R	23480010573201403	24/08/2014	15/09/2014	25/09/2014	Sem Recurso
R	23480010706201433	26/08/2014	04/09/2014	14/09/2014	Sem Recurso
R	23480010913201498	28/08/2014	22/09/2014	02/10/2014	Sem Recurso
R	23480011845201484	16/09/2014	02/10/2014	12/10/2014	Sem Recurso
R	23480011912201461	17/09/2014	06/10/2014	16/10/2014	Sem Recurso
R	23480011936201410	18/09/2014	02/10/2014	12/10/2014	Sem Recurso

Situação (*)	Nup	Data de Abertura	Data	Prazo recurso 1ª instância	Situação do Recurso
R	23480012144201462	22/09/2014	13/10/2014	23/10/2014	Sem Recurso
R	23480012823201431	07/10/2014	28/10/2014	07/11/2014	Sem Recurso
R	23480013293201449	20/10/2014	11/11/2014	21/11/2014	Sem Recurso
R	23480013548201473	23/10/2014	24/10/2014	03/11/2014	Sem Recurso
R	23480013636201475	27/10/2014	05/12/2014	15/12/2014	Sem Recurso
R	23480014034201435	04/11/2014	19/11/2014	29/11/2014	Sem Recurso
R	23480014183201402	06/11/2014	06/11/2014	16/11/2014	Sem Recurso
R	23480014197201418	06/11/2014	12/11/2014	22/11/2014	Sem Recurso
R	23480014792201453	18/11/2014	25/11/2014	05/12/2014	Recurso respondido
R	23480015604201412	05/12/2014	15/12/2014	25/12/2014	Sem Recurso

Em comparação a 2013 houve um acréscimo de 7 solicitações, o que representa pouca melhora. As hipóteses para baixa procura podem estar relacionadas ao desconhecimento geral do cidadão sobre seus direitos, a natureza educacional que pode não despertar tanta curiosidade sobre suas atividades (diferentes de órgãos como Receita Federal, Polícia Federal, Ministério da Justiça, entre outros), e também a disponibilização de um expressivo rol de informações na página inicial do site, que antecipa a necessidade do cidadão, minimizando tempo e custos para atendimento.

3.6 Medidas Relativas à acessibilidade

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) é responsável pela preparação da instituição para receber pessoas com deficiência nos cursos do IFPR. Vinculado à PROENS, tem por finalidade desenvolver políticas de apoio estudantil através de ações que promovam a melhoria do desempenho acadêmico. Isso é possível através de um trabalho conjunto com os representantes do NAPNE nos câmpus, os quais, durante o ano de 2014, foram responsáveis por promover ações de sensibilização da comunidade escolar quanto à Educação Inclusiva, contribuir para a adequação dos Projetos Político-Pedagógicos de modo a contemplar essa temática, entre outras ações.

A DAES adquiriu, em 2014, equipamentos de tecnologia assistiva, a saber, impressoras Braille e scanners com voz, no intuito de contribuir para a melhoria das condições de acessibilidade. Além disso, aprimorou a orientação aos câmpus em processos relacionados à inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas, auxiliada, por exemplo, pela contratação via concurso, por parte da instituição, de intérpretes de libras.

Destaca-se o trabalho em torno das equipes multidisciplinares nos campi e Reitoria, suas boas práticas de captação, através de concursos para estes profissionais e cursos para sua capacitação.

4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1 Informações o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada

A criação da Lei Federal nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008, foi fundamental para a expansão da educação pública e gratuita, representada pela criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Ao instituir, à época, os trinta e oito Institutos Federais de Educação, inicia-se uma história de compromissos com a educação, com o desenvolvimento humano e cultural da população brasileira.

O Instituto Federal do Paraná integrando esse contexto, a partir do legado da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná que foi transformada em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, passou a contar com maior autonomia de gestão, assumindo o compromisso de atender às crescentes demandas sociais, de ampliar a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada, Técnicos de nível Médio e Superiores, formando sujeitos conscientes do seu papel na sociedade, além de promover a inclusão – sua maior responsabilidade.

A mesma lei nº 11.892 traz a distribuição na atuação do IFPR, que deve ter 50% das vagas para a educação profissional técnica de nível médio e 20% das vagas para cursos de licenciatura, com vistas à formação de professores para a educação básica, e para a educação profissional;

O ensino profissionalizante no Brasil, que teve início oficial em 1909 com a criação das “Escolas de Aprendizes Artífices”, vem sendo fundamental na formação da força de trabalho brasileira. A promulgação da lei nº 11.892 deu início ao mais ousado plano de expansão da educação profissional e tecnológica, elevando as, até então, 140 escolas federais de educação tecnológica para 564 unidades, priorizando a interiorização e criação de novos câmpus em cidades e/ou regiões de baixo IDH e/ou IDEB.

O IFPR possui 28 câmpus, sendo (20 câmpus físicos, 05 câmpus avançados e 03 câmpus avançados “em implantação”) espalhados por todo o estado (vide mapa, página 16). Destes, 24 câmpus contam com oferta de cursos regulares e 04 câmpus ainda não dispõem de oferta de cursos regulares.

Como uma instituição relativamente nova, o IFPR ainda passa por ajustes nos itinerários formativos, conforme verifica procura pelos cursos ofertados e estrutura a organização dos eixos tecnológicos conforme arranjo produtivo local das regiões atendidas.

A educação profissionalizante no Paraná sempre encontrou fortes ligações com o sistema S (SESC / SENAI), que hoje possui escolas de Ensino Médio profissionalizante em 70% das cidades atendidas por câmpus do IFPR, excetuando-se as dos câmpus avançados, deixando clara a demanda deste tipo de ensino nas regiões atendidas. No processo seletivo de 2013, entre todos os cursos e níveis, tivemos uma relação de 3,57 candidatos por vaga e em 2014, 3,28 candidatos por vaga, uma aparente redução, mas suportada pelo aumento na oferta no número de vagas de 3.129 para 3.848.

Além do sistema S, há escolas técnicas estaduais e particulares ofertando cursos profissionalizantes nos mesmos municípios, sem, contudo, encontrar saturação, haja vista a demanda por esse tipo de ensino. Segundo pesquisa da CNI (Confederação Nacional da Indústria), apenas um em cada quatro brasileiros frequenta ou já frequentou algum curso de educação profissional, e apenas um em cada cinco não tem interesse nesse tipo de educação, revelando o potencial para o crescimento da educação profissionalizante no Brasil.

Da mesma forma, todas as cidades com cursos superiores ofertados pelo IFPR têm outras instituições, quer federais, estaduais ou particulares, ofertando graduações nos mesmos municípios sem contudo encontrar saturação, sendo esses os cursos de maior relação de procura por vaga nos processos seletivos.

Analisando o ambiente de atuação, percebe-se um conjunto complexo de fatores, incontroláveis, que influenciam diretamente nas decisões estratégicas da Instituição, determinando, em última análise, seu sucesso ou fracasso. Nesta análise identificam-se as “oportunidades”, que são forças ambientais

incontroláveis que, se bem aproveitadas, podem trazer vantagens competitivas e também as “ameaças”, que são as forças ambientais incontroláveis pela instituição que, se ignoradas, podem trazer desvantagens competitivas.

Esta análise ambiental foi realizada tendo como base o questionário da CPA – Comissão Própria de Avaliação, discutida e revista pelo COMEC (Comitê Estratégico Central) em março de 2013.

Oportunidades para o IFPR:

- Demanda de inovações tecnológicas e empreendedorismo;
- Políticas Públicas de Ensino;
- Incentivo do governo à Educação de Jovens e Adultos;
- Incentivo à qualificação profissional;
- Demanda da sociedade por qualidade de ensino;
- Programa de Aceleração do Crescimento;
- Carência de profissionais técnicos no mundo do trabalho;
- Avanço ao estímulo educacional;
- Vocação tecnológica e desenvolvimento regional;
- Política de amplia o de unidades, cursos e vagas;
- Disponibilidade de participa o da comunidade externa;
- Desenvolvimento de programas socioambientais;
- Parcerias com organiza es e empresas;
- Divulgar e compartilhar trabalhos científicos e educacionais com a comunidade;
- Tradi o e boa imagem das escolas técnicas públicas federais;
- Grande demanda para cursos integrados;
- Parcerias educacionais e tecnológicas, nacionais e internacionais;
- Disponibilidade de profissionais para ingresso na institui o;
- Aumento da demanda de Ensino a Distância;
- Política de uso de novas tecnologias educacionais;
- Estímulo   sustentabilidade;
- Disponibilidade de participa o em editais de fomento ao ensino, pesquisa e extensão;
- Benchmarking em melhores práticas de gestão; e
- Sistema integrado de planejamento.

Ameaças para o IFPR:

- Burocracias e lentidão nas rela es com institui es públicas e privadas;
- Falta de conhecimento e valoriza o da comunidade sobre a educa o profissional;
- Falta de oferta de serviços próximos às unidades;
- Distância física da unidade até o centro da cidade;
- Mobilidade Urbana;
- Catástrofes naturais e acidentes;
- Crise Internacional;
- Entraves políticos nas parcerias municipais.

O IFPR traz em todos os seus conselhos superiores representantes dos discentes (seus atores do processo educacional), eleitos por seus pares para representá-los perante esses órgãos, que são normativos, consultivos e deliberativos máximos da Instituição.

O IFPR conta também com programas de apoio pedagógico e financeiro, através de bolsas estudantis, e estímulo à permanência; organização estudantil e acompanhamento dos egressos.

Uma instituição pública precisa oferecer diversos canais de relacionamento com a sociedade, seus atores do processo educacional. Atualmente, as redes sociais representam ferramentas privilegiadas para esse tipo de contato, por isso o IFPR está presente e atuante nas redes sociais, mesmo porque o seu público-alvo é predominantemente jovem. Atualmente o IFPR se faz presente no “Facebook” e no “Twitter”. Quanto ao “Facebook” a comunicação que se realiza no IFPR não é apenas de uma via, ou seja, não há apenas transmissão de informação. Por meio das mensagens “Inbox” ou dos comentários nas publicações, os usuários do “Facebook” podem sanar suas dúvidas, que são prontamente respondidas pela equipe da Comunicação. Em Dezembro de 2014, a página de “Facebook” do IFPR já tinha mais de 21.000 “curtidas”, que implicam em perfis que recebem as informações que dispomos em nossa página na Rede Social.

O Instituto Federal do Paraná promove também o relacionamento com a sociedade por meio da Ouvidoria Geral e do Serviço de Informação ao Cidadão.

Em seu *site* institucional o IFPR também disponibiliza a Carta de Serviços ao Cidadão, que tem por objetivo informar o cidadão dos serviços prestados pelo órgão, das formas de acesso a esses serviços e dos respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público. No IFPR, a carta está dividida nas seguintes seções principais: apresentação, identificação da instituição, cursos oferecidos e contato. A carta sistematiza informações relacionadas ao ingresso na Instituição, áreas de atuação do Instituto Federal do Paraná, missão, visão e valores, isenção de inscrição no Processo Seletivo, políticas de cotas, regras de transferência, oferta de cursos, documentos institucionais (estatuto, regimento, resoluções e relatórios gerenciais, entre outros) e outras informações importantes para o bom atendimento aos seus atores do processo educacional.

Como uma instituição pública de ensino o IFPR enfrenta alguns riscos no mercado.

Concorremos com escolas profissionalizantes estaduais, ligadas a entidades como o Sistema S, entre outras, gratuitas e também particulares. Até mesmo o Ensino Médio não profissionalizante pode ser considerado concorrente na disputa pelos nossos alunos, caso não ofereçamos uma educação de qualidade ajustada ao mercado. E no Ensino Superior, faculdades, universidades, centros universitários públicos e privados. Existe ainda a oferta de ensino a distância oferecido por outras instituições, a qual pode seduzir nossos atuais e/ou potenciais alunos.

Nossos concorrentes podem oferecer cursos semelhantes ou melhores que os nossos, contar com mais recursos, ter mais prestígio na comunidade acadêmica, possuir unidades com localização mais conveniente e melhor infraestrutura.

A oferta de um ensino de qualidade pode mitigar e até eliminar esses fatores, uma vez que a educação de qualidade associada à gratuidade sobrepuja algumas possíveis desvantagens.

E o ensino de qualidade passa não apenas pelos professores qualificados, mas também pelas instalações acadêmicas, englobando prédios, salas de aula, laboratórios, ginásios esportivos etc., e também a oferta de cursos adequados às necessidades do mercado.

Outro fator que se apresenta como um risco à manutenção da qualidade de ensino é a complexidade em gerenciar com eficiência um número muito grande de unidades e cursos. Para isso, contamos com gestores em cada unidade alinhados com a missão do IFPR.

Desde a criação do Instituto, pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008, o cenário tem sido de expansão. Até 2014, o Governo Federal investiu mais de 121 milhões de reais em obras de expansão.

Também o número de servidores aumentou em torno de 29% nesse ano, somando um acréscimo de mais de 320% em relação a 2009.

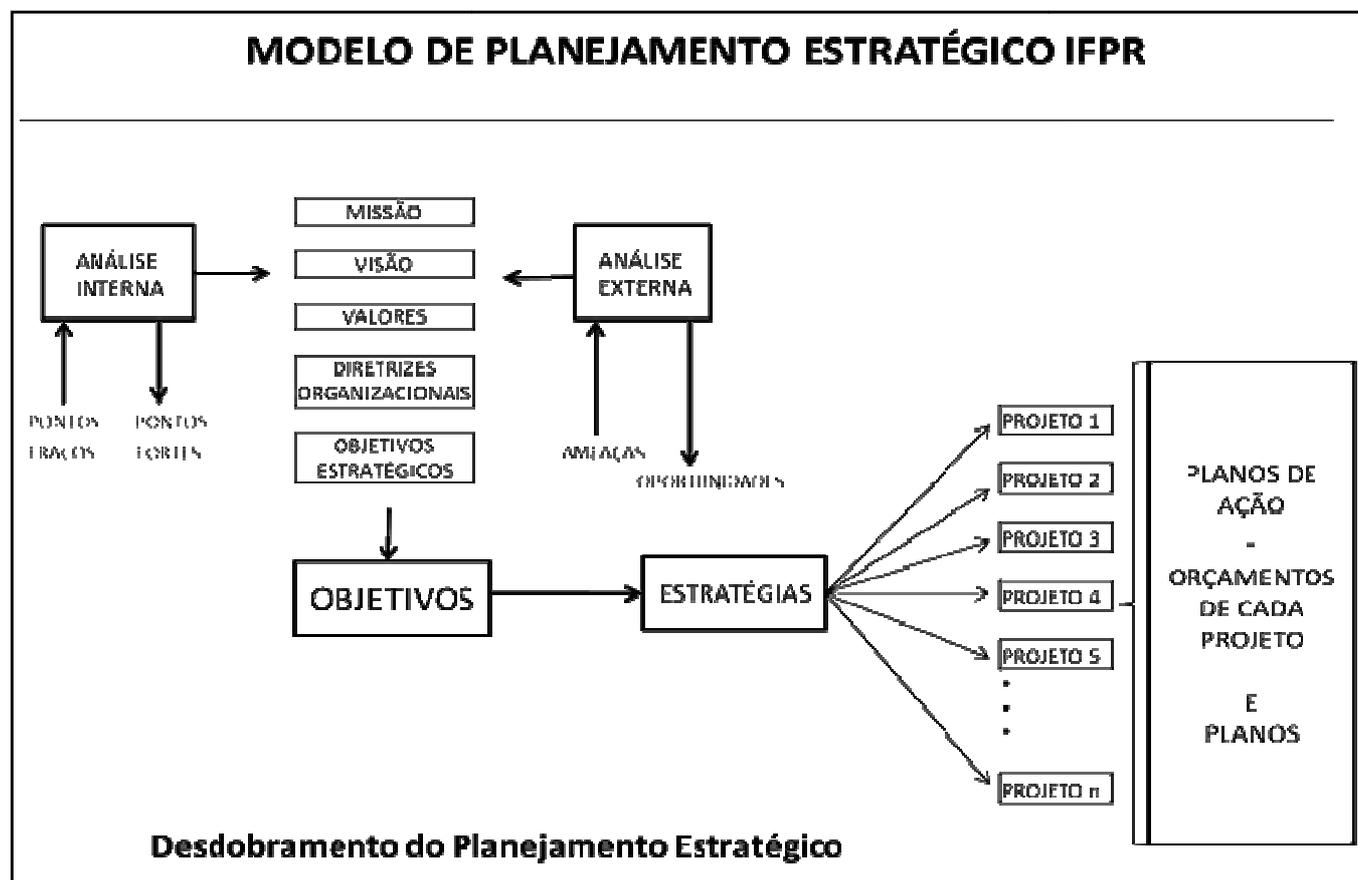
Em Fevereiro de 2014 ocorre o realinhamento das ações da Instituição por conta da recomposição da gestão. Esse realinhamento culminou na retomada dos cursos EAD, então paralisados, abertura de vagas em outros dois, além da preparação dos câmpus em implantação para iniciar cursos em 2015.

5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 Planejamento da unidade

O Planejamento Estratégico do IFPR está estruturado nos seguintes níveis:

- **Estratégico:** Diagnóstico Institucional, Diretrizes Organizacionais, Objetivos Estratégicos.
- **Tático:** Objetivos, Estratégias, Projetos (Orçamento) e Planos de Ação.
- **Operacional:** Competências, Procedimentos, Fluxogramas, Atividades.



Diretrizes Organizacionais

As diretrizes organizacionais decorrem da visão, da missão, dos valores e da análise dos ambientes interno e externo. Sintetizam o desejo maior da instituição e funcionam como mecanismos orientadores e canalizadores da formação dos objetivos estratégicos, das decisões e do desencadeamento das ações.

No planejamento estratégico do IFPR, as diretrizes estão distribuídas em cinco grandes eixos:

- Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação;
- Relação com a Comunidade;
- Gestão e Infraestrutura;
- Gestão de Pessoas;
- Identidade Institucional.

Diretrizes Organizacionais do IFPR

- Promover a cultura multi-câmpus e pluricurricular com trabalho em rede, baseado nos princípios éticos;
- Promover a inclusão: acesso, permanência, êxito na inserção sócio-profissional e formação de novos empregadores;
- Desenvolver a pesquisa, a extensão e inovação de forma articulada com o ensino para a promoção de processos educacionais de qualidade de educação profissional verticalizada;
- Formação e qualificação integral do cidadão, na perspectiva reflexiva, criativa, investigativa, cultural, social e ética;
- Indução à criação de áreas de referência para a oferta de cursos, pesquisa, extensão e inovação para cada Câmpus;
- Desenvolvimento de relações interinstitucionais;
- Ser uma instituição democrática e participativa, promovendo a integração com a comunidade;
- Consolidar a gestão e a infraestrutura baseada na sustentabilidade nos aspectos físicos e lógicos levando à excelência;
- Consolidar o modelo de gestão de pessoas; e
- Divulgar o ensino profissional como foco do IFPR.

Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos surgem do desdobramento das diretrizes organizacionais. São macroações que impulsionam e dão rumo para os níveis intermediários da gestão. Os conjuntos desses objetivos constituem-se no “planejamento tático” da instituição.

Objetivos Estratégicos do IFPR

- Integração entre conteúdos de disciplinas e a pesquisa em todos os níveis de ensino;
- Fomentar as práticas esportivas e culturais nos Câmpus;

- Proporcionar aos alunos a inserção ao mercado de trabalho através da oferta de estágio e emprego;
- Desenvolver mecanismos de acompanhamento de egressos;
- Implementar programas de empreendedorismo inovador;
- Promover a inclusão tecnológica nos Câmpus;
- Criar mecanismos para a redução da evasão;
- Criar ambientes multidisciplinares para o processo ensino-aprendizagem;
- Consolidar a assistência estudantil nos Câmpus;
- Manter e acompanhar o sistema de cotas;
- Fomentar a criação de programas de pós-graduação;
- Estruturar a equipe de professores e pesquisadores focados no tema de referência;
- Discutir de forma democrática nos Câmpus as áreas de referência;
- Mapear as competências e habilidades existentes no IFPR;
- Estruturar metodologia para a abertura de novos cursos;
- Consolidar e ampliar o sistema de parcerias em todos os níveis do IFPR;
- Criar espaços institucionais para a integração das comunidades interna e externa;
- Promover a participação das comunidades interna e externa nas tomadas de decisão;
- Promover parcerias com setor empresarial de referência no mercado;
- Criar ambientes especializados com alta tecnologia;
- Desenvolver o processo de transferência de conhecimento e tecnologia;
- Desenvolver a gestão administrativa e manutenção da infraestrutura;
- Articular planejamento e captação de recursos por meio de projetos;
- Promover desenvolvimento institucional com a utilização do aprimoramento de indicadores;
- Alinhar as ações institucionais com os objetivos estratégicos;
- Criar modelos, métodos e ferramentas para promover a gestão sustentável;
- Consolidar os mecanismos organizacionais de gestão integrada;
- Disponibilizar conhecimentos e tecnologias que permitam a análise de dados, gestão de informação e conhecimento;
- Promover a transparência e a divulgação dos atos institucionais;
- Disseminar a cultura de planejamento em todos os níveis da instituição;
- Implantar políticas de capacitação e educação continuada;
- Desenvolver mecanismos de motivação e comprometimento dos servidores;
- Criar critérios de distribuição de vagas de servidores;
- Aprimorar o processo de gestão de pessoas nas unidades;
- Promover eventos culturais e sociais;

- Promover a integração e o desenvolvimento de pessoas, criando um ambiente produtivo e humanizado;
- Estruturar o modelo de comunicação interna para servidores;
- Implementar programas de qualidade de vida;
- Promover a identidade institucional e a marca do IFPR;
- Diversificar o portfólio de material de divulgação; e
- Ser referência na área de desenvolvimento de tecnologias educacionais, fortalecendo a identidade institucional.

Desdobramento dos Eixos Estratégicos

Quadro de Desdobramentos – Eixo Estratégico / Diretrizes / Objetivos

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO IFPR - 2014 /2018		
EIXO ESTRATÉGICO	DIRETRIZES ORGANIZACIONAIS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	<p>D1. PROMOÇÃO DA CULTURA MULTICÂMPI E PLURICURRICULAR COM TRABALHO EM REDE, BASEADO NOS PRINCÍPIOS ÉTICOS;</p> <p>D2. PROMOVER A INCLUSÃO: ACESSO, PERMANÊNCIA, ÊXITO NA INSERÇÃO SÓCIO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE NOVOS EMPREGADORES;</p> <p>D3. DESENVOLVER A PESQUISA, A EXTENSÃO E INOVAÇÃO DE FORMA ARTICULADA COM O ENSINO PARA A PROMOÇÃO DE PROCESSOS EDUCACIONAIS DE QUALIDADE E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL VERTICALIZADA;</p> <p>D4. FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO INTEGRAL DO CIDADÃO, NA PERSPECTIVA REFLEXIVA, CRIATIVA, INVESTIGATIVA, CULTURAL, SOCIAL E ÉTICA;</p> <p>D5. INDUÇÃO À CRIAÇÃO DE ÁREAS DE REFERÊNCIA PARA A OFERTA DE CURSOS, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO PARA CADA CÂMPUS;</p>	<p>O1.Integração entre conteúdos de disciplinas e a pesquisa em todos os níveis de ensino;</p> <p>O2.Fomentar as práticas esportivas e culturais nos Câmpus;</p> <p>O3.Proporcionar aos alunos e inserção no mercado de trabalho através da oferta de estágio e emprego;</p> <p>O4.Desenvolver mecanismos de acompanhamento de egressos;</p> <p>O5.Implementar programas de empreendedorismo inovador;</p> <p>O6.Promover a inclusão tecnológica nos Câmpus;</p> <p>O7.Criar mecanismos para a redução da evasão;</p> <p>O8.Criar ambientes multidisciplinares para o processo ensino-aprendizagem;</p> <p>O9.Consolidar a assistência estudantil nos Câmpus;</p> <p>O10.Manter e acompanhar o sistema de cotas;</p> <p>O11.Fomentar a criação de programas de pós-graduação;</p> <p>O12.Estruturar a equipe de professores e pesquisadores focados no tema de referência;</p> <p>O13.Discutir de forma democrática nos Câmpus as áreas de referência;</p> <p>O14.Mapear as competências e habilidades existentes no IFPR; e</p> <p>O15.Estruturar metodologia para a abertura de novos cursos.</p>
RELAÇÃO COM A COMUNIDADE	<p>D6. DESENVOLVIMENTO DE RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS;</p> <p>D7. SER UMA INSTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE;</p>	<p>O16.Consolidar e ampliar o sistema de parcerias em todos os níveis do IFPR;</p> <p>O17.Criar espaços institucionais para a integração da comunidade interna e externa;</p> <p>O18.Promover a participação das comunidades internas e externas nas tomadas de decisão;</p> <p>O19.Promover parcerias com setor empresarial de referência no mercado;</p> <p>O20.Criar ambientes especializados com alta tecnologia;</p> <p>O21.Desenvolver o processo de transferência de conhecimento e tecnologia.</p>
GESTÃO E INFRAESTRUTURA	<p>D8. CONSOLIDAR A GESTÃO E A INFRAESTRUTURA BASEADA NA SUSTENTABILIDADE, NOS ASPECTOS FÍSICOS E LÓGICOS, LEVANDO À EXCELÊNCIA;</p>	<p>O22.Desenvolver a gestão administrativa e manutenção da infraestrutura;</p> <p>O23.Articular planejamento e captação de recursos por meio de projetos;</p> <p>O24.Promover desenvolvimento institucional com a utilização aprimoramento de indicadores;</p> <p>O25.Alinhar as ações institucionais com os objetivos estratégicos;</p> <p>O26.Criar modelos, métodos e ferramentas para promover a gestão sustentável;</p> <p>O27.Consolidar os mecanismos organizacionais de gestão integrada;</p> <p>O28.Disponibilizar conhecimentos e tecnologias que permitam a análise de dados, gestão de informação e conhecimento;</p> <p>O29.Promover a transparência e a divulgação dos atos institucionais;</p> <p>O30.Disseminar a cultura de planejamento em todos os níveis da instituição.</p>
GESTÃO DE PESSOAS	<p>D9. CONSOLIDAR O MODELO DE GESTÃO DE PESSOAS</p>	<p>O31.Implantar políticas de capacitação;</p> <p>O32.Desenvolver mecanismos de motivação e comprometimento dos servidores;</p> <p>O33.Criar critérios de distribuição de vagas de servidores;</p> <p>O34.Aprimorar o processo de gestão de pessoas nas unidades;</p> <p>O35.Promover eventos culturais e sociais;</p> <p>O36.Promover a integração e o desenvolvimento de pessoas, criando um ambiente produtivo e humanizado;</p> <p>O37.Estruturar o modelo de comunicação interna para servidores;</p> <p>O38.Implementar programas de qualidade de vida.</p>
IDENTIDADE INSTITUCIONAL	<p>D10. DIVULGAR O ENSINO PROFISSIONAL COMO FOCO DO IFPR</p>	<p>O39.Promover a identidade institucional e a marca do IFPR;</p> <p>O40.Diversificar o portfólio de material de divulgação;</p> <p>O41.Ser referência na área de desenvolvimento de tecnologias educacionais, fortalecendo a identidade institucional.</p>

A consolidação do Planejamento Estratégico nos câmpus, prevista para 2013, não se concretizou devido à instabilidade política e administrativa causada pela Operação Sinapse, deflagrada pela PF naquele ano. Com isso, durante o ano de 2014, foi identificado um desalinhamento entre o Planejamento Estratégico Institucional e o que fora elaborado nos câmpus, por isso foi feito um trabalho de realinhamento, que avançará o ano de 2015, com a finalização da distribuição - Objetivos Estratégicos em: Objetivos, Estratégia e Projetos nos Câmpus, bem como seus indicadores para acompanhamento.

Também está previsto o início do desenvolvimento do Sistema Integrado de Planejamento Estratégico, baseado no sistema SIG, que vai integrar o Planejamento ao Orçamento, trazendo vantagens no acompanhamento e controle dos projetos.

O IFPR, criado pela Lei Federal nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008, em seu estatuto no art. 4º, inciso I, traz sua finalidade primordial: *“Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”*.

Seus objetivos estratégicos definidos em consonância com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e com o PNE (Plano Nacional de Educação) também vão ao encontro do PPA (Plano Plurianual) 2012-2015.

Dentro de seu PDI, aprovado para o período 2014-2018, apresenta-se nas páginas iniciais, tabela correlacionando as metas do PNE com os objetivos e diretrizes da Instituição traçados para que seja cumprido o escopo da lei.

O PPA 2012-2015 – Plano Mais Brasil – traz, dentro das Políticas Sociais, as diretrizes para a Educação Básica, a Educação Profissional e Tecnológica e a Educação Superior, abrangendo a Graduação, Pós-Graduação, o Ensino, Pesquisa e Extensão.

Na Educação Básica, “... em síntese, para viabilizar um ensino de qualidade e a elevação dos níveis de acesso, o Programa Temático da Educação Básica busca, em consonância com os objetivos estabelecidos na proposta do PNE 2011-2020: (i) elevar o nível global de escolaridade da população; (ii) melhorar a qualidade da educação básica em todas as suas etapas e modalidades; (iii) democratizar a gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes; (iv) promover a valorização dos profissionais da educação; e (v) reduzir as desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e permanência dos estudantes. Com isso, espera-se consolidar a evolução positiva do quadro da educação básica, construído a partir de ganhos importantes obtidos nos últimos anos.”

Em consonância a isso o IFPR traz os seguintes objetivos estratégicos:

- Fomentar as práticas esportivas e culturais nos Câmpus;
- Proporcionar aos alunos a inserção ao mercado de trabalho através da oferta de estágio e emprego;
- Desenvolver mecanismos de acompanhamento de egressos;
- Implementar programas de empreendedorismo inovador;
- Promover a inclusão tecnológica nos Câmpus;
- Criar mecanismos para a redução da evasão;
- Criar ambientes multidisciplinares para o processo ensino-aprendizagem;
- Consolidar a assistência estudantil nos Câmpus;
- Manter e acompanhar o sistema de cotas;

- Estruturar a equipe de professores e pesquisadores focados no tema de referência;
- Discutir de forma democrática nos Câmpus as áreas de referência;
- Mapear as competências e habilidades existentes no IFPR;
- Estruturar metodologia para a abertura de novos cursos;
- Consolidar e ampliar o sistema de parcerias em todos os níveis do IFPR;
- Criar espaços institucionais para a integração das comunidades interna e externa;
- Promover a participação das comunidades interna e externa nas tomadas de decisão;
- Promover parcerias com setor empresarial de referência no mercado;
- Criar ambientes especializados com alta tecnologia;
- Desenvolver o processo de transferência de conhecimento e tecnologia;
- Promover desenvolvimento institucional com a utilização do aprimoramento de indicadores;
- Alinhar as ações institucionais com os objetivos estratégicos;
- Consolidar os mecanismos organizacionais de gestão integrada;
- Promover a transparência e a divulgação dos atos institucionais;
- Disseminar a cultura de planejamento em todos os níveis da instituição;
- Implantar políticas de capacitação e educação continuada;
- Desenvolver mecanismos de motivação e comprometimento dos servidores;
- Criar critérios de distribuição de vagas de servidores;
- Aprimorar o processo de gestão de pessoas nas unidades;
- Promover eventos culturais e sociais;
- Promover a integração e o desenvolvimento de pessoas, criando um ambiente produtivo e humanizado;
- Estruturar o modelo de comunicação interna para servidores;
- Implementar programas de qualidade de vida.

Na Educação Profissional e Tecnológica, “... entre as principais metas do Programa para o período 2012-2015 está: elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 563; ampliar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica; oferecer 8 milhões de vagas de educação profissional e tecnológica, com a concessão de 3 milhões de bolsas a estudantes do Ensino Médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda; ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com elevação de escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social; e elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional. Essas metas visam traduzir os compromissos enunciados no PNE 2011-2020 proposto pelo Poder Executivo do governo federal no PPA e demandam a atuação conjunta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.”

Em consonância a isso o IFPR traz os seguintes objetivos estratégicos:

- Proporcionar aos alunos a inserção ao mercado de trabalho através da oferta de estágio e emprego;

- Desenvolver mecanismos de acompanhamento de egressos;
- Implementar programas de empreendedorismo inovador;
- Promover a inclusão tecnológica nos Câmpus;
- Criar mecanismos para a redução da evasão;
- Criar ambientes multidisciplinares para o processo ensino-aprendizagem;
- Consolidar a assistência estudantil nos Câmpus;
- Manter e acompanhar o sistema de cotas;
- Estruturar metodologia para a abertura de novos cursos;
- Consolidar e ampliar o sistema de parcerias em todos os níveis do IFPR;
- Criar espaços institucionais para a integração das comunidades interna e externa;
- Promover a participação das comunidades interna e externa nas tomadas de decisão;
- Promover parcerias com o setor empresarial de referência no mercado;
- Criar ambientes especializados com alta tecnologia;
- Desenvolver o processo de transferência de conhecimento e tecnologia;
- Desenvolver a gestão administrativa e manutenção da infraestrutura;
- Articular planejamento e captação de recursos por meio de projetos;
- Promover desenvolvimento institucional com a utilização do aprimoramento de indicadores;
- Alinhar as ações institucionais com os objetivos estratégicos;
- Criar modelos, métodos e ferramentas para promover a gestão sustentável;
- Consolidar os mecanismos organizacionais de gestão integrada;
- Disponibilizar conhecimentos e tecnologias que permitam a análise de dados, gestão de informação e conhecimento;
- Promover a transparência e a divulgação dos atos institucionais;
- Disseminar a cultura de planejamento em todos os níveis da instituição;
- Implantar políticas de capacitação e educação continuada;
- Desenvolver mecanismos de motivação e comprometimento dos servidores;
- Ser referência na área de desenvolvimento de tecnologias educacionais, fortalecendo a identidade institucional.

E na Educação Superior, “... considerando esses desafios, o Programa Temático Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão, em consonância com a proposta do novo PNE 2011-2020, tem como eixos norteadores a expansão da oferta de vagas na educação superior, a garantia de qualidade na educação, a promoção da inclusão social e o desenvolvimento econômico. Dentre as principais metas, destacam-se a ampliação da participação proporcional dos grupos historicamente excluídos (como negros e índios) na educação superior; a elevação do número de Câmpus da Rede Federal de Educação Superior para 321 e do número de Universidades para 63; a elevação das taxas de matrículas; a elevação do número de mestres e doutores titulados e em exercício no corpo docente das universidades; e o aprimoramento dos instrumentos de avaliação da qualidade do ensino, seja na

graduação, seja na pós-graduação. Por fim, deve-se ressaltar que as metas e estratégias de ampliação da oferta e democratização do acesso e permanência do estudante, propostas no PNE e no PPA, dependem dos esforços conjuntos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.”.

Em consonância a isso o IFPR traz os seguintes objetivos estratégicos:

- Integração entre conteúdos de disciplinas e a pesquisa em todos os níveis de ensino;
- Fomentar as práticas esportivas e culturais nos Câmpus;
- Proporcionar aos alunos a inserção ao mercado de trabalho através da oferta de estágio e emprego;
- Desenvolver mecanismos de acompanhamento de egressos;
- Implementar programas de empreendedorismo inovador;
- Promover a inclusão tecnológica nos Câmpus;
- Criar mecanismos para a redução da evasão;
- Criar ambientes multidisciplinares para o processo ensino-aprendizagem;
- Consolidar a assistência estudantil nos Câmpus;
- Manter e acompanhar o sistema de cotas;
- Fomentar a criação de programas de pós-graduação;
- Estruturar a equipe de professores e pesquisadores focados no tema de referência;
- Discutir de forma democrática nos Câmpus as áreas de referência;
- Mapear as competências e habilidades existentes no IFPR;
- Estruturar metodologia para a abertura de novos cursos;
- Consolidar e ampliar o sistema de parcerias em todos os níveis do IFPR;
- Criar espaços institucionais para a integração das comunidades interna e externa;
- Promover a participação das comunidades interna e externa nas tomadas de decisão;
- Promover parcerias com setor empresarial de referência no mercado;
- Criar ambientes especializados com alta tecnologia;
- Desenvolver o processo de transferência de conhecimento e tecnologia;
- Articular planejamento e captação de recursos por meio de projetos;
- Promover desenvolvimento institucional com a utilização do aprimoramento de indicadores;
- Alinhar as ações institucionais com os objetivos estratégicos;
- Criar modelos, métodos e ferramentas para promover a gestão sustentável;
- Consolidar os mecanismos organizacionais de gestão integrada;
- Disponibilizar conhecimentos e tecnologias que permitam a análise de dados, gestão de informação e conhecimento;
- Disseminar a cultura de planejamento em todos os níveis da instituição;
- Implantar políticas de capacitação e educação continuada;
- Desenvolver mecanismos de motivação e comprometimento dos servidores;
- Aprimorar o processo de gestão de pessoas nas unidades;

- Ser referência na área de desenvolvimento de tecnologias educacionais, fortalecendo a identidade institucional.

5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

5.2.1 Programa Temático

Os Programas Temáticos refletem temas de políticas públicas e, como tal, dimensionam o volume de recursos públicos direcionados a cada recorte da política e ao conjunto de objetivos que lhes são relacionados.

Quadro A. 2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2031				
Título	Educação Profissional e Tecnológica				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b)Acumulado Dotações/Posições 2012 e 2013	c)Dotação/ Posição - 2014	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	26.850.018.000,00	12.915.646.000,00	8.132.056.277,00	5.802.315.723,00	
Orçamento de Investimentos - OI				0,00	
Outras Fontes				0,00	
Total	26.850.018.000,00	12.915.646.000,00	8.132.056.277,00	5.802.315.723,00	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2014					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2014					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2014)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
6.754.457.389,00	5.497.259.909,00	5.380.686.468,00	116.573.441,00	1.257.197.480,00	0,00
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2014	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	79.503.172,13	57.858.969,39	57.200.142,87	4.868.267,98	17.434.761,28
Processados	3.889.242,47	3.567.738,68	3.567.738,68	313.628,80	7.874,99
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2014					
Dotação OFSS	113.345.678,00	Dotação OI	0,00	Outras Fontes	0,00

5.2.1.1 Análise Situacional

No Plano Plurianual 2012-2015, não há nenhum programa temático sob-responsabilidade do IFPR, apenas executamos os valores constantes de programas de órgãos, principalmente do Ministério da Educação.

5.2.2 Objetivo

As informações referentes a esse objetivo são consignadas no relatório de gestão com base no Quadro A.5.2.2, o qual reproduz em parte a estrutura de informação constante do Anexo I da Lei do PPA 2012-2015 e visa possibilitar o cotejo dos resultados anualmente alcançados com as metas previstas por objetivo ao final do PPA.

Quadro A.5.2.2 – Objetivo fixado pelo PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.					
Código	0582	Órgão	Ministério da Educação			
Programa	Educação Profissional e Tecnológica			Código	2031	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
*	*	*	*	*	*	*
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
*	*	*	*	*	*	*
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
*	*	*	*	*	*	*
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.					
2	Elevar a relação aluno/professor nos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020.					
3	Elevar o número de escolas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para 562.					
4	Elevar o número de matrículas da Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020.					
5	Elevar o número de matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, em consonância com o PNE 2011-2020.					
6	Oferecer 8 milhões de vagas para a Educação Profissional e Tecnológica, com a concessão de 3 milhões de bolsas a estudantes do Ensino Médio da Rede Pública, inclusive da educação de jovens e adultos, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda.					

* Para os dados de metas quantitativas, o PPA 2012-2015 não apresenta os dados solicitados.

5.2.2.1 Análise Situacional

No Plano Plurianual 2012-2015 não há nenhum programa temático sob-responsabilidade do IFPR, esses programas que são de responsabilidade do Ministério da Educação, apenas têm executados, os valores constantes de programas de órgãos, como do próprio Ministério da Educação.

5.2.3 Ações

5.2.3.1 Ações - OFSS

Não se aplica à UJ.

5.2.3.2 Ações/Subtítulos - OFSS

Quadro A.5.2.2 – Objetivo fixado pelo PPA

Identificação da Ação							
Código	20RG			Tipo	Atividade		
Descrição	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.						
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica	Código	2031	Tipo	Temático		
Unidade Orçamentária	26432 - Instituto Federal do Paraná						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0041	49.019.500,00	71.224.885,00	20.019.171,50	8.648.024,77	7.973.379,16	674.645,61	11.371.146,73
4229	1.000.000,00	1.000.000,00					
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0041	Vaga disponibilizada	Unidade	2		19		
4229	Vaga disponibilizada	Unidade	0		0		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de	Realizada	

Localizador	1/1/2014				medida	
0041	37.707.808,12	36.211.614,43	63.734,48			

Quadro A.5.2.3.2.1 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20RL			Tipo	Atividade		
Descrição	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.						
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica	Código	2031	Tipo	Temático		
Unidade Orçamentária	26432 - Instituto Federal do Paraná						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0041	52.546.983,00	54.867.983,00	45.749.870,32	31.987.396,32	31.842.942,21	144.454,11	13.762.474,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0041	Aluno Matriculado		Unidade	40000			28880
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0041	24.205.805,47	18.683.666,65	1.585.596,01				
0096	10.138,00		10.138,00				

Quadro A.5.2.3.2.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2994					Tipo	Atividade
Descrição	Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	02A5 – Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do Ensino Médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais.						
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica	Código	2031	Tipo	Temático		
Unidade Orçamentária	26432 - Instituto Federal do Paraná						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0041	10.646.335,00	10.646.335,00	7.975.748,28	7.127.766,25	7.127.766,25	0,00	847.982,03
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0041	Aluno Assistido		Unidade	5275		28397	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0041	2.719.068,76	409.098,01	2.183.008,67				

Quadro A.5.2.3.2.3 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	6358					Tipo	Atividade
Descrição	Capacitação de recursos humanos da Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	02B3 – Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com Educação de Jovens e Adultos (EJA), de Ensino Fundamental e Médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante.						
Objetivo	0588 – Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica	Código	2031	Tipo	Temático		
Unidade Orçamentária	26432 - Instituto Federal do Paraná						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0041	132.860,00	132.860,00	70.334,22	70.334,22	70.334,22	0,00	0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0041	Pessoa Capacitada		Unidade	500		317	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0041	1.346,21	0,00	1.346,21				

Quadro A.5.2.3.2.4 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	4572			Tipo	Atividade		
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação						
Iniciativa	Somente programas temáticos possuem descritivo						
Objetivo	Somente programas temáticos possuem descritivo						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código	2109	Tipo	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado		
Unidade Orçamentária	26432 - Instituto Federal do Paraná						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0041	143.395,00	159.052,00	124.969,47	99.203,05	99.203,05	0,00	25.766,42
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0041	Servidor Capacitado		Unidade	130			181
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0041	69.069,14	46.971,88	904,86				

Observação: esta ação não pertence ao programa 2031, mas sim ao programa 2109.

Quadro A.5.2.3.2.5 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	09HB			Tipo	Atividade		
Descrição	Contribuição da União, de suas autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
Iniciativa	Somente programas temáticos possuem descritivo						
Objetivo	Somente programas temáticos possuem descritivo						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código	2109	Tipo	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado		
Unidade Orçamentária	26432 - Instituto Federal do Paraná						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	13.971.085,00	18.569.654,00	18.569.654,00	18.569.654,00	18.569.654,00	0,00	0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Observação: esta ação não pertence ao programa 2031, mas sim ao programa 2109.

Quadro A.5.2.3.2.6 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20TP					Tipo	Atividade
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União						
Iniciativa	Somente programas temáticos possuem descritivo						
Objetivo	Somente programas temáticos possuem descritivo						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código	2109	Tipo	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado		
Unidade Orçamentária	26432 - Instituto Federal do Paraná						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0041	71.043.947,00	102.068.803,00	101.779.863,90	101.779.863,90	100.013.670,42	1.766.193,48	0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0041	51.494,84	0,00	5.285,58				

Observação: esta ação não pertence ao programa 2031, mas sim ao programa 2109.

Quadro A.5.2.3.2.7 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2004			Tipo	Atividade		
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus dependentes.						
Iniciativa	Somente programas temáticos possuem descritivo						
Objetivo	Somente programas temáticos possuem descritivo						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código	2109	Tipo	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado		
Unidade Orçamentária	26432 - Instituto Federal do Paraná						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0041	1.830.264,00	2.047.264,00	2.018.887,90	2.018.887,90	2.012.615,89	6.272,01	0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0041	2.097,35	0,00	0,00				

Observação: esta ação não pertence ao programa 2031, mas sim ao programa 2109.

Quadro A.5.2.3.2.8 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	00M1			Tipo	Atividade		
Descrição	Benefícios Assistenciais decorrentes de Auxílio-Funeral e Natalidade						
Iniciativa	Somente programas temáticos possuem descritivo						
Objetivo	Somente programas temáticos possuem descritivo						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código	2109	Tipo	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado		
Unidade Orçamentária	26432 - Instituto Federal do Paraná						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0041	22.712,00	42.712,00	41.766,85	41.766,85	41.766,85	0,00	0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Observação: esta ação não pertence ao programa 2031, mas sim ao programa 2109.

Quadro A.5.2.3.2.9 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2010			Tipo	Atividade		
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares						
Iniciativa	Somente programas temáticos possuem descritivo						
Objetivo	Somente programas temáticos possuem descritivo						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código	2109	Tipo	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado		
Unidade Orçamentária	26432 - Instituto Federal do Paraná						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0041	216.612,00	236.612,00	223.085,09	223.085,09	223.085,09	0,00	0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0041	1.189,90	0,00	0,00				

Observação: esta ação não pertence ao programa 2031, mas sim ao programa 2109.

Quadro A.5.2.3.2.10 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2011			Tipo	Atividade		
Descrição	Auxílio-Transporte aos servidores civis, empregados e militares						
Iniciativa	Somente programas temáticos possuem descritivo						
Objetivo	Somente programas temáticos possuem descritivo						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código	2109	Tipo	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado		
Unidade Orçamentária	26432 - Instituto Federal do Paraná						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0041	308.940,00	383.940,00	376.120,94	376.120,94	376.120,94	0,00	0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0041	1.603,13	0,00	0,00				

Observação: esta ação não pertence ao programa 2031, mas sim ao programa 2109.

Quadro A.5.2.3.2.11 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2012					Tipo	Atividade
Descrição	Auxílio-Alimentação aos servidores civis, empregados e militares						
Iniciativa	Somente programas temáticos possuem descritivo						
Objetivo	Somente programas temáticos possuem descritivo						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código	2109	Tipo	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado		
Unidade Orçamentária	26432 - Instituto Federal do Paraná						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0041	4.419.924,00	5.649.924,00	5.632.724,90	5.632.724,90	5.632.724,90	0,00	0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0041	1.494,55	0,00	0,00				

Observação: esta ação não pertence ao programa 2031, mas sim ao programa 2109.

Quadro A.5.2.3.2.12 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	0181			Tipo	Atividade		
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões						
Iniciativa	Somente programas temáticos possuem descritivo						
Objetivo	Somente programas temáticos possuem descritivo						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	Código	0089	Tipo	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado		
Unidade Orçamentária	26432 - Instituto Federal do Paraná						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0041	845.000,00	975.950,00	874.549,21	874.549,21	874.549,21	0,00	0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Observação: esta ação não pertence ao programa 2031, mas sim ao programa 2109.

5.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

Quadro A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	2992			Tipo:	Atividade
Título	Funcionamento da Educação Profissional				
Iniciativa	Ampliar a oferta da educação profissional de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade				
Objetivo	Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade				
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	Código	1062	Tipo:	Finalístico
Unidade Orçamentária	26432 - Instituto Federal do Paraná				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
370.492,80	3.870,17	170.449,71			

Quadro A.5.2.3.3.1 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	6301			Tipo:	Atividade
Título	Acervo bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional				
Iniciativa	Ampliar a oferta da educação profissional de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade				
Objetivo	Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade				
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	Código	1062	Tipo:	Finalístico
Unidade Orçamentária	26432 - Instituto Federal do Paraná				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
40.855,54					

Quadro A.5.2.3.3.2 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	8650			Tipo:	Atividade
Título	Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa	Ampliar a oferta da educação profissional de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade				
Objetivo	Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade				
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	Código	1062	Tipo:	Finalístico
Unidade Orçamentária	26432 - Instituto Federal do Paraná				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
73.785,24	41.637,27	186,44			

Quadro A.5.2.3.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	6380			Tipo:	Atividade
Título	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa	02A5 – Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do Ensino Médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais.				
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.				
Programa	Educação Profissional e Tecnológica	Código	2031	Tipo:	Temático
Unidade Orçamentária	26432 - Instituto Federal do Paraná				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
182.732,67	57.235,30	31.718,98			

Quadro A.5.2.3.3.4 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	20RJ			Tipo:	Atividade
Título	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica				
Iniciativa	02BQ – Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnico-raciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.				
Objetivo	0597 – Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.				
Programa	Educação Básica	Código	2030	Tipo:	Temático
Unidade Orçamentária	26432 - Instituto Federal do Paraná				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
61.371,43	43.371,42	18.000,00			

5.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento - OI

Não se aplica à UJ.

5.2.3.5 Análise Situacional

O Programa 2031 – Educação Profissional e Tecnológica é um programa temático do Ministério da Educação, sendo o principal programa fixado da Lei Orçamentária Anual do IFPR. Para atender o programa no exercício de 2014, o IFPR recebeu o valor de R\$ 137.872.063,00, cerca de 51% da dotação total desta instituição.

O Programa tem como objetivo: Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, bem como ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional. O programa é dividido em ações, conforme analisado e descrito abaixo:

Ação 20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica: destaca-se pelos valores recebidos em 2014, sendo o maior volume de créditos recebidos. Porém, os recursos suplementares para esta ação foram contingenciados assim que recebidos e para os quais não houve liberação de limites para empenho, problema também ocorrido com a dotação inicial, o que causou a baixa execução da ação. Para esta finalidade foram atendidos empenhos para realização de 18 obras de construção de blocos administrativos/pedagógicos nas unidades do IFPR, bem como a reforma e ampliação do Câmpus Curitiba, situado na capital e que atende maior parte do corpo discente desta instituição.

Ação 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica: trata-se da mais importante ação do IFPR, pois visa garantir o funcionamento da instituição. Atende contratos, serviços, aquisição de materiais, equipamentos, mobiliários, administrativos e pedagógicos, e demais despesas necessárias ao funcionamento, atendeu 28.880 alunos matriculados no exercício. A ação atingiu cerca de 83% de execução, pois diversas atividades tiveram de ser remanejadas para o exercício de 2015, devido à falta de liberação de limites para execução.

Ação 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica: destina-se a auxiliar e suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho escolar. No exercício 2014 foram atendidos 28.397 benefícios entre bolsas, auxílios e participação em eventos. A ação também não obteve execução completa devido à falta de limites para complementação dos programas e aquisição de materiais e equipamentos para auxílio às atividades da ação.

Ação 6358 - Capacitação de recursos humanos da Educação Profissional e Tecnológica: neste programa foram beneficiados 317 profissionais da educação, que foram capacitados com os recursos recebidos. A ação recebeu cerca de 53% da dotação do exercício, devido aos contingenciamentos realizados.

O Programa 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação visa atender a gestão, manutenção e serviços ao Estado. No programa, o IFPR recebeu recursos da Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, que capacitou 181 servidores. Também foram recebidos créditos orçamentários das ações 09HB, 20TP, 2004, 00M1, 2010, 2011 e 2012, que atendem às necessidades de execução e pagamento da folha de pessoal do IFPR.

O Programa 0089 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões atende ao pagamento de Previdência de Inativos e Pensionistas da União.

No que diz respeito aos Restos a pagar de ações que não pertencem à LOA 2014, foram tomadas medidas de controle para a inscrição e reinscrição de empenhos, bem como a indicação de responsável pelo acompanhamento da execução e possível cancelamento diante da não necessidade de manter o empenho em Restos a Pagar. Os empenhos que ainda se encontram com saldo, advêm de contratos ou serviços prestados.

5.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Entre os resultados alcançados na gestão 2014, destacam-se a conclusão e aprovação do PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional – para o período 2014-2018 (aprovado pela Resolução nº34, de 01 de Dezembro de 2014 - IFPR), fruto do trabalho conjunto de servidores técnico-administrativos, docentes, discentes e representantes da comunidade. O PDI é o instrumento de gestão que norteia a instituição no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, a missão a qual se propõe seus objetivos estratégicos e as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações.

Também a implantação do Portal INFO – Portal de Informações do IFPR – espaço onde são disponibilizadas as principais informações institucionais, quanto a alunos, financeiro, pessoas e infraestrutura, aspecto geral do IFPR e individual dos câmpus, além de itens sobre a regulação de ensino, informações institucionais, boletim interno e prestação de contas.

O Karavellas é o novo ambiente virtual de ensino-aprendizagem do IFPR e foi lançado em 2014, desenvolvido a partir dos conceitos de design de interação. É um sistema diferenciado em diversos aspectos: design centrado no usuário; comunicação; interatividade e usabilidade e representa uma revolução quanto à simplicidade no uso, às respostas interativas durante a navegação, à maior abertura na comunicação, à organização pedagógica do layout e ao design desenvolvido a partir da experiência do usuário.

5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

O Instituto Federal do Paraná tem pleno entendimento que a informação é um fator determinante para o sucesso da instituição, pois é pela interpretação dela que o gestor toma decisões e formula planos para melhor administrá-la. Os sistemas de indicadores têm base nas informações institucionais. Então, bons indicadores precisarão de informações bem elaboradas e precisas. Além disso, existe o fato de que os sistemas oficiais do MEC de cadastro de alunos (SISTEC) e de servidores (SIAPE) são precários em obtenção de relatórios e informações precisas à instituição. Assim, em 2012 o IFPR entendeu ser necessário o investimento em um sistema que pudesse disponibilizar de maneira rápida e precisa todas as informações sobre os servidores, cursos ofertados e alunos. Foi adquirido o sistema SIG, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o qual contempla 05 (cinco) subsistemas totalmente integralizados: gestão de pessoas (SIGRH), gestão acadêmica (SIGAA), gestão administrativa (SIPAC), gestão de planejamento e projetos (SIGPP) e gestão eletrônica de documentos (SIGED).

Atualmente o IFPR implantou o módulo SIPAC e está na fase de desenvolvimento dos módulos SIGAA e SIGRH e em fase inicial da migração de todos os dados dos sistemas vigentes, com previsão de término até o final do ano de 2016. Antes mesmo da conclusão da implantação de todos os módulos, será possível a instituição obter informações atualizadas e precisas a respeito de servidores, alunos e cursos e, mediante estes dados, poderá aumentar a quantidade de indicadores determinada pelo Acórdão 2.267/2005-TCU para embasar as tomadas de decisão do IFPR.

Os indicadores sinalizam como um determinado processo está e demonstram como as tarefas estão sendo desenvolvidas. Os indicadores oferecem informações que indicam o estado das etapas de um

processo. Assim, eles são medidores de uma atividade e expressam uma informação que podem ser medidas, comparadas e administradas. Não se pode administrar o que não se pode medir. Medir é uma necessidade para a administração assim como produzir indicadores. Utilizar indicadores é fazer medições do que se quer administrar e gerenciar com base em informações. Sabendo da importância dos indicadores o IFPR está trabalhando para desenvolver sistemas e ferramentas para fazer bom uso de indicadores.

A utilização deles permite a monitoração de diversos processos. o que leva o gestor a observar o desempenho de cada processo e da instituição como um todo, para que se possa perceber onde e em qual momento as energias devem ser focadas visando dar garantias ao bom funcionamento dos processos.

Os indicadores são essenciais ao planejamento e controle dos processos organizacionais, pois constituem a base do planejamento. Eles estabelecem medidas verificadoras do cumprimento de metas e objetivos e sinalizam o rumo que a organização está seguindo. Assim, facilita a ação da gestão, proporcionando melhor respaldo na tomada de decisão.

A utilização de vários indicadores de diversos processos ajuda o gestor a perceber consistências nos resultados. A inconsistência leva a gestão a perceber onde estão ocorrendo os problemas, o que está errado, qual processo não está funcionando adequadamente e qual parte do processo está falhando. Enfim, possibilita uma ação corretiva no processo como um todo ou em parte dele.

Paralela ao desenvolvimento do sistema SIG está sendo trabalhada uma ferramenta de gestão que possibilitará a extração de dados do sistema SIG e possibilitará aos gestores do IFPR a obtenção de informações em tempo real para a tomada de decisões. Também será possível com essa ferramenta a disponibilização de todos os tipos de indicadores, que serão construídos e demandados pelos gestores da instituição. As figuras 1, 2, 3 e 4 abaixo mostram algumas informações e indicadores com números próximos da realidade (estamos em um processo de revisão de todos os cadastros) que podem ser extraídos desta ferramenta:



Figura 1 - Quadro de quantitativo de Alunos por câmpus.



Figura 2 - Quadro de quantitativo de servidores ativos por câmpus.

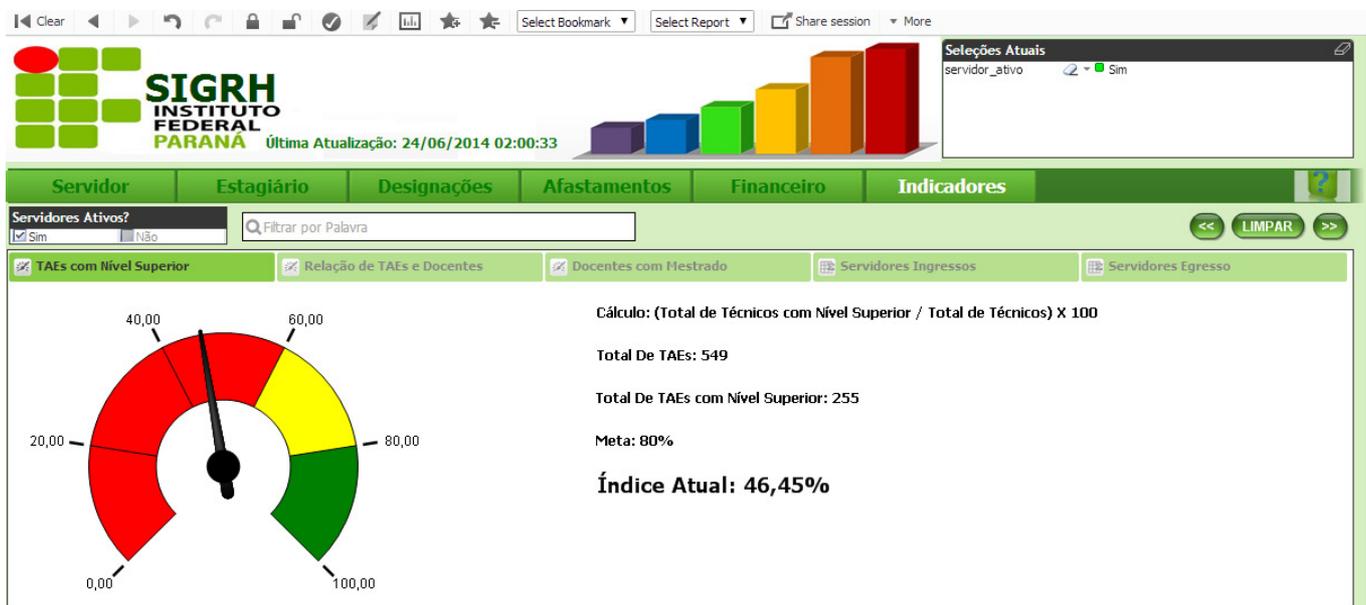


Figura 3 - Indicador de número de Técnicos Administrativos com nível superior



Figura 4 - Indicador de docentes que possuem mestrado

É preciso estar constantemente atento aos indicadores para que eles sejam efetivamente utilizados pelos gestores, a fim de que estes tomem decisões ou interfiram em processos de forma competente. Com o uso de indicadores será possível perceber problemas e a decisão da intervenção ficaria beneficiada com a disponibilização antecipada da informação. Caso contrário, decidir o momento de agir ficaria praticamente impossível, senão por impulso ou iniciativa arbitrária.

Os indicadores devem ser utilizados criteriosamente, observando sua importância no processo e assegurando a disponibilidade da informação no menor tempo possível, desde que sejam utilizados dados confiáveis.

Assim, estabelecer a transparência do indicador é uma característica de sucesso da sua utilização. Demonstrar a fórmula do indicador, a origem dos dados e a utilização que se espera dele certamente são cruciais para o comprometimento dos envolvidos. É da natureza humana, participar mais e melhor quando percebe a importância e a consequência do trabalho que se desenvolve.

Em março de 2015, após a implantação da maioria dos módulos do Sistema SIG, será constituída uma Comissão de Construção de Indicadores, que será composta por representantes das áreas de planejamento, ensino, pesquisa, extensão e de gestão de pessoas do IFPR. Essa comissão irá, diante das informações disponíveis, sugerir e definir todos os indicadores que se fizerem necessários, além de multiplicar a cultura do uso de indicadores dentro de suas respectivas áreas e na instituição como um todo. Assim, a gestão do IFPR terá a condição e aptidão para a realização de uma tarefa, alcançará os seus objetivos e aumentará grandemente a possibilidade do sucesso na prática do que é feito, atingindo assim indicadores satisfatórios de eficiência, eficácia e efetividade.

Em Janeiro de 2015 foi criada, dentro do organograma do IFPR, a Coordenação de Projetos Organizacionais e Indicadores, a qual atuará no monitoramento, análise e tratamento de indicadores de ensino, extensão, pesquisa e inovação, contribuindo assim para que a instituição tenha melhores condições para tomada de decisões. O coordenador responsável já foi designado conforme a Portaria do IFPR Nº 532 de 22 de Janeiro de 2015.

Uma vez que o IFPR está em fase de construção de indicadores, não foi preenchido o Quadro A.5.4 – Indicadores de Desempenho.

5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços

Não se aplica à UJ.

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 Programação e Execução das despesas

6.1.1 Programação das despesas

Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária: IFPR		Código UO: 26432		UGO: 158009		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes				
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		85.860.032,00			55.344.870,00	
CRÉDITOS	Suplementares		35.754.375,00			2.467.887,00
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados					200.000,00	
Outras Operações						
Dotação final 2014 (A)		121.614.407,00			57.612.757,00	
Dotação final 2013(B)		86.514.742,00			71.785.090,00	
Variação (A/B-1)*100		40,57			-19,74	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência	
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida		
DOTAÇÃO INICIAL		64.942.655,00				
CRÉDITOS	Suplementares		23.836.155,00			
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados						
Outras Operações						
Dotação final 2014 (A)		88.778.810,00				
Dotação final 2013(B)		82.493.503,00				
Variação (A/B-1)*100		7,62				

6.1.1.1 Análise Crítica

Analisando o quadro A.6.1.1, quando efetuamos o comparativo entre os exercícios de 2013 e 2014, podemos constatar as seguintes situações:

- O item referente às despesas de pessoal, encargos sociais e benefícios obteve um aumento de 40,57%, que segue em consonância com as necessidades desta instituição. Tal crescimento deve-se ao aumento significativo no quadro de servidores do IFPR, além de outros fatores, tais como o impacto financeiro gerado pelas RSC(Reconhecimento de Saberes e Competências), RT(Reserva Técnica), outras progressões de carreira.

- O grupo de outras despesas correntes demandou uma redução de 19,74%. Isso se deve, principalmente, à redução no recebimento de créditos suplementares, decorrentes da correção ou adequação do planejamento orçamentário da União, ao contrário da Dotação Inicial, que aumentou mais de 15% em relação ao inicial de 2013.

- Para as despesas com Investimentos, o aumento recebido foi de 7,62%, porém, parte destes recursos é proveniente de créditos suplementares, para os quais não houve nenhuma liberação de limites para utilização.

No total, os recursos recebidos pelo IFPR receberam um aumento da ordem de 11,30% com relação à dotação total de 2013. Para os demais itens não houve movimentação.

6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

6.1.2.1 Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	158009	153103	12363203120RL0041			166.666,67
Recebidos	150014	158009	12122210909HB0001	531.375,00		
Recebidos	153173	158009	12306203087440001			348.060,00
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Recebidos	153173	158009	12363203120RW0001			2.319.077,10
Recebidos	153173	158009	12363203182520001			4.492.133,48
Recebidos	154043	158009	12364203220RK0031			319,68
Recebidos	158125	158009	12363203120RL0042			332,67
Recebidos	158143	158009	12363203120RL0053			9.078,49
Recebidos	158131	158009	12363203120RL0017			199,80
Recebidos	153163	158009	12364203220RK0042			225,10
Recebidos	153019	158009	12364203220RK0041			6.219,78
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	153173	158009	12363203182520001	33.100,00		

6.1.2.2 Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	373001	158009	213632066210T0001			74.761,76
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

6.1.3 Realização da Despesa

6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Totais

Unidade Orçamentária: IFPR	Código UO: 26432		UGO: 158009	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	30.721.031,19	19.768.480,40	29.920.121,36	18.596.169,58
a) Convite	46.970,92	25.363,53	46.970,92	25.363,53
b) Tomada de Preços	587.972,50	110.406,07	587.972,50	110.406,07
c) Concorrência	7.994.411,45	273.150,08	7.319.765,84	273.150,08
d) Pregão	22.091.676,32	19.359.560,72	21.965.412,10	18.187.249,90
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	6.554.708,33	5.308.951,03	6.548.498,36	4.554.393,59
h) Dispensa	4.736.860,41	3.733.324,74	4.733.820,18	3.441.784,46
i) Inexigibilidade	1.817.847,92	1.575.626,29	1.814.678,18	1.112.609,13
3. Regime de Execução Especial	13.235,40	18.594,69	13.235,40	18.594,69
j) Suprimento de Fundos	13.235,40	18.594,69	13.235,40	18.594,69
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	131.673.566,43	94.939.431,87	129.900.799,57	94.934.613,89
k) Pagamento em Folha	130.463.542,76	94.093.999,11	128.691.077,27	94.089.181,13
l) Diárias	1.210.023,67	845.432,76	1.209.722,30	845.432,76
5. Outros	8.486.836,05	8.394.064,55	8.475.157,50	7.660.348,04
6. Total (1+2+3+4+5)	177.449.377,40	128.429.522,54	174.857.812,19	125.764.119,79

6.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Quadro A.6.1.3.2 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários.

Unidade Orçamentária:	Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	30.721.031,19	19.766.846,22	29.920.121,36	18.594.535,40
a) Convite	46.970,92	25.363,53	46.970,92	25.363,53
b) Tomada de Preços	587.972,50	110.406,07	587.972,50	110.406,07
c) Concorrência	7.994.411,45	273.150,08	7.319.765,84	273.150,08
d) Pregão	22.091.676,32	19.357.926,54	21.965.412,10	18.185.615,72
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
Unidade Orçamentária:	Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
2. Contratações Diretas (h+i)	6.400.041,66	5.154.284,36	6.393.831,68	4.399.726,92
h) Dispensa	4.582.193,74	3.578.658,07	4.579.153,50	3.287.117,79
i) Inexigibilidade	1.817.847,92	1.575.626,29	1.814.678,18	1.112.609,13
3. Regime de Execução Especial	13.235,40	18.594,69	13.235,40	18.594,69
j) Suprimento de Fundos	13.235,40	18.594,69	13.235,40	18.594,69
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	131.661.566,43	94.925.351,87	129.888.799,57	94.920.533,89
k) Pagamento em Folha	130.451.542,76	94.079.919,11	128.679.077,27	94.075.101,13
l) Diárias	1.210.023,67	845.432,76	1.209.722,30	845.432,76
5. Outros	8.486.836,05	8.393.648,55	8.475.157,50	7.659.932,04
6. Total (1+2+3+4+5)	177.282.710,73	128.258.725,69	174.691.145,51	125.593.322,94

6.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Totais

Unidade Orçamentária:				Código UO:		UGO:		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Pessoal								
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	98.986.242,84	69.950.990,62	98.986.242,84	69.922.319,99	0,00	28.670,63	97.255.015,49	69.922.252,34
Obrigações Patronais	18.968.822,49	13.913.939,78	18.968.822,49	13.898.180,79	0,00	15.758,99	18.933.856,36	13.897.475,05
Contratação por Tempo Determinado	1.929.179,47	1.426.155,97	1.929.179,47	1.424.376,33	0,00	1.779,64	1.929.179,47	1.424.376,33
Demais elementos do grupo	1.339.822,31	1.098.227,89	1.339.822,31	1.092.942,31	0,00	5.285,58	1.339.822,31	1.092.942,31
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
Outros Serviços de Terceiros - PJ	14.175.175,45	12.225.672,86	10.904.244,67	8.944.705,53	3.270.930,78	3.280.967,33	10.898.034,70	8.533.430,37
Locação de Mão-de-Obra	12.835.683,96	11.865.366,38	10.883.969,59	9.858.603,87	1.951.714,37	2.006.762,51	10.786.267,02	9.858.603,87
Auxílio Financeiro a Estudantes	7.733.996,80	7.455.854,00	7.331.514,86	5.294.020,20	402.481,94	2.161.833,80	7.331.514,86	4.852.911,96
Demais elementos do grupo	18.255.215,80	16.314.200,06	15.313.241,64	13.922.834,13	2.941.974,16	2.391.365,93	15.266.428,06	13.424.503,94
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos								
Obras e Instalações	19.441.175,13	35.838.690,57	8.582.383,95	398.136,15	10.858.791,18	35.440.554,42	7.907.738,34	398.136,15
Equipamentos e Material Permanente	9.738.452,33	14.379.905,55	3.204.955,58	3.222.924,43	6.533.496,75	11.156.981,12	3.204.955,58	2.197.438,02
Outros Serviços de Terceiros - PJ	52.980,00	20.387,25	5.000,00	19.188,00	47.980,00	1.199,25	5.000,00	7.195,50
Demais elementos do grupo		431.290,81		431.290,81	0,00	0,00		154.853,95
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								

DESPESAS DE CAPITAL

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos								
3° elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1° elemento de despesa								
2° elemento de despesa								
3° elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados **Diretamente pela UJ**

O Quadro 6.1.3.4 foi preenchido devido à UJ contemplar em sua estrutura UG na qual tenham sido registrados contabilmente os créditos da UO, mas isso não constitui única jurisdição a ter as despesas concernentes suportadas por tais recursos.

Os valores informados neste quadro abrangem apenas os recursos diretamente executados pelas unidades jurisdicionadas que compõem o relatório de gestão.

Quadro A.6.1.3.4 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários

Unidade Orçamentária:				Código UO:		UGO:		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	98.986.242,84	69.950.990,62	98.986.242,84	69.922.319,99	0,00	28.670,63	97.255.015,49	69.922.252,34
Obrigações Patronais	18.968.822,49	13.913.939,78	18.968.822,49	13.898.180,79	0,00	15.758,99	18.933.856,36	13.897.475,05
Contratação por Tempo Determinado	1.929.179,47	1.426.155,97	1.929.179,47	1.424.376,33	0,00	1.779,64	1.929.179,47	1.424.376,33
Demais elementos do grupo	1.339.822,31	1.098.227,89	1.339.822,31	1.092.942,31	0,00	5.285,58	1.339.822,31	1.092.942,31
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Unidade Orçamentária:					Código UO:		UGO:	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
3. Outras Despesas Correntes								
Outros Serviços de Terceiros - PJ	14.020.508,78	12.069.372,01	10.749.578,00	8.788.404,68	3.270.930,78	3.280.967,33	10.743.368,03	8.377.129,52
Locação de Mão- de- Obra	12.835.683,96	11.865.366,38	10.883.969,59	9.858.603,87	1.951.714,37	2.006.762,51	10.786.267,02	9.858.603,87
Auxílio Financeiro a Estudantes	7.733.996,80	7.455.854,00	7.331.514,86	5.294.020,20	402.481,94	2.161.833,80	7.331.514,86	4.852.911,96
Demais elementos do grupo	18.243.215,80	16.299.537,56	15.301.241,64	13.908.338,13	2.941.974,16	2.391.199,43	15.254.428,06	13.410.007,94
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Obras e Instalações	19.441.175,13	35.838.690,57	8.582.383,95	398.136,15	10.858.791,18	35.440.554,42	7.907.738,34	398.136,15
Equipamentos e Material Permanente	9.738.452,33	14.379.905,55	3.204.955,58	3.222.924,43	6.533.496,75	11.156.981,12	3.204.955,58	2.197.438,02
Outros Serviços de Terceiros - PJ	52.980,00	20.387,25	5.000,00	19.188,00	47.980,00	1.199,25	5.000,00	7.195,50
Demais elementos do grupo		431.290,81		431.290,81	0,00	0,00		154.853,95
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								

DESPESAS DE CAPITAL

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2.345.865,02	1.362.536,94	2.254.665,24	1.263.230,09
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	2.345.865,02	1.362.536,94	2.254.665,24	1.263.230,09
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	49.331,19	484.825,70	21.596,35	482.295,00
h) Dispensa	47.906,83	483.612,04	21.596,35	481.467,41
i) Inexigibilidade	1.424,36	1.213,66		827,59
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	544.903,84	112.474,91	544.903,84	112.474,91
k) Pagamento em Folha	543.024,49	112.474,91	543.024,49	112.474,91
l) Diárias	1.879,35		1.879,35	
5. Outros	1.916.746,99	5.358.102,48	1.861.319,38	5.255.565,48
6. Total (1+2+3+4+5)	4.856.847,04	7.317.940,03	4.682.484,81	7.113.565,48

6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Pessoal								
Obrigações Patronais	531.374,92	106.624,83	531.374,92	106.624,83			531.374,92	106.624,83
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
Outros Serviços de Terceiros - PJ	3.955.441,56	3.565.657,04	2.529.168,39	2.130.671,74	1.426.273,17	1.434.985,30	2.434.320,54	2.055.141,04
Material de Consumo	791.822,60	313.972,61	187.093,76	264.548,74	604.728,84	49.423,87	163.006,99	251.638,79
Outros Auxílios Financeiros a PF	785.467,54	3.337.373,62	775.387,40	2.391.773,62	10.080,14	945.600,00	775.387,40	2.391.773,62
Demais elementos do grupo	1.065.760,92	3.945.235,62	833.822,57	2.424.321,10	231.938,35	1.520.914,52	778.394,96	2.308.387,20

DESPESAS DE CAPITAL

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

6.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

A realização da despesa no IFPR se deu de forma a acompanhar o desenvolvimento da Instituição.

O aumento dos créditos totais recebidos no exercício de 2014 ficou na ordem de 11,30% em relação a 2013. O montante de créditos suplementares corresponde a 23% do valor total.

A principal dificuldade encontrada na execução orçamentária no exercício foi o contingenciamento de limites. Os créditos suplementares não receberam liberação e permaneceram contingenciados no exercício 2014. Parte dos recursos da dotação inicial ficou sem execução, devido à falta de limites para execução.

O IFPR conta com 28 câmpus, sendo(20 câmpus físicos, 05 câmpus avançados e 03 câmpus avançados “em implantação”) espalhados por todo o estado (vide mapa página 16). Destes, 24 câmpus contam com oferta de cursos regulares e 04 câmpus ainda não dispõem de oferta de cursos regulares.

O montante recebido na dotação em 2014 seria suficiente para atender à demanda de toda a instituição. Porém, com a defasagem de limites e os contingenciamentos ocorridos nos grupos de despesa, muitas atividades e projetos planejados ficaram sem cobertura orçamentária, como licitação de obras, reformas, aquisição de materiais, equipamentos e mobiliário de laboratórios. Estas despesas tiveram que ser replanejadas para utilização de créditos do exercício seguinte, prejudicando o andamento do planejamento e execução para atender à atividade fim desta instituição.

O item referente às despesas de pessoal, encargos sociais e benefícios obteve um aumento de 40,57%, que segue em consonância com as necessidades desta instituição. Tal crescimento deve-se ao aumento significativo no quadro de servidores do IFPR, além de outros fatores, tais como o impacto financeiro gerado pelas RSC(Reconhecimento de Saberes e Competências), RT(Reserva Técnica), outras progressões de carreira.

Para os créditos de movimentação, destacamos os projetos Pronatec Bolsa-Formação e Rede e-Tec, representando 95% das descentralizações recebidas. Ambas são ações do Ministério da Educação, voltadas a atender os cursos técnicos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos a distância, da educação profissional e tecnológica.

As aquisições realizadas através das modalidades de dispensa e inexigibilidade aumentaram significativamente devido à necessidade de aquisição para as novas unidades. Bem como as aquisições por pregão, concorrência, tomada de preços e convite que o IFPR realizou; que também tiveram um aumento de mais de 50%.

6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

Não se aplica à UJ.

6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não se aplica à UJ.

6.3.1 Análise Crítica

Não se aplica à UJ.

6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	60.441.916,39	51.184.567,36	4.047.425,70	5.209.923,33
2012	19.459.097,89	6.151.278,81	1.009.194,53	12.298.624,55
2011	876.569,27		170.636,15	705.933,12
2010	168.698,13	64.704,69	48.700,00	55.293,44
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	2.869.777,30	2.861.944,15		7.833,15
2012	1.139.018,60	813.036,99	313.628,80	12.352,81
2011	3.622,00			3.622,00

6.4.1 Análise Crítica

Os Restos a Pagar, processados e não processados, representam alto valor de créditos orçamentários nas contas do IFPR. Essa situação se dá pelos seguintes motivos:

- Os restos a pagar de 2010 e 2011 representam pequena parte do montante inscrito, e se devem de contratos finalizados, mas que possuem processos em trâmite judicial.

- Restos a pagar do exercício 2012 e 2013 significam maior parte das inscrições, e se devem por contratos e serviços, mas, em sua maioria, a recursos destinados a Termos de Parceria com OSCIPs, as quais tiveram seus pagamentos suspensos por medida judicial, cujo processo ainda está em trâmite.

Toda inscrição em Restos a pagar é devidamente justificada pela unidade demandante e ratificada pelo Ordenador de despesas, para que toda inscrição ou reinscrição seja condizente com a necessidade e a realidade da instituição.

6.5 Transferências de Recursos

No 2º semestre de 2012 ocorreram mudanças na gestão dos convênios, ficando a responsabilidade sobre controle e prestação de contas sob a supervisão da Diretoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças - DCOF da Pró-Reitoria de Administração e no que tange à captação de recursos a responsabilidade é da Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação.

A atuação das Pró-Reitorias se realiza por meio de apoio e suporte ao conveniente, verificando a execução das ações conforme o programado e as normas vigentes e fornecendo orientações técnicas, legais e operacionais, cabendo aos profissionais correspondentes às devidas competências, opinarem pelas questões que lhes são afetas. A PROAD busca acompanhar os processos de compras, contratos, documentos de liquidação, pagamentos, ingresso de recursos, inclusive os rendimentos de aplicação financeira, declaração de execução do convênio e declaração de execução do programa.

As transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse são realizadas com a utilização do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV e objetiva acompanhar, orientar e prestar cooperação técnica à execução física e financeira do objeto pactuado no Termo de Convênio e/ou aditivos, em conformidade com o Decreto nº 6170 de 25/07/07, Portaria Interministerial MPOG/MF/MCT nº 507 de 24/11/2011 e de acordo com as Normas de Financiamento de Convênios e demais legislações pertinentes. Nos demais casos, o controle é realizado com utilização de planilhas no que se refere a valores, plano de trabalho e prestação de contas.

A fiscalização in loco é efetuada pelo gestor do convênio, devidamente nomeado por Portaria interna, para a verificação da execução do plano de trabalho e do cumprimento do objeto e emissão de relatório.

No exercício de 2014 foram encaminhados os Ofícios nº 204/2014, nº 230/2014 e nº 236/2014 à IBEPOTEQ (Instituto Brasileiro de Pesquisas para Otimização da Tecnologia e da Qualidade Aplicadas), informando, estipulando prazos e solicitando prestação de contas dos termos de parceria nº 01/2009, 01/2010, 03/2010, 01/2011, 01/2013, assim como a devolução à União dos recursos retidos em sua conta ou despesas efetuadas em desconformidade com o plano de trabalho. Estas solicitações foram feitas à IBEPOTEQ diante do recebimento do Relatório de Demandas Especiais nº 00190.035356/2011-35 da CGU.

Em relação aos termos de parceria, estes são objeto de análise da prestação de contas, conforme designação das Portarias 1665 de 01/12/2014 e Portaria 1781 de 12/12/2014 ambas de emissão do gabinete do Reitor. O término do prazo das parcerias foi concomitante com a deflagração da operação Sinapse da Polícia Federal, o que impossibilitou o andamento normal dos procedimentos.

Em 2015 deve ocorrer um aumento no volume de repasses de recursos por transferências voluntárias e por isso faz-se necessário a alocação de servidor com e dedicação integral para a atividade e capacitação para os gestores de convênios.

Os repasses de recursos realizados pelo IFPR alcançaram seus objetivos como instrumento de execução de políticas públicas descentralizadas a cargo desta UJ.

6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto Federal do Paraná									
CNPJ: 10.652.179/0001-15					UG/GESTÃO: 158009/26432				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	018/2012	153103/15234	500.000,00		166.666,67	500.000,00	14/09/12	31/12/14	1
3	1157/2014	153173/15253	2.151.480,00		2.151.480,00	2.151.480,00	01/04/14	31/12/14	1
3	1812/2014	153173/15253	4.525.233,48		4.525.233,48	4.525.233,48	28/08/14	31/12/14	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte: Siafi									

6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Instituto Federal do Paraná					
CNPJ:	10.652.179/0001-15					
UG/GESTÃO:	158009/26432					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	2	3	4	6.843.380,15	251.737,15	179.266,67
Termo de Compromisso						
Totais	2	3	4	6.843.380,15	251.737,15	179.266,67

Fonte: SIAFI

6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente				
Nome: Instituto Federal do Paraná				
CNPJ: 10.652.179/0001-15			UG/GESTÃO: 158009/26432	
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2014	Contas Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		3
		Montante Repassado		6.843.380,15
2013	Contas Prestadas	Quantidade		2
		Montante Repassado		59.296,68
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		2
		Montante Repassado		192.440,47
2012	Contas Prestadas	Quantidade	1	3
		Montante Repassado	1.025.590,00	12.600,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		1
		Montante Repassado		166.666,67
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		

Fonte: SICONV

6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2014	Quantidade de Contas Prestadas				
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO Analisada	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
			Montante Repassado (R\$)		
		Contas NÃO Analisada	Quantidade		
Montante Repassado (R\$)					
2013	Quantidade de contas prestadas				
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
		Montante repassado			
	Contas NÃO Analisada	Quantidade			
		Montante repassado (R\$)			
	2012	Quantidade de Contas Prestadas			
Contas analisadas		Quantidade Aprovada		1	
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
		Montante Repassado		1.025.590,00	
Contas NÃO Analisada		Quantidade			
		Montante Repassado			
Exercício Anterior a 2012		Contas NÃO Analisada	Quantidade		
	Montante Repassado				
Fonte:					

6.5.5 Análise Crítica

A gestão de convênios do IFPR, na parte de controle e prestação de contas, é realizada pela Pró-Reitoria de Administração. A etapa de captação de recursos fica sob a gestão da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação. Já a obtenção de recursos orçamentários de Termos de Execução Descentralizada, bem como sua prestação de contas, é realizada pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

Para ambos os tipos de transferência de recursos são adotados procedimentos internos e externos, seguindo sempre as determinações dos órgãos de controle.

Os procedimentos internos são norteados pelas IIP's (Instruções Internas de Procedimentos) da Instituição e seus setores. Já os procedimentos externos são delineados pela legislação brasileira, tais como o Decreto nº 8.180/2013, Decreto nº 6.170/2007, Portarias Interministerial nº 127/2008 e nº 507/2011 e a Lei nº 8.666/1993.

Para firmar os acordos/termos e obter os recursos é essencial atender a requisitos e documentações necessárias, visando à transparência e confiabilidade do processo, bem como atender as prestações de contas, parciais ou finais, e devolução de recursos não utilizados. A evolução das transferências no âmbito do IFPR se deve principalmente à adoção de medidas eficazes e eficientes de controle e acompanhamento.

A execução de recursos orçamentários destinados a Convênios teve um aumento expressivo em 2014, principalmente por execução de termos firmados em exercícios anteriores.

A partir da implantação do sistema SIMEC para celebração de termos de cooperação, chamados de Termos de Execução Descentralizada, e a sistematização das aprovações, trâmite e prestação de contas, foi possível maior controle destes acordos, visto que anteriormente não havia sistema padronizado para solicitação e acompanhamento dos recursos descentralizados.

6.6 Suprimento de Fundos

6.6.1 Concessão de Suprimento de Fundos

Em que pese a maioria das concessões de suprimentos de fundos terem sido realizadas pela Unidade Gestora 158009 (Reitoria), o Instituto Federal do Paraná, a partir do exercício 2014, iniciou a descentralização para as Unidades Gestoras Executoras, quanto à concessão de suprimentos de fundos.

O Instituto Federal do Paraná não possui despesas realizadas por meio de suprimento de fundos por Suprido (Conta Tipo “B”). Portanto, informação dessa natureza não foi preenchida no Quadro A.6.6.1 – abaixo.

Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	158009	IFPR			5	15.500,00	8.000,00
	154671	IFPR/ASSIS CHAT			2	6.000,00	
2013	158009	IFPR			25	72.961,52	8.000,00
2012	158009	IFPR			17	46.880,00	8.000,00

Fonte: SIAFI Web

6.6.2 Utilização de Suprimento de Fundos

No quadro abaixo estão evidenciados os montantes efetivamente utilizados pelos supridos por meio de pagamento de fatura do CPGF. Cumpre reiterar que, no Instituto Federal do Paraná não há utilização de suprimentos de fundos em contas bancárias tipo B.

Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	158009	IFPR					7.268,27	7.268,27
	154671	IFPR/ASSIS CHAT					5.967,13	5.967,13
2013	158009	IFPR					19.114,53	19.114,53

Fonte: SIAFI Web

6.6.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

Como complemento de informação relativa ao quadro 6.6.2, o quadro abaixo detalha os valores dos gastos efetivos do CPGF em elemento de despesa e subitem da despesa para melhor compreensão da utilização dos recursos públicos.

Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158009	IFPR	33.90.30 – Material de Consumo	4 – Gás e Outros Mat. Engarrafados	460,00
			7 – Gêneros de Alimentação	9,00
			14 – Mat. Educativo e Esp.	435,36
			16 – Material de Expediente	359,00
			17 – Mat. proc. dados	109,90
			24 – Mat. Manut. bens imóveis/instalações	1.475,00
			25 – Mat. Manut. bens móveis	603,30
			26 – Mat. Elétrico e Eletrônico	637,71
		TOTAL	4.089,27	
		33.90.39 _ Outros Serv. Terc. PJ	16 – Manut. Conserv. bens imóveis	1.439,00
			17 – Manut. Conserv. de máq. e equipamentos	1.240,00
			19- Manut. e Conserv. Veículos	290,00
			63- Serv. gráficos e editoriais	210,00
		TOTAL	3.179,00	
154671	IFPR/ASSIS CHATEAUBRIAND	33.90.30 – Material de Consumo	16 – Material de Expediente	1.116,83
			22 – Mat. Limpeza e Prod. Higienização	288,30
			24 – Mat. Manut. bens imóveis/instalações	792,00
			26 – Mat. Elétrico e Eletrônico	800,00
		TOTAL	2.997,13	
		33.90.39 – Outros Serv. Terc. PJ	16 – Manut. Conserv. bens imóveis	1.035,00
			17 – Manut. Conserv. de máq. e equipamentos	1.750,00
			19 – Manut. e Conserv. Veículos	185,00
TOTAL	2.970,00			

6.6.4 Análise Crítica

Durante o exercício de 2014, o Instituto Federal do Paraná adotou como política de gestão a redução significativa de utilização do regime de suprimento de fundos. Em sucinta análise ao quadro 6.6.1, observa-se que no exercício de 2013 foram emitidos empenhos para 25 (vinte e cinco) supridos, perfazendo um montante de R\$ 72.961,52, ao passo que, em 2014 a quantidade de supridos caiu para apenas 7 (sete), totalizando o montante de recurso em R\$ 21.500,00.

Manteve-se a adoção do regime (ainda que de forma reduzida) em razão dos câmpus e demais unidades necessitarem atender às despesas de pequeno porte no desenvolvimento das atividades educacionais e de infraestrutura inerentes a cada unidade do IFPR.

Entre as principais despesas, destacaram-se as relativas a: material de expediente não constante no almoxarifado, materiais para processamento de dados, materiais de manutenção (pequenos reparos) de bens imóveis e suas instalações (materiais elétricos, hidráulicos e eletrônicos). Todos de pequena manutenção e que, por sua natureza e urgência, não puderam aguardar o processamento normal da execução orçamentária, conforme disposto no art. 68 da Lei 4.320/1964.

A utilização do regime de suprimentos de fundos no exercício 2014 foi feita com muita precaução, sendo que o montante anual gasto com pagamento de CPGF foi de apenas R\$ 13.235,40 para um total de 21 unidades, dentro de um limite de R\$ 360 mil reais suprimento de fundos, por meio de cartões de crédito Corporativo, visando atender a despesas inadiáveis e de pequeno porte, para aquisição de materiais administrativos, pedagógicos, laboratoriais, manutenção de bens imóveis, ou prestação de serviços que possam influenciar negativamente no funcionamento da instituição e no desenvolvimento das atividades etc.

Juntamente com a expansão da instituição, justifica-se o aumento de gastos, ainda que pequeno em relação ao exercício anterior, com o pagamento de CPGF, para o qual o IFPR possui 21 unidades a serem atendidas.

Para a expedição do CPGF existe Instrução Interna de Procedimentos a ser seguida, bem como a prestação de contas, que passam por auditoria interna, sempre seguindo as normas e procedimentos de órgãos superiores e de controle.

6.7 Renúncias sob a Gestão da UJ

Não se aplica à UJ.

6.7.1 Benefícios Financeiros e Creditícios

Não se aplica à UJ.

6.7.1.1 Benefícios Financeiros e Creditícios – Quantificação

Não se aplica à UJ.

6.7.1.2 Benefícios Financeiros e Creditícios – Análise Crítica

Não se aplica à UJ.

6.7.2 Renúncias Tributárias

Não se aplica à UJ.

6.7.2.1 Renúncias Tributárias sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela UJ - Identificação

Não se aplica à UJ.

6.7.2.2 Valores Renunciados e Contrapartida

Não se aplica à UJ.

6.7.2.3 Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário

Não se aplica à UJ.

6.7.2.4 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia

Não se aplica à UJ.

6.7.2.5 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária

Não se aplica à UJ.

6.7.2.5.1 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas

Não se aplica à UJ.

6.7.2.5.2 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas

Não se aplica à UJ.

6.7.2.6 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

Não se aplica à UJ.

6.7.2.7 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Não se aplica à UJ.

6.7.2.8 Comunicações à RFB

Não se aplica à UJ.

6.7.2.9 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Não se aplica à UJ.

6.7.2.10 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal

Não se aplica à UJ.

6.7.2.11 Fiscalizações Realizadas pela RFB (Exclusivo para a UJ RFB)

Não se aplica à UJ.

6.7.2.12 Renúncia Tributária – Análise Crítica

Não se aplica à UJ.

6.8 Gestão de Precatórios

Não se aplica à UJ.

6.8.1 Requisições e Precatórios da Administração Direta

Não se aplica à UJ.

6.8.2 Requisições e Precatórios da Administração Indireta

Não se aplica à UJ.

6.8.3 Análise Crítica

Não se aplica à UJ.

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

O IFPR possui uma Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas responsável por planejar, superintender, coordenar e fomentar as políticas de gestão de pessoas visando atingir as metas e cumprir a missão institucional, por meio de servidores capacitados e motivados, bem como normatizar e organizar processos de administração de pessoas, visando à valorização e ao aumento da competência de seus servidores, necessários ao pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas, de ensino, pesquisa e extensão.

7.1 Estrutura de pessoal da unidade

Os quadros a seguir tratarão de expor a composição do quadro de servidores ativos do Instituto Federal do Paraná de acordo com a tipologia do cargo, funções gratificadas, entre outros.

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1.624	1.343	444	133
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.624	1.343	444	133
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	1.332	442	130
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	9	2	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	1	0	3
2. Servidores com Contratos Temporários	0	56	54	47
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.624	1.399	498	180

Fonte: SIAPE

Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	235	1.108
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	235	1.108
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	234	1.108
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	56
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	235	1.164

Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	94	77	61
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	94	77	61
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	93	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	1	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	231	220	194
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	231	220	194
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	325	297	255

Fonte: SIAPE

Em 2014, o IFPR abriu concurso para professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Edital 08/2014) e para Técnicos-Administrativos em Educação (Edital 07/2014). Foram ao todo 362 vagas com lotação para os câmpus de: Assis Chateaubriand, Astorga, Barracão, Capanema, Cascavel, Colombo, Coronel Vivida, Curitiba, Foz do Iguaçu, Goioerê, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Jaguariaíva, Londrina, Paranaguá, Paranaíba, Pinhais, Pitanga, Quedas do Iguaçu, Telêmaco Borba, Umuarama, União da Vitória e Pinhais.

7.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

A política de capacitação segue a orientação e se desdobra a partir da fundamentação legal da política de desenvolvimento dos servidores públicos federais (Decreto nº 5.707/2006) e, especificamente, de servidores da educação pública, Lei nº 11.091/2005, Decreto nº 5.825/2006 e Lei nº 12.772/2012.

As políticas de desenvolvimento dos servidores públicos federais têm como finalidade a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; o desenvolvimento permanente do servidor público; a adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos do IFPR, tendo como referência o plano plurianual; a divulgação e o gerenciamento das ações de capacitação; e a racionalização e efetividade dos gastos com capacitação. Os planejamentos de capacitação instruídos pelas áreas estratégicas do IFPR estão sendo articulados, gradativamente, por meio do Programa de Desenvolvimento dos Servidores Técnico-administrativos e Docentes do IFPR, conforme Resolução nº 44/2013-CONSUP. Em 2014, 498 servidores foram capacitados.

No final de 2014, por meio do Edital nº 023/2014, o IFPR ofertou edital para afastamento de pós-graduação (mestrado, doutorado e estágio de pós-doutorado) em instituições nacionais ou estrangeiras, com início em 2015. Nesta seleção, ofertou-se um total de 76 vagas para os técnico-administrativos em educação e 79 vagas para os docentes.

7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	2013	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	R\$ 64.047.141,67	R\$ 6.234.440,31	R\$ 6.240.374,10	R\$ 3.428.347,97	R\$ 10.661.379,37	R\$ 2.185.667,06	R\$ 160.977,68	R\$ 130.040,90	R\$ 85.083,04	R\$ 93.173.452,10
	2013	R\$ 57.352.242,84	R\$ 4.535.355,14	R\$ 6.421.950,94	R\$ 3.362.624,07	R\$ 4.785.632,73	R\$ 1.774.040,88	R\$ 165.555,68	R\$ 302.365,23	R\$ 100.921,91	R\$ 78.800.689,42
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	2013	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	2013	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	R\$ 173.916,04	R\$ 65571,5	R\$ 22.388,19	R\$ 9.165,87	R\$ 16.344,29	R\$ 6.567,77	R\$ 1.079,4	R\$ -	R\$ 554,12	R\$ 295.687,18
	2013	R\$ 104.719,63	R\$ -	R\$ 9.517,30	R\$ 4.427,82	R\$ 6.161,15	R\$ 4.386,40	R\$ -	R\$ -	R\$ 949,92	R\$ 130.162,22
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	R\$ 942.990,60	R\$ -	R\$ 84.733,63	R\$ 13.286,85	R\$ 136.660,37	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.177.671,45
	2013	R\$ 758.735,60	R\$ -	R\$ 64.705,00	R\$ 125.712,11	R\$ 111.729,09	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.828,49	R\$ -	R\$ 1.063.710,29

Fonte: SIAPE

7.1.4 Irregularidades na área de pessoal

7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Os servidores do IFPR, no ato de sua nomeação, apresentam uma declaração de acúmulo ou não de cargos, empregos, funções, proventos e outros vínculos. Em caso de acúmulo irregular, conforme legislação vigente pede-se sua regularização. Em geral, todas as nomeações e exonerações são encaminhadas à Controladoria-Geral da União (CGU), por meio do Sistema de Registro e Avaliação de Atos de Admissão e Concessões – Sisac para a coleta e registro de dados e informações referentes aos atos de pessoal da administração federal. Desta forma, em casos de irregularidades, a CGU entra em contato com o IFPR.

7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos

Não se aplica à UJ.

7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

Os critérios de ingresso na instituição estão embasados no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, Autarquias e das Fundações Públicas Federais em conformidade com a Lei nº 8.112/1990, com o Decreto nº 6.944/2009 e com a Lei nº 11.091/2005. O ingresso nos cargos do plano de carreira far-se-á no padrão inicial do 1º (primeiro) nível de capacitação do respectivo nível de classificação, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas a escolaridade e a experiência estabelecidas na Lei nº 11.091/2005.

Os critérios para progressão na carreira de técnico administrativo, por mérito profissional estão regulamentados nas Resoluções nº 015/2011 – Conselho Superior/IFPR, para os servidores em estágio probatório, e na Portaria 623/REITOR, de 26 de setembro de 2011, para os demais servidores. Os critérios para progressão por capacitação estão embasados na Lei nº 11.091/2005, conforme os Artigos 10 e 10-A, abaixo relatados: O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional. A Progressão por Capacitação Profissional é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em Programa de Capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 (dezoito) meses, nos termos da tabela constante do Anexo III da lei acima mencionada. A Progressão por Mérito Profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 18 (dezoito) meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.

Os critérios de progressão na carreira de docente, estão embasados na Lei 12.772/2012, na Resolução nº 005/2009-Conselho Superior/IFPR e na Resolução nº 15/2011 – Conselho Superior/IFPR. Conforme artigo 14 da Lei nº 12.772/2012 os critérios são: • Progressão funcional, exclusivamente, por titulação e desempenho acadêmico, nos termos da lei. O interstício para a concessão da progressão por

desempenho acadêmico dar-se-á a cada 24 (vinte e quatro) meses, ressalvados os casos de transição de legislação, de que trata o Art. 34. Promoção, observado o interstício de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção, de acordo com pré-requisitos estabelecidos no § 3º do artigo 14 da Lei nº 12.772/2012.

Os servidores do IFPR, conforme apresentado no Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ, o número de egressos no IFPR no exercício de 2014 é de 180, sendo que 26,11% destes egressos são professores temporários cujo contrato de trabalho se encerrava neste período. Dos outros 73,88% de egressos, a maioria está relacionada com a aprovação em outro concurso público.

7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

A seguir serão apresentados os indicadores gerenciais em Recursos Humanos utilizados no Instituto Federal do Paraná.

Índice de Técnicos com Nível Superior

Estabelece a relação entre o total de técnicos-administrativos com escolaridade de nível superior.

Equação Básica

$$\text{Índice de Técnicos com Nível Superior} = \frac{\text{Total de Técnicos com Nível Superior}}{\text{Total de Técnicos}} \times 100$$

Terminologia

- Total de Técnicos com Nível Superior – Total de servidores da carreira de técnico-administrativo com escolaridade de nível superior.
- Total de Técnicos – Total de servidores da carreira de técnico-administrativo.

Indicador

Total de Técnicos com Nível Superior	Total de Técnicos	Indicador 2014
520	648	80,24%

Fonte: PROGEPE

Índice de Servidores Ingressos

Estabelece a relação entre os servidores que tomaram posse em 2013 com o total de servidores em exercício.

Equação Básica

$$\text{Índice de Servidores Ingressos} = \frac{\text{Total de Servidores Ingressantes}}{\text{Total de Servidores}} \times 100$$

Terminologia

- Total de Servidores Ingressantes – Refere-se ao total de servidores efetivos que tomaram posse no ano de 2013.
- Total de Servidores – Corresponde ao número total de servidores efetivos em exercício.

Indicador

Total de Servidores Ingressantes	Total de Servidores	Indicador 2014
444	1343	33,06%

Fonte: PROGEPE

Índice de Servidores Egressos

Estabelece a relação entre os servidores que saíram durante o ano de 2013 com o total de servidores em exercício.

Equação Básica

$$\text{Índice de Servidores Egressos} = \frac{\text{Total de Servidores Egressos}}{\text{Total de Servidores}} \times 100$$

Terminologia

- Total de Servidores Egressos – Refere-se ao total de servidores efetivos que saíram durante o ano de 2013.

- Total de Servidores – Corresponde ao número total de servidores efetivos em exercício.

Indicador

Total de Servidores Egressos	Total de Servidores	Indicador 2014
133	1343	9,90%

Fonte: PROGEPE

Relação entre servidores técnico-administrativos e docentes

Estabelece a relação entre os servidores técnico-administrativos e os docentes em exercício em 2013.

Equação Básica

$$\text{Relação Técnico/Docente} = \frac{\text{Total de Técnicos}}{\text{Total de Docentes}}$$

Terminologia

- Total de Técnicos – Corresponde ao número total de técnico-administrativos efetivos em exercício.

- Total de Docentes – Corresponde ao número total de docentes efetivos em exercício.

Indicador

Total de Técnicos	Total de Docentes	Indicador 2014
648	751	0,86

Fonte: PROGEPE

Resumos dos Indicadores de Recursos Humanos

O quadro a seguir apresenta os resultados dos cálculos indicadores de recursos humanos referentes aos anos de 2011 a 2013.

Indicador	2011	2012	2013	2014
Índice de Técnicos com Nível Superior	72,70%	79,31%	82,09%	80,24%
Índice de Servidores Ingressos	31,88%	29,39%	35,39%	33,06%
Índice de Servidores Egressos	1,60%	7,02%	3,00%	9,9%
Relação entre servidores técnico-administrativos e docentes	0,74	0,50	0,49	0,86

7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

A terceirização de mão de obra ocorre quando uma empresa contrata outra para executar parte ou um todo da sua atividade. É uma descentralização de serviços, mediante contrato, em que a empresa contratada oferece a mão-de-obra objeto do contrato pactuado entre as partes.

O IFPR apresentou alguns contratos terceirizados como o de limpeza e higiene, de vigilância ostensiva, transportes, entre outros.

7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ													
UG/Gestão: 158009 / 26432						CNPJ: 10.652.179/0001-15							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	01/2010	84.965.706/0001-88	01/02/10	30/01/12	83	83					E
2010	V	O	02/2010	03.229.363/0001-91	01/02/14	01/02/15	410	23		75		4	P
2012	L	O	02/2012	07.592.889/0001-92	01/02/10	01/02/15	146	85	4	47		2	P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: PROAD

7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ													
UG/Gestão: 158009/26432							CNPJ: 10.652.179/0001-15						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	2	O	17/2010	84.965.706/0001-88	01/06/10	31/05/12			25	22			E
2010	4,5,9 e 12	O	23/2010	11.017.341/0001-96	15/06/10	31/10/12	923	35		42		1	E
2012	2	O	15/2012	10.565.981/0001-78	01/04/12	30/09/12			23	21			E
2012	2	O	29/2012	01.711.147/0001-52	17/07/12	17/01/14	25	1	1	18		2	E
2012	4,5,9 e 12	O	36/2012	07.592.889/0001-92	13/09/13	13/09/14	69	46	47	61		23	P
2014	2	O	01 2014	07.319.323/0001-91	17/01/14	17/01/16		7	23	17		1	P
Observações:													
LEGENDA													
Área:							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.						
1. Segurança;							Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.						
2. Transportes;							Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.						
3. Informática;							Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis;													
9. Manutenção de bens imóveis;													
10. Brigadistas;													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;													
12. Outras.													

Fonte: PROAD

7.2.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

Os contratos de dedicação exclusiva de mão de obra, firmados pelo IFPR têm a finalidade de suprir as necessidades de pessoal em cargos não contemplados pelo quadro de servidores da instituição. A quantidade de pessoal a ser contratada é dimensionada por cada unidade, através de suas Direções-Gerais, as quais levam em conta aspectos específicos relacionados à deambulação das rotinas de trabalho necessárias ao atendimento da atividade fim da instituição.

Atualmente, a gestão dos contratos de dedicação exclusiva de mão de obra está a cargo da Diretoria de Administração/PROAD, porém a fiscalização é descentralizada, sendo designados através de portaria,

fiscais em cada unidade da instituição. Tal mecanismo permite um maior controle do trabalho e de dificuldades pontuais, tornando a prestação de serviço ainda mais eficaz.

Concerne à Diretoria de Administração o respaldo aos fiscais dos contratos, os quais atuam na conferência documental e financeira e fiscalizam a prestação efetiva do serviço, repassando àquela Diretoria possíveis incorreções. Cabe à Diretoria de Administração, apuração e avaliação dessas incorreções e, nos casos cabíveis, a utilização dos mecanismos de penalização disponíveis na legislação vigente. Tal configuração de trabalho tem se mostrado bastante eficaz na gestão e fiscalização dos serviços, mantendo os níveis dos serviços prestados dentro dos parâmetros aceitáveis pela instituição.

7.2.4 Contratação de Estagiários

Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	42	42	40	40	R\$ 125.163,21
1.1 Área Fim	10	10	12	12	R\$ 27.606,13
1.2 Área Meio	32	32	28	28	R\$ 97.557,08
2. Nível Médio	54	35	25	23	R\$ 79.292,06
2.1 Área Fim	20	11	7	5	R\$ 29.309,93
2.2 Área Meio	34	24	18	18	R\$ 49.982,13
3. Total (1+2)	96	77	65	63	R\$ 408.910,55

Fonte: PROGEPE

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros, destacando:

Quantidade de veículos por categoria de uso e por regionalização:

Frota Locada

Lotação	Placa	Modelo	Especificação
Assis	OVP-1985	Fiesta	Basic
Campo Largo	OVP-1987	Fiesta	Basic
Cascavel	OVV-6593	S10	Pick up
Curitiba	OVP-1982	Fiesta	Basic
Curitiba	OVP-1992	Fiesta	Basic
EAD	OVN-2073	Fiesta	Basic
EAD	OVN-2074	Fiesta	Basic
Foz do Iguaçu	OVP-1991	Fiesta	Basic
Gab. Reitor	JKF-0380	Fusion	Executive
Goioerê	OVP-1990	Fiesta	Basic
Irati	OVV-6614	Voyage	Basic
Ivaiporã	OVP-1983	Fiesta	Basic
Jacarezinho	OVN-2070	Fiesta	Basic
Londrina	OVP-1986	Fiesta	Basic
Palmas	OVP-1989	Fiesta	Basic
Paranaguá	JLP-1533	Voyage	Basic
Paranavaí	OVN-2072	Fiesta	Basic
Reitoria	OVP-1988	Fiesta	Basic
Reitoria	OVN-2069	S10	Pick up
Reitoria	JJL-4955	Linea	Premium
Reitoria	OVN-2071	Fiesta	Basic
Reitoria	OVP-1981	Fiesta	Basic
Reitoria	OVN-2067	Boxer	Furgão
Telêmaco Borba	OVP-1984	Fiesta	Basic
Umuarama	OVV-6594	S10	Pick up

Frota Oficial

Lotação	Placa	Modelo	Especificação
---------	-------	--------	---------------

Assis	ARE-1097	L200 4X4 GL	Utilitário
Campo Largo	ARE-1124	SANDERO EXP 16	Passeio
Capanema	ATH-7182	GOL 1.0 GIV	Passeio
Cascavel	ARE-1134	SANDERO EXP 16	Passeio
Foz do Iguaçu	ARE-1146	LOGAN AUT 10 16V	Passeio
Foz do Iguaçu	ASZ-3085	VOLARE W8 ON	Coletivo
Irati	ASZ-3792	SANDERO EXP 16	Passeio
Ivaiporã	ASZ-3107	SANDERO EXP 16	Passeio
Ivaiporã	MJA-5930	CELTA 2P LIFE	Passeio
Jacarezinho	ASZ-3116	VOLARE W8 ON	Coletivo
Jacarezinho	ASZ-3795	SANDERO EXP 16	Passeio
Jaguariaíva	ASZ-3794	SANDERO EXP 16	Passeio
Londrina	ASZ-3098	SANDERO EXP 16	Passeio
Londrina	ATZ-9133	VOLARE W9 ON	Coletivo
Palmas	ASZ-3102	SANDERO EXP 16	Passeio
Palmas	ATZ-8046	VOLARE W9 ON	Coletivo
Paranaguá	AQZ-8082	MEGANESD EXPR 16	Passeio
Paranaguá	ASZ-3115	VOLARE W8 ON	Coletivo
Paranavaí	AQZ-5475	MEGANESD EXPR 16	Passeio
Paranavaí	ATZ-9138	VOLARE W9 ON	Coletivo
Reitoria	AQZ-8077	MEGANESD EXPR 16	Passeio
Reitoria	AQZ-8090	MEGANESD EXPR 16	Passeio
Reitoria	HNT-3938	FORD FOCUS 2L FC FLEX	Passeio
Telêmaco	APG-6490	DOBLO HLX 1.8 FLEX	Passeio
Telêmaco	ATZ-9149	VOLARE W9 ON	Coletivo
Umuarama	ASZ-3094	SANDERO EXP 16	Passeio
Umuarama	ATZ-9123	VOLARE W9 ON	Coletivo

A frota de veículos é utilizada para o transporte de materiais, documentos e pessoas. Destina-se exclusivamente ao atendimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e também administrativas deste Instituto.

Este serviço é imprescindível, visto que, existe a necessidade de atendimento principalmente aos deslocamentos dos alunos nos câmpus para aulas práticas, seminários, congressos, eventos de uma forma geral e para os Servidores do IF no desenvolvimento de suas atividades, cursos de capacitação, reuniões e viagens.

Com a locação da frota eventual (veículos coletivos) conseguimos sanar as demandas citadas acima, situação que não ocorria no passado, com a frota própria. Atualmente, com os contratos que temos em vigor, atendemos de forma plena e eficiente as solicitações de todas as unidades do IFPR.

Normas que regulamentam a gestão e o uso da frota:

- Leis nº 1.081, de 13 de abril de 1950, e 10.683, de 28 de maio de 2003
- Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008

- Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008
- Resoluções, deliberações e portarias da DENATRAN
- IIP 006 - Normatização Transportes – IFPR

Crítérios que norteiam a escolha pela aquisição de veículos ou locação:

A Gestão atual deu continuidade a não aquisição de veículos próprios, uma vez que optamos em 2012 pela terceirização da frota de todo o IFPR, tanto da frota permanente (veículos de passeio), quanto pela frota eventual (veículos coletivos).

Com isso, toda a parte operacional foi direcionada para empresas especializadas em aluguel de veículos, focando e priorizando esforços na atividade-fim deste Instituto, o ensino.

Comparação frota oficial x frota locada

Comparativo 1:

ITENS DE CUSTO	FROTA PRÓPRIA (custos)	FROTA LOCADA (benefícios)
Assessoria jurídica para sinistros	A organização tem que se responsabilizar	A locadora cuida de tudo
Investimento na renovação da frota	A organização investe na aquisição	A aquisição corre por conta da locadora
Assistência 24 horas	A organização tem que contratar	Serviço oferecido pela locadora
Custo de oportunidade do capital	A organização investe na frota	A locadora investe em sua frota
Custos financeiros sobre a ociosidade da frota	A organização investe	Por conta da locadora
Impostos	A organização paga	As despesas são da locadora
Licenciamento e emplacamento	A organização administra e custeia	Já vem licenciado e emplacado
Manutenção	A organização contrata	A locadora disponibiliza pessoal
Peças de reposição	A organização adquire	A locadora paga
Perdas por roubo, furto, incêndio e colisão	A organização assume	O risco é da locadora
Seguros	A organização contrata e custeia	Já incluído na locação
Veículo reserva	A organização tem que manter	Fornecido pela locadora

Comparativo 2

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS
A frota é estática	Flexibilidade na ampliação ou redução da frota
Custos elevados de manutenção preventiva ou corretiva, incluindo peças, acessórios, pneus, lavagens, lubrificações, etc.	O custeio de despesas com manutenções preventivas e corretivas passam a ser da locadora. Dispensa diversas licitações / contratos de manutenção da frota e evita também controlar a qualidade dos serviços de manutenção.
Depreciação do bem, com resíduo financeiro insignificante, quando da venda em leilão público	A Administração Pública deixa de arcar com a depreciação do bem, e também evita leilão de venda, onde o Poder Público obtém preços muito baixos devido à má conservação dos veículos.
Frota de veículos com faixa etária elevada. A substituição depende de dotação orçamentária disponível	Disponibilidade de veículos sempre novos. A substituição ocorrerá conforme cláusula contratual.
Necessidade de apoio para remoção do veículo imobilizado, com ônus para o órgão proprietário	Resgate do veículo feito pela locadora em caso de pane ou acidente, sendo o veículo substituído de imediato
Necessidade de estrutura administrativa de apoio e controle direto	Reduz a necessidade de pessoal administrativo com consequente liberação de servidores para outras atividades.
Necessidade de imobilização de capital elevado para aquisição	Evita-se a imobilização de capital em frota, assegurando-se a disponibilidade do veículo pelo tempo estritamente necessário. Os recursos podem ser melhor aplicados na área social.
Pagamento de licenciamentos, taxas, multas, seguros, etc	Não há despesas quanto a licenciamentos anuais, pagamentos de taxas, multas e seguros, pois o pagamento e controle são efetuados pela locadora.
Quando o poder público adquire veículos, além da imobilização de capital, deixa-se de arrecadar impostos como ICMS e IPI	Quando os veículos são adquiridos pela iniciativa privada, esses impostos são pagos integralmente ao poder público
Veículo imobilizado (manutenção, acidente, etc.), causa lacuna na área de transporte do órgão. Não há substituição durante o tempo de imobilização.	Maximização de tempo em que o veículo permanece disponível para operação no órgão, pois conta-se com a possibilidade de utilização, em casos específicos, de veículos reserva.
Veículos com alta quilometragem e muitas vezes inadequados para o tipo de atividade o órgão	Veículos novos e adequados para cada tipo de atividade.

Custos envolvidos

Contratos	Empresas	Totais
Contrato 24/2009	Faixa Vermelha	R\$ 13.669,03
Contrato 35/2010	Ticket	R\$ 250.257,84
Contrato 47/2010	Porto Seguro	R\$ 230.479,79
Contrato 33/2012	Trans Isaak	R\$ 530.339,98
Contrato 26/2013	TS Locações	R\$ 76.832,51
Contrato 01/2014	Pantanal Veículos	R\$ 1.133.751,82
Contrato 09/2014	Transtupi	R\$ 20.239,87
Contrato 10/2014, 11/2014, 12/2014, 15/2014, 23/2014, 24/2014, 35/2014, 36/2014	DMR Projetos	R\$ 281.662,15
Contrato 13/2014	Viação Umuarama	R\$ 43.000,62
Total Geral		R\$ 2.580.233,61

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	PARANÁ	64	35
	Assis Chateaubriand	3	3
	Campo Largo	2	2
	Cascavel	2	2
	Foz do Iguaçu	1	2
	Irati	1	1
	Ivaiporã	1	1
	Jacarezinho	1	1
	Palmas	1	1
	Paranaguá	4	1
	Paranavaí	1	1
	Telêmaco Borba	1	1
	Umuarama	1	1
	Curitiba	4	4
	Astorga	1	1
	Capanema	1	1
	Londrina	2	2
	Pitanga	1	1
	Pinhais	1	1
	Jaguariaíva	1	1
	Goioerê	1	1
	União da Vitória	1	1
	Ortigueira	0	1
	Quedas do Iguaçu	1	1
	Guaíra	1	1
	Barracão	27	1
	Colombo	1	1
Coronel Vivida	2	0	

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
Subtotal Brasil	64	35
Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)	64	35

Fonte: PROAD

8.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Não se aplica à UJ.

8.2.3 Imóveis Funcionais da União sob-responsabilidade da UJ

Quadro A.8.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob-responsabilidade da UJ

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados							
	7953.00008.500-2	3	R\$ 98.483,00	20/01/2015	R\$ 4.657.051,61		
	7953.00012.500-4	3	R\$ 66.600,00	20/01/2015	R\$ 73.829,62		
	7953.00010.500-3	3	R\$ 87.824,00	20/01/2015	R\$ 96.489,39		
	7439.00007.500-0	3	R\$ 431.850,00	20/01/2015	R\$ 4.967.329,25		
	7449 00003.500-5	3	R\$ 3.635.918,47	20/01/2015	R\$ 4.747.023,28		
	7481.00021.500-7	3	R\$ 12.529.991,50	20/01/2015	R\$ 24.966.192,84		R\$ 645.657,67
	7487.00006.500-4	3	R\$ 409.072,00	20/01/2015	R\$ 5.152.188,80		
	7493.00096.500-0	3	R\$ 1.144.002,00	20/01/2015	R\$ 6.243.304,39		
	7513 00029.500-2	3	R\$ 3.754.428,00	20/01/2015	R\$ 4.032.415,81		
	7527 00003.500-0	3	R\$ 1.093.678,30	20/01/2015	R\$ 1.093.678,30		
	7535 00692.500-9	3	R\$ 15.530.714,00	20/01/2015	R\$ 25.157.671,84	R\$ 1.409.700,42	R\$ 18.796,10
	7535 00694.500-0	3	R\$ 17.942.550,00	20/01/2015	R\$ 27.231.714,00		
	Lançado pela SPU (ainda sem RIP)	3	R\$ 6.560.076,60	20/01/2015	R\$ 6.560.076,60		
	Lançado pela SPU (7535.010376.500-0)	3	R\$ 344.734,06	20/01/2015	R\$ 344.734,06		
	Lançado pela SPU (7535.010376.500-0)	3	R\$ 480.036,02	20/01/2015	R\$ 480.036,02		
	Lançado pela SPU (ainda sem RIP)	3	R\$ 4.065.768,00	20/01/2015	R\$ 5.237.268,00		R\$ 17.400,00

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados							
	7563 00913.500-4	3	R\$ 5.141.092,00	20/01/2015	R\$ 26.697.137,59		R\$ 415,00
	7569.00007.500-8	3	R\$ 259.525,00	20/01/2015	R\$ 4.754.772,18		
	7571 00042.500-0	3	R\$ 717.867,39	20/01/2015	R\$ 774.895,49		
	7607.00037.500-8	3	R\$ 431.631,00	20/01/2015	R\$ 5.409.097,80		
	7623.00014.500-4	3	R\$ 277.712,00	20/01/2015	R\$ 6.174.082,74		
	7629 00053.500-6	3	R\$ 186.105,00	20/01/2015	R\$ 9.902.348,29		R\$ 1.950,00
	7633.00010.500-0	3	R\$ 271.541,00	20/01/2015	R\$ 4.680.083,18		
	Pertence ao INCRA	3	R\$ 145.976,27	20/01/2015	R\$ 145.976,27		
	7667 00158.500-0	3	R\$ 3.639.148,00	20/01/2015	R\$ 5.101.848,36		R\$ 2.632,00
	7733.00018.500-0	3	R\$ 7.536.090,00	20/01/2015	R\$ 15.361.446,04	R\$ 708.800,15	R\$ 1.440,00
	7745.00224.500-3	3	R\$ 1.715.548,45	20/01/2015	R\$ 13.483.016,16		R\$ 3.300,00
	7749 00042.500-7	3	R\$ 1.530.934,00	20/01/2015	R\$ 11.617.073,85		R\$ 1800,00
	5453 00015.500-8	3	R\$ 5.138.561,91	20/01/2015	R\$ 10.082.296,50		
	7771.00014.500-0	3	R\$ 311.430,00	20/01/2015	R\$ 4.664.237,33		
	7955 00005.500-2	3	R\$ 204.335,00	20/01/2015	R\$ 4.594.497,96		
	7915 00013.500-7	3	R\$ 2.152.592,00	20/01/2015	R\$ 12.872.915,80		
	7935 00065.500-5	3	R\$ 318.300,00	20/01/2015	R\$ 10.398.022,78		R\$ 1.161,91
	7937 00038.500-4	3	R\$ 622.860,00	20/01/2015	R\$ 5.037.365,90		
Vazios							
Total							
Fonte: PROAD							

8.2.4 Análise Crítica

No ano de 2014 a Gestão do Patrimônio foi descentralizada visando o melhor controle e regularização dos bens. Atualmente cada câmpus é a Unidade Gestora responsável exclusivamente pelo próprio patrimônio, cabendo à Coordenadoria de Almoarifado e Controle Patrimonial a gestão do patrimônio da Reitoria e dos Câmpus Avançados. Também é de responsabilidade dessa coordenadoria dar orientações e diretrizes patrimoniais a todos os Câmpus.

O controle dos imóveis institucionais é centralizado na Coordenadoria de Almoarifado e Controle Patrimonial, que atualiza o sistema SPIUnet, exceto no que diz respeito às obras e avaliações, que são delegadas à Diretoria de Infraestrutura/PROAD, e à legalização documental de imóveis recebidos através de doação, que é feita pela Assessoria de Relações Institucionais do Gabinete do Reitor.

No final de 2014 foi formada uma comissão, conforme Portaria do IFPR N° 1688 de 02 de Dezembro de 2014, com o objetivo da regularização dos imóveis e atualização do SPIUnet. Os critérios para a reavaliação dos imóveis do IFPR foram os mesmos da NBR 5676 e de avaliações expeditas com grau de precisão e fundamentação baseada em dados de mercado. Devido à dimensão dos terrenos foi adotada a avaliação do terreno mais a avaliação dos blocos/prédios/galpões existentes, com a devida depreciação pela idade.

8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
BRASIL	PARANÁ	4	1
	Jacarezinho	1	0
	Londrina	1	0
	Curitiba	2	1
Subtotal Brasil		4	1
EXTERIOR		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		4	1

Fonte: PROAD

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
33/2010	Locação de Equipamentos Multifuncionais Impressoras	21/10/14	07.432.517/0003-60	SIMPRESS COMÉRCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS S.A.	406.224,00	373.974,34
38/2012	Serviços de telefonia fixa comutada DDD 41,42 e 43	01/09/15	33.530.486/001-29	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A - EMBRATEL	360.130,99	180.099,23
07/2013	Serviços de telefonia fixa comutada (Cascavel, Foz do Iguaçu, Paranavaí e Umuarama)	14/04/15	33.530.486/001-29	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A - EMBRATEL	41.613,00	46.421,31
38/2013	Serviços de telefonia móvel	20/12/14	02.558.157/0001-62	TELEFÔNICA BRASIL S.A - VIVO	229.826,72	184.294,41
03/2014	Serviço de comunicação e dados MPLS	10/02/15	04.368.865/0001-66	COPEL TELECOMUNICAÇÕES S/A	1.921.867,75	750.503,96
03/2012	Prestação de Serviços em Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	16/01/18	13.406.686/0001-67	SIG Software & Consultoria em Tecnologia da Informação LTDA ME	2.022.340,84	473.495,47

Relação dos sistemas utilizados pelo IFPR

- SIG - Sistema Integrado de Gestão

Conjunto de sistemas cuja função é administrar informações e procedimentos de diferentes áreas funcionais, propiciando integração dessas informações, de forma que estas possam ser manipuladas e gerenciadas de maneira eficiente e segura. É composto pelos seguintes subsistemas:

- Karavellas

Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem do IFPR, desenvolvido para os cursos de educação profissional tecnológica na modalidade de ensino a distância e presencial. Trata-se de uma interface "amigável" do SIGAA que estabelece um elo de comunicação entre o estudante e a instituição.

- SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas)

O Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas informatiza os procedimentos da área acadêmica e é composto por módulos que congregam atividades acadêmicas relativas ao Ensino, Pesquisa, Extensão, Monitoria, Ensino a distância, Bibliotecas, Vestibular, Secretaria de apoio ao estudante e Infraestrutura física. Os módulos Médio/Técnico, Graduação, Ensino a Distância, Assistência Estudantil e Processo Seletivo foram customizados para atender à realidade do IFPR e já encontram-se habilitados.

- SIPAC (Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos)

Permite o controle refinado dos procedimentos administrativos, oferece operações para a gestão das unidades responsáveis pelas finanças, patrimônio e contratos. Até 2014 foram implantados os módulos de Protocolo (Memorandos, Documentos, Despachos e Processos), Patrimônio, Catálogo de materiais, Compras (Requisição de Compras), Licitação (Processos de Compras), Bolsas, Almoxarifado, Auditoria e Controle Interno.

- SIGRH (Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos)

Informatização, agilidade e transparência nos procedimentos relativos à gestão de Recursos Humanos. Estão implantados e em uso os módulos de Administração de Pessoal, Cadastro, Concursos, Banco de Vagas e Capacitação.

- SIGED (Sistema Integrado de Gestão Eletrônica de Documentos)

Permite a centralização do controle de documentos, upload de documentos físicos, possibilidade de realizar buscas nos conteúdos dos documentos, organização dos documentos por tipos e pastas, cadastro de descritores de documentos, além do versionamento dos documentos cadastrados.

- SIGAdmin (Sistema Integrado de Gestão da Administração e Comunicação)

Trata-se da área de administração e gestão dos sistemas integrados SIG. Este sistema gerencia entidades comuns entre os sistemas informatizados, tais como: usuários, permissões, unidades, mensagens, notícias, gerência de sites e portais, dentre outras funcionalidades.

- SISA (Sistema Integrado de Secretarias Acadêmica)

Gerencia processo de registro acadêmico, que permite a visualização de informações relativas a vida escolar dos estudantes, bem como a emissão de documentos que comprovem esta trajetórias. O sistema foi descontinuado recentemente, dando lugar ao SIGAA.

- Aluno Online

O aluno *online* é uma área do sistema acadêmico SISA que disponibiliza serviços de consulta a notas, frequência e comprovantes aos alunos.

- Certificação ENEM

Permite a emissão de Certificados de Conclusão do Ensino Médio ou Declarações Parciais de Proficiência com base nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

- Pergamum (Sistema Integrado de Bibliotecas)

O Sistema Pergamum contempla as principais funções de uma Biblioteca, funcionando de forma integrada, tendo por finalidade melhorar a qualidade global dos serviços dos usuários, promover a cooperação no tratamento da informação e o compartilhamento de recursos de informação.

- Banco de Vagas

O Banco de Vagas foi desenvolvido para o cadastro e acompanhamento do banco de vagas docentes tendo como referência a unidade chamada professor-equivalente. Possibilita a consulta ao saldo de banco disponível para alocar vagas de acordo com os fatores de equivalência vigentes.

- *HelpDesk*

O sistema de *Helpdesk* tem como objetivo organizar o atendimento e serviços ofertados pela área de Tecnologia da Informação, tais como: abertura, acompanhamento, controle e consulta de chamados abertos para o setor de suporte.

- Projetos

Gerenciador de projetos que dispõem de um conjunto simples de funcionalidades para acompanhamento de processos, anexar arquivos, sequenciar atividades, etc.

- Pesquisa

Contém uma extensa variedade de modelos de questionários destinados à pesquisa e avaliação de temas institucionais como: CPA, transporte, bolsistas, questionário socioeconômico e alunos egressos. Seus resultados podem ser exportados e apresentados em gráficos, tabelas ou figuras.

- Plataforma Stela Experta

Principais utilizações: Gestão da produção C&T e dos projetos de P&D, incluindo a análise qualitativa segundo o Qualis/Capes; otimização dos investimentos a partir da análise da produtividade da instituição; disponibilidade na organização para atuar em diversas atividades e utilização melhor as competências disponíveis; ampliação da capacidade competitiva e de mobilização de competências a partir do acesso às redes de cooperação pessoais e institucionais da organização; identificação do perfil dos conhecimentos na instituição permite explorar os pontos fortes e a atuação sobre eventuais carências; ampla ferramenta para a gestão da pesquisa.

Necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades

A implantação de todos os módulos que compõem a plataforma SIG ainda não foi finalizada. Grande parte das nossas necessidades sistêmicas, de acordo com o Planejamento estratégico do IFPR, envolvem a customização e melhorias das funcionalidades já disponíveis na ferramenta SIG. Alinhados ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI), os módulos com previsão e prioritários são:

- SIPAC: Contratos, Orçamento e Boletim de Serviços;

- SGRH: Plano de Saúde, Avaliação de Desempenho, Atendimento do Servidor e Férias;

- SIGAA: Pesquisa, Extensão, PRONATEC, Biblioteca, Diplomas, Controle de Convênio de Estágios e Lato Sensu/Stricto Sensu;

- SIGPLAN (Sistema Integrado de Gestão de Planejamento): Permite o gerenciamento das metas pretendidas, anualmente, pelas unidades estratégicas da instituição: pró-reitorias, câmpus, diretorias, dentre outras. Essas metas servirão para realização do planejamento anual realizado pela unidade de administração central de toda a instituição;

- Biblioteca Digital: Um sistema que disponibiliza, em meio digital/eletrônico, documentos de produção técnico-científica gerada pelo IFPR, integrado a um ambiente de “sugestões” como recurso pedagógico complementar.

O IFPR firmou um vínculo contratual e uma parceria com a empresa SIG Software para a prestação de serviços técnicos de Tecnologia da Informação, especificamente para as demandas referentes à implantação dos Sistemas Integrados de Gestão (SIG). Assim, a construção de todos os sistemas pleiteados se dará através dos serviços da empresa contratada.

A implantação desses sistemas informatizados é uma necessidade tanto da área administrativa quanto de ensino do IFPR, e estão de acordo com o atual contexto sistêmico da instituição. Num segundo momento, este instrumento aborda a necessidade de inovações nos métodos de trabalho e fluxo de informação. Por fim, tem por objetivo proporcionar a sustentação administrativa para otimizar os resultados esperados e facilitar a tomada de decisões.

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O Instituto Federal do Paraná integra o Termo de Adesão 02, celebrados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Finanças e o Ministério da Educação, para implantação do Projeto Esplanada Sustentável – PES. Este termo tem por finalidade integrar esforços de órgãos governamentais para desenvolver ações destinadas à implantação do PES, visando à eficiência no uso racional dos recursos públicos e à inserção da variável socioambiental no seu ambiente de trabalho. O Projeto tem como motivadores principais o art. 225 da Constituição e o Acórdão nº 1.752 de 29 de junho de 2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União, que recomenda ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que incentive os órgãos e instituições públicas federais a adotarem um modelo de gestão estruturado na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos, por meio da divulgação de orientações de acordo com os programas já existentes no Governo Federal:

- Programa de Eficiência do Gasto Público – PEG, desenvolvido no âmbito da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF/MPOG;
- Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel, mais especificamente o Subprograma Eficiência Energética em Prédios Públicos – Procel EPP, desenvolvido pela Eletrobrás e coordenado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – SPE/MME;
- Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, coordenado pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente – SAIC/MMA; e
- Coleta Seletiva Solidária, no âmbito da Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – SE/MDS.

Primeiramente, em 2010, o Instituto Federal do Paraná havia aderido ao Programa de Eficiência do Gasto Público – PEG. A expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica dificultou a redução de tais despesas, seja pela falta de ferramentas de controle que facilitassem a mensuração da redução do gasto, bem como a mensuração dos gastos anuais por resmas, metro cúbico e quilowatt, ou pelo pouco incentivo ao uso do programa. Com a assinatura do termo de adesão a partir de 23 de novembro de 2012 e com uma instituição mais consolidada, o IFPR já pactuou as reduções de gastos previstas no Projeto Esplanada Sustentável. Ainda não foi possível apurar os efeitos da adesão deste Programa. Normativa SLTI/MPOG 10/2012.

10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		X
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no <i>site</i> da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no <i>sítio</i> da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais			

11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.

11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

Durante o exercício de 2014, o TCU emitiu duas deliberações para o IFPR que foram prontamente atendidas:

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ					49103
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC - 008.221/2014-6	3104/2014			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas					103613
Descrição da Deliberação					
Determinar à PROGEPE que corrija as falhas no processo de admissão e oriente a Pró-Reitoria a encaminhar os atos de admissão de forma a não conter omissões ou inconsistências, sob pena de multa.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas					103613
Síntese da Providência Adotada					
Processo de Admissão foi corrigido e encaminhado para análise da CGU E TCU em 11/07/2014. Tendo sido julgado legal, conforme TC-021.006/2014-8.					

Síntese dos Resultados Obtidos
Processo regularizado
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não houve maiores empecilhos

Quadro A.11.1.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ					49103
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 006.103/2014-6	1554/2014			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
PROGEPE					103613
Descrição da Deliberação					
Cessar os pagamentos referentes à parcela decorrente da defasagem da URV; Dar ciência ao interessado; Comunicar ao TCU das medidas adotadas; Outras.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas					103613
Síntese da Providência Adotada					
Foram tomadas as providências recomendadas e a rubrica de decisão judicial referente à ação nº 99.0005007-0 foi excluída da folha de pagamento do servidor no mês de junho de 2014 e tal ato foi comunicado ao TCU por meio do ofício nº 090/2014 da PROGEPE em 11/06/14.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendimento acórdão. Suspensão de pagamento.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não houve maiores empecilhos					

11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não há deliberação pendente para cumprimento por parte do IFPR junto ao TCU, segue abaixo relação com todos os ofícios emitidos pelo Tribunal ao longo de 2014 para esta autarquia.

Atuação do TCU				
Data do Recebimento	Nº do Ofício	Data da Resposta	Nº do Ofício de Resposta	Assunto do Ofício
28/02/2014	0125/2014 - TCU/SECEX - PR	-	-	Notificação de deliberação em processo diferente de contas - monitoramento - ONGs e OSCIPs - Para acompanhar andamento das recomendações feitas - ciência
26/08/2014	0814/2014 - TCU/SECEX - PR	18/09/2014 e 24/09/2014	Ofícios nº 256/14 e 260/14	Diligência - Fifpar - Fundação IFPR
17/09/2014	0763/2014 - TCU/SECEX - PR	03/11/2014	Resposta através de formulário <i>online</i>	Diligência - Governança pública e gestão de aquisições

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Durante o exercício de 2014, através de relatório, a Controladoria-Geral da União fez as seguintes recomendações ao IFPR que foram prontamente atendidas:

Quadro A.11.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	00190.035356/2011-35	2.1.1.6	Relatório de Demandas Externas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Deliberação			
Reavaliar, dentro de 60 dias, a estrutura administrativa para a governança do EAD no IFPR, definindo quem são os responsáveis, metas, prazos, descrições e orçamentos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Síntese da Providência Adotada			
A Diretoria de EAD, em comum acordo, fez a transferência de toda equipe da Diretoria Administrativa e Financeira do EAD para a Pró-Reitoria de Administração - PROAD, que passou a executar todas as ações referentes a controle de processos, compras, licitações, contratos, pagamentos e Termos de Cooperação junto ao MEC, o que proporcionou a melhoria no controle das ações do EAD.			

Síntese da Providência Adotada

Aos poucos a gestão da EAD está se tornando descentralizada.

Síntese dos Resultados Obtidos

Maior centralização e controle de gastos.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Operação SINAPSE catalisou todo o processo de centralização da estrutura EAD. Paulatinamente as atividades Administrativas e Financeiras estão sendo descentralizadas para o EAD, como forma de otimizar a gestão.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa		Código SIORG	
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ		49103	
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	00190.035356/2011-35	2.1.1.8	Relatório de Demandas Externas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ		49103	
Descrição da Deliberação			
Reavaliar, dentro de 60 dias, a necessidade de terceirizar os serviços definidos nos editais para OSCIPs.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG	
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ		49103	
Síntese da Providência Adotada			
A partir da incorporação da Diretoria Administrativa do EAD à Pró-reitoria de Administração, todos os processos referentes as ações do EAD estão sendo licitados, e dentre eles já constam em fase de assinatura de contrato os processos de sinal de satélite e de pessoal especializado para operação dos estúdios. Alguns itens exigidos nos processos de concursos de projetos feitos anteriormente, foram excluídos do planejamento, e não serão executados ou serão executados pelos próprios meios.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Melhoria no controle dos recursos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Operação SINAPSE catalisou todo o processo de centralização da estrutura EAD.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	00190.035356/2011-35	2.1.1.10	Relatório de Demandas Externas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Deliberação			
Elaborar, dentro de 60 dias, plano de ação para aprimoramento dos controles internos administrativos sobre o planejamento e a execução dos termos de parcerias, definindo responsáveis, metas, prazos, descrições e orçamentos.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Síntese da Providência Adotada			
A solicitação de Termos de Execução Descentralizadas (nova denominação para Termos de Parceria) junto ao MEC somente será feita e encaminhada pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN), sendo que a execução dos termos ficou a cargo da PROAD e a prestação de contas sob a responsabilidade da PROPLAN. Não haverá mais nenhum repasse de verbas a OSCIP's ou outras organizações não governamentais, toda a execução será feita diretamente pelo IFPR, terceirizando os serviços que forem possíveis.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Maior centralização e controle das ações de prestação de contas. Controle sobre a responsabilidade de duas Pró-Reitorias.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Rotina implantada sem maiores dificuldades.			

Quadro A.11.2.1.3 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	00190.035356/2011-35	2.1.1.12	Relatório de Demandas Externas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Deliberação			
Elaborar, dentro de 60 dias, plano de ação para aprimoramento dos controles internos administrativos sobre a produção de material didático para a Educação a Distância, definindo responsáveis, metas, prazos, descrições e orçamentos.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Síntese da Providência Adotada			
A ação adotada para efetivar o controle e distribuição dos livros, bem como todos os bens patrimoniais relacionados à diretoria de EaD para a Pró-Reitoria de Administração (PROAD), a qual se responsabilizará por todos os fluxos e procedimentos relacionados			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Maior centralização e controle sobre a produção e distribuição de livros.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As dificuldades diziam respeito ao controle implantado anteriormente, que eram pouco expressivos.			

Quadro A.11.2.1.4 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201315369	1.1.2.1	Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Deliberação			
Implantar Metodologia de desenvolvimento de software.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Tecnologia da Informação			104361
Síntese da Providência Adotada			
Implantação de metodologia de desenvolvimento de software.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A metodologia foi implantada, porém está na etapa inicial.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Quadro restrito de servidores.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201315369	1.1.2.1	Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Deliberação			
Adoção de transferência de tecnologia, ‘uma vez que o sistema EaD, era operado por empresa terceirizada, que não repassava os códigos fontes e atualizações à DTIC’.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Tecnologia da Informação			104361
Síntese da Providência Adotada			
A DTIC passou a gerir o software MIDAS (utilizado ainda pelo EaD em turmas remanescentes) e com o novo software (Karavellas) todos os desenvolvimentos estão sendo acompanhados pela diretoria.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Controle sobre os códigos fontes e as atualizações implementadas sob o comando da DTIC.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A maior dificuldade foi o fato de que a OSCIP que gerenciava o MIDAS não fornecia os códigos de atualizados do MIDAS à DTIC.			

Quadro A.11.2.1.6 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201315369	1.1.2.1	Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Deliberação			
Os controles internos adotados para a gestão de contratos de TI são insuficientes para garantir, com segurança razoável, a mensuração e o monitoramento dos serviços efetivamente prestados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Tecnologia da Informação			104361
Síntese da Providência Adotada			
No que concerne à gestão de contratos, a DTIC está cumprindo (parcialmente) as recomendações da IN 04/2014 SLTI.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Maior transparência nas contratações e controle nos contratos de TI.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro A.11.2.1.7 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201315369	1.1.2.1	Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Deliberação			
Instalação do sistema SIG, contemplando os módulos destinados a apoio administrativo.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Tecnologia da Informação			104361
Síntese da Providência Adotada			
Instalação e pleno funcionamento dos módulos destinados ao apoio administrativo (patrimônio, almoxarifado, contratos, licitações, RH e transportes).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Todos os módulos estão instalados. Alguns como o patrimônio e almoxarifado estão completamente desenvolvidos, outros estão em fase de desenvolvimento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A complexidade da tarefa faz com que cada peculiaridade do <i>software</i> tenha que ser pensada para atender às especificidades da instituição.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201315369	2.2.1.1	Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Deliberação			
A gestão de almoxarifado é uma área prejudicada pela falta de servidores, uma vez que um único servidor acumula as atribuições de gerir todos os bens móveis e imóveis do órgão, além de seu almoxarifado central, que atende às demandas da Reitoria e Pró-Reitorias.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			103612
Síntese da Providência Adotada			
Cadastramento de todos os materiais de consumo comprados atualmente e suas respectivas saídas no SIPAC.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Maior controle sobre os materiais			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Alguns materiais antigos permanecem fora do SIPAC, mas com o seu consumo, em breve serão extintos.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201315369	2.2.1.1	Relatório de Demandas Externas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Deliberação			
Cessão da Progressão por capacitação, aos servidores técnico administrativos, concedida de forma equivocada, pois os servidores migravam direto do nível 1 para o nível 4 na primeira progressão por capacitação)			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas			103613
Síntese da Providência Adotada			
Progressão passou a ser feita, aos técnico administrativos, conforme o tempo estabelecido: a cada dezoito meses, por nível de capacitação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Maior economia ao erário.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Como fatores positivos pode-se considerar a economia ao erário e o cumprimento da legislação. Como fator negativo teve-se a temerosidade dos servidores em ter que devolver os valores recebidos de boa-fé. Este fator já foi superado.			

Quadro A.11.2.1.10 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201407335	2.1.1.3 (3)	Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Deliberação			
Recomenda-se que o IFPR solicite a apresentação de projetos pelos docentes.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Síntese da Providência Adotada			
Solicitação passou a ser feita por todos os Câmpus.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Apresentação dos projetos dos docentes está sendo feita.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Projetos já eram apresentados anteriormente, porém na época da elaboração da S A, alguns Câmpus se equivocaram ao responder a solicitação.			

Quadro A.11.2.1.11 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201407335	2.1.1.6	Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Deliberação			
Regulamentar a contratação e gestão dos professores substitutos			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Síntese da Providência Adotada			
A norma regulamentadora do regime de trabalho (professor temporário, efetivo e substituto) é Resolução 02/2009 do IFPR. Os Câmpus pautam-se por esta Resolução para contratação e gestão do seu corpo docente.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os câmpus têm se conscientizado a respeito de otimizar a utilização de mão de obra docente			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Alguns Câmpus estão em fase inicial ou com dificuldades em alguns cursos, o que dificulta a aplicação integral da norma.			

Quadro A.11.2.1.12 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201407335	3.1.2.4	Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Deliberação			
Recomenda-se a realização de estudos no sentido de implantar uma política de valorização dos servidores.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Síntese da Providência Adotada			
O IFPR valoriza o esforço de seus servidores. A semana do servidor e outros eventos paralelos buscam a integração e a valorização profissional.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Melhor integração entre os servidores.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Muitas das políticas não são passíveis de mudanças, pois não estão nas mãos das autarquias, como, por exemplo, a política salarial que possui muita influência na autoestima dos profissionais.			

Quadro A.11.2.1.13 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201407335	3.1.2.6	Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Deliberação			
Recomenda-se que o IFPR promova a retificação das progressões indevidamente concedidas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Síntese da Providência Adotada			
Progressão passou a ser feita conforme o tempo estabelecido: a cada dezoito meses por nível de capacitação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Maior economia ao erário.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Como fatores positivos pode-se considerar a economia ao erário e o cumprimento da legislação. Como fator negativo houve temerosidade dos servidores em ter que devolver os valores recebidos de boa-fé. Este fator já fora superado. Houve ainda decisão judicial (liminar Nº 5034323-55.2014.404.7000/PR) ordenando a reversão das capacitações concedidas.			

Quadro A.11.2.1.14 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201407335	4.2.1.1 (1)	Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Deliberação			
Com a finalidade de aprimorar os controles administrativos, recomenda-se: 1) Utilização do módulo almoxarifado do SIPAC por todas as unidades do IFPR; 2) Realizar todas as transações relacionadas com almoxarifado - requisição de entrada e saída, registro de entrada e saída, identificando o responsável pela entrada e saída do material, controle patrimonial e financeiro, entre outros - no ambiente SIPAC; 3) Concluir o cadastro de todos os bens no SIPAC 4) Introduzir controles paralelos no almoxarifado como: fixa de prateleira e organização de materiais; 5) garantir segurança física do almoxarifado, evitando a existência de mais de um espaço físico de armazenamento, bem como, a entrada de pessoas no ambiente de almoxarifado, que deve ser rigorosamente controlada; 6) Realização de inventários periódicos (pelo menos 1 vez ao ano, para encerramento do exercício) do almoxarifado; 7) Apurar bens desaparecidos apontados pela AUDIN.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Síntese da Providência Adotada			
O almoxarifado já está sendo controlado pelo SIPAC			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Melhor controle dos recursos da instituição			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Alguns poucos materiais de consumo ainda têm controle paralelo, porém assim que forem consumidos ficará o controle total a cargo do SIPAC.			

Quadro A.11.2.1.15 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201407335	4.2.1.1 (3)	Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Deliberação			
<p>Inicialmente requisitar os livros conforme previsão de matrículas, distribuindo-os somente quando da requisição das unidades, havendo um responsável no EaD que controle as solicitações e sua razoabilidade. Elaborar teste de recebimento onde conste quantidade, tipo e recebedor/conferente, sendo tal formulário assinado e enviado ao controle do EaD, juntamente com documento de transporte. Quando do faturamento, o fiscal de contrato deve conferir notas, atestes e documento de transporte. Executar controles paralelos sobre a produção e distribuição. O fiscal de contrato deve ainda observar a qualidade e tempestividade do serviço, tendo acesso ao sistema de registro acadêmico para análises, e mantendo controle dos livros descartados.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Síntese da Providência Adotada			
<p>A ação adotada para efetivar o controle e distribuição dos livros, bem como todos os bens patrimoniais relacionados à diretoria de EaD para a Pró-Reitoria de Administração (PROAD), a qual se responsabilizará por todos os fluxos e procedimentos relacionados.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>Maior centralização e controle sobre a produção e distribuição de livros.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Os controles implantados anteriormente eram pouco expressivos.</p>			

Quadro A.11.2.1.16 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201407335	4.2.1.1 (4)	Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Deliberação			
Definir política acerca da revisão de livros em aspectos como: periodicidade, competência, seleção do atualizador etc.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Síntese da Providência Adotada			
Os livros somente são atualizados quando os cursos são remodelados, ainda assim a atualização é feita somente se houver necessidade, por iniciativa do coordenador de curso.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Melhor utilização do material visando sua utilização e menor dispêndio do erário.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Inexistência de controles anteriores			

11.2.2 Recomendações do Órgão de Controle Interno pendentes de atendimento ao final do exercício.

Há recomendações pendentes de atendimento no exercício de 2014. Todas estão em vias de solução.

Quadro A.11.2.2 – Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	00190.035356/2011-35	2.1.1.11	Relatório de Demandas Externas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Recomendação			
Emitir parecer conclusivo técnico/financeiro sobre o fato apontado, quando da análise das prestações de contas dos termos de compromissos celebrados com as OSCIPs IBEPOTEQ e ABDES, adotando, caso pertinente, as medidas administrativas necessárias para a perda da qualificação de OSCIP do IBEPOTEQ e da ABDES. Se a análise da prestação de contas já tenha sido feita e o fato apontado não tenha sido analisado, é necessário reabrir prestação de contas.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Justificativa para o seu não Cumprimento			
As medidas recomendadas estão sendo implementadas, sendo feitas comunicações às OSCIPs para que realizem sua prestação de contas. As ações estão em vias de abertura de tomada de contas especial			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Embora comunicadas, houve muita resistência (negação) por parte das OSCIP's em prestar contas.			

Quadro A.11.2.2.1 – Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201315369	1.1.2.1	Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Recomendação			
O planejamento das ações de TI ainda não inclui medidas de gestão de risco.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Tecnologia da Informação			104361
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Em setembro de 2014 a SLTI editou a IN04/2014 que contempla gestão de risco, portanto seria um retrabalho se adequar às regras anteriormente estabelecidas. Além disso, as medidas de gestão de riscos não foram contempladas no PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação) 2013/2014. Entretanto, serão prioridades para o documento válido para 2015/2016.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Estabelecimento de novas práticas com a edição da IN04 SLTI e não contemplação no planejamento de TI.			

Quadro A.11.2.2.2 – Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201315369	2.2.1.1	Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Recomendação			
A gestão de Patrimonial é de uma das áreas que mais vem sendo prejudicada pela falta de pessoal, uma vez que um único servidor acumula as atribuições de gerir todos os bens móveis e imóveis do órgão, além de seu almoxarifado central, que atende às demandas da Reitoria e Pró-Reitorias.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			103612
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A recomendação não foi cumprida (totalmente) em virtude da complexidade da tarefa. Cumpre dizer que cerca de 90% dos bens móveis estão inventariados. Com relação aos bens imóveis o IFPR instituiu comissão para analisar as condições de regularização para posterior cadastramento no SPIUnet.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O quadro de pessoal disponível para a tarefa era pequeno no início de 2014.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201315369	2.2.1.1	Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Recomendação			
<p>A unidade carece do estabelecimento de políticas de capacitação efetivas (As ações de capacitação vêm sendo estruturadas de maneira gradativa pela PROGEPE, mas são ainda numericamente tímidas e pontuais, em grande parte, devido à insuficiência de facilitadores internos e a dificuldade das áreas em liberar o pessoal para participar das capacitações, tendo em vista a carência de pessoal enfrentada por diversos setores do IFPR).</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas			103613
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>O IFPR apresenta alguns gargalos para implantação de uma política consistente de capacitação, pode-se citar: a ausência de servidores para operacionalização dos eventos de capacitação; falta de espaço físico adequado para atender um número maior de servidores; desarticulação das unidades em suas demandas; ausência de informatização para gestão de recursos; entre outros.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>As políticas de capacitação no IFPR são ainda tímidas, no entanto em 2014 foram capacitados 498 servidores. Além destes, foram utilizados facilitadores internos, os quais capacitaram 401 servidores. Foram também selecionados para pós-graduação (afastamentos) 31 servidores, demonstrando o esforço da gestão em construir uma política de capacitação.</p>			

Quadro A.11.2.2.4 – Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201315369	2.2.1.1	Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Recomendação			
As áreas de Gestão de Compras e Contratos e Gestão de Transportes não dispõem de quadro completo de pessoal que suporte toda a demanda de trabalho existente.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			103612
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A expansão do IFPR faz com que muitos sejam nomeados para diversas áreas e a distribuição equitativa de recursos humanos faz com que a PROAD receba, muitas vezes, uma quantidade menor do que o necessário para suprir suas necessidades.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Em 2014 pode-se dizer que o quadro melhorou em relação aos outros anos. O setor de Compras e Licitações recebeu 4 servidores, para atuar nas áreas de logísticas e serviços gerais. O setor de Contratos e Atas de Registro de Preços recebeu 2 servidores.			

Quadro A.11.2.2.5 – Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201315369	2.2.1.1	Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Recomendação			
A Auditoria interna não consegue ampliar o escopo de seus trabalhos com o quantitativo de pessoal disponível.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas			103613
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Concurso público para vaga de auditor.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Já em 2014, ocorreu um aumento de 25% do número de auditores em referência a 2013; também foi realizado concurso em dezembro de 2014 e há previsão para AUDIN expandir o seu quadro de pessoal (chamando dois auditores) ainda no primeiro semestre de 2015. Apesar do aumento e reposição no número de auditores, esse número ainda é insuficiente para atender todas as demandas do IFPR.			

Quadro A.11.2.2.6 – Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201315369	2.2.1.1.2	Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Recomendação			
<p>2. Avaliação de Risco – Há uma busca de ferramentas e já são tangíveis no âmbito do IFPR, mecanismos sistematizados aptos a identificar as fragilidades e potenciais riscos no desempenho de sua missão institucional. Há um norte para a prática na Unidade do mapeamento dos processos críticos e o diagnóstico de riscos.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional			103611
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendação em desenvolvimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Em 2012 o IFPR entendeu ser necessário o investimento em um sistema que pudesse disponibilizar de maneira rápida e precisa todas as informações sobre os servidores, cursos ofertados e alunos. Foi adquirido o sistema SIG, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o qual contempla 05 (cinco) subsistemas totalmente integralizados: gestão de pessoas (SIGRH), gestão acadêmica (SIGAA), gestão administrativa (SIPAC), gestão de planejamento e projetos (SIGPP), gestão eletrônica de documentos (SIGED).</p>			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Atualmente o IFPR implantou o módulo SIPAC e está na fase de desenvolvimento dos módulos SIGAA e SIGRH e em fase inicial da migração de todos os dados dos sistemas vigentes, com previsão de término até o final do ano de 2016.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Antes mesmo da conclusão da implantação de todos os módulos, será possível a instituição obter informações atualizadas e precisas a respeito de servidores, alunos e cursos. Paralelo ao desenvolvimento do sistema SIG está sendo trabalhada uma ferramenta de gestão que possibilitará a extração de dados dos sistemas SIG e possibilitará aos gestores do IFPR a obtenção de informações em tempo real para a tomada de decisões. Também será possível com essa ferramenta a disponibilização de todos os tipos de indicadores, que serão construídos e demandados pelos gestores da instituição. Em março de 2015, após a implantação da maioria dos módulos do Sistema SIG, será constituída uma Comissão de Construção de Indicadores, que será composta por representantes das áreas de planejamento, ensino, pesquisa, extensão e de gestão de pessoas do IFPR. Essa comissão irá, diante das informações disponíveis, sugerir e definir todos os indicadores que se fizerem necessários, além de multiplicar a cultura do uso de indicadores dentro de suas respectivas áreas e na instituição como um todo. Assim, a gestão do IFPR terá a condição e aptidão para a realização de uma tarefa, alcançará os seus objetivos e aumentará consideravelmente a possibilidade do sucesso na prática do que é feito, atingindo indicadores satisfatórios de eficiência, eficácia e efetividade. Em Janeiro de 2015 foi criada, dentro do organograma do IFPR, a Coordenação de Projetos Organizacionais e Indicadores, a qual atuará no monitoramento, análise e tratamento de indicadores de ensino, extensão, pesquisa e inovação, contribuindo para que a instituição tenha melhores condições para tomada de decisões. O coordenador responsável já foi designado conforme a Portaria do IFPR Nº 532 de 22 de Janeiro de 2015.

Quadro A.11.2.2.7 – Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201407335	2.1.1.3 (1)	Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se a emissão de normativos complementares, no intuito de esclarecer os critérios de distribuição das cargas horas não utilizadas para pesquisa e extensão entre aula, apoio e manutenção de ensino (pouca clareza na Resolução 02/2009)			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A modificação da Resolução 02/09 é algo pertinente na Instituição, porém sua atualização ou normativos complementares necessita de uma ampla discussão no meio acadêmico e a sua implantação não depende apenas do gestor da instituição, mas sim do Conselho Superior. Recomendação está em fase de cumprimento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Discussão acadêmica e avaliação por parte do CONSUP (Conselho Superior).			

Quadro A.11.2.2.8 – Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201407335	2.1.1.3 (2)	Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se que o IFPR desenvolva indicadores relacionados com a intensidade de aproveitamento dos docentes em atividade de pesquisa e extensão, no intuito de acompanhar e monitorar a evolução deste indicador à medida que a instituição se consolida.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O desenvolvimento de indicadores encontra barreiras na Resolução 02/2009 que não deixa claros os limites mínimo e máximo em todas as atribuições docentes (ensino, pesquisa, extensão, e em alguns casos, de funções administrativas). Além disso, o IFPR é uma instituição recente, ainda com seus controles (inclusive sistemas) em implantação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Falta de clareza nas normas internas e controles internos em implantação			

Quadro A.11.2.2.9 – Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201407335	2.1.1.5 (1)	Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Recomendação			
Insuficiência de cursos de licenciatura (a Lei nº 11.892/2008 prevê que, ao menos 20% das vagas anuais do IFPR deverão ser reservadas para cursos de licenciatura, bem como programas especiais para formação pedagógicas, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, além da educação profissional.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A abertura de cursos de licenciatura exige uma série de medidas, entre as quais: contratação de professores, estrutura física, laboratórios, etc. No entanto, o IFPR está trabalhando de forma a aproveitar as sinergias com outros cursos, a fim de ofertar mais vagas de licenciaturas. Em 2015 serão abertos cinco cursos, sendo um em cada cidade, Ivaiporã, Londrina e Assis Chateaubriand, Jacarezinho e Umuarama. Aliado a isso, os câmpus possuem ato de criação próprios e em datas diferentes, conforme consta no link http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/06/Estatuto-consolidado-atualiza%C3%A7%C3%A3o-06.02.2015.pdf , e faz-se necessário observar por uma ótica individualizada			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Montagem de estruturas de laboratório, contratações de docentes, discussões de políticas pedagógicas e estudos do arranjos produtivos locais fazem parte do processo de abertura de novos cursos. Etapas essas, que não podem ser suprimidas, demandando tempo de estudo para a montagem dos cursos.			

Quadro A.11.2.2.10 – Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201407335	2.1.1.7 (1)	Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se que o IFPR desenvolva indicadores relacionados com a medição do quantitativo aluno/docente, no intuito de acompanhar e monitorar a evolução deste indicador à medida que a instituição se consolida.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O funcionamento de sistemas(<i>desde 2014</i>) e das secretarias acadêmicas(<i>desde 2008</i>), (que alimentam os sistemas com os dados dos alunos) são etapas que estão sendo cumpridas para consolidação dos índices. Recomenda-se a capacitação e ampla conscientização dos responsáveis(secretarias acadêmicas) pela alimentação fidedigna dos sistemas.			

Quadro A.11.2.2.11 – Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201407335	2.1.1.7 (2)	Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se que o IFPR avalie as causas da elevada evasão dos alunos, seja por meio da atuação da CPA ou outra instância competente. Os indicadores até então levantados demonstram que a principal causa é a baixa procura dos cursos ofertados, demonstrando necessidade do IFPR em aprimorar a oferta.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O funcionamento de sistemas(<i>desde 2014</i>) e das secretarias acadêmicas(<i>desde 2008</i>), (que alimentam os sistemas com os dados dos alunos) são etapas que estão sendo cumpridas para consolidação dos índices. Recomenda-se a capacitação e ampla conscientização dos responsáveis(secretarias acadêmicas) pela alimentação fidedigna dos sistemas.			

Quadro A.11.2.2.12 – Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201407335	3.1.2.2	Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se a realização de estudos no sentido de implantar uma metodologia de avaliação de desempenho quantitativo/qualitativo dos serviços prestados pelos servidores.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O IFPR vem trabalhando para completar o seu quadro funcional. Em virtude das dificuldades e de áreas vitais como patrimônio, almoxarifado, entre outras áreas emergenciais a questão do planejamento (inclusive a construção de índices neste sentido) tem sido feitas paulatinamente.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Dificuldades na área de pessoal (quantitativo) para desenvolver tais indicadores			

Quadro A.11.2.2.13 – Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201407335	3.1.2.3 (1)	Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se a elaboração de objetivos e metas. Devido ao seu macro contexto, entende-se que os objetivos podem ser atribuídos em nível de câmpus. Por sua vez, as metas poderão ser segmentadas em nível de setor/divisão. Em nível individual, usualmente a avaliação é realizada pela chefia imediata, baseando-se nos parâmetros pré-definidos.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O IFPR vem desenvolvendo estratégias que possam definir o papel dos câmpus e comprometer os diversos setores do IFPR com os seus resultados.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Como fator positivo pode-se citar a elaboração do Manual de Competência que define o papel de todos na instituição. Houve também a elaboração do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional). O PDI 2014/2018 é um instrumento de gestão que norteia a Instituição no que diz respeito a sua filosofia de trabalho, a missão a que se propõe, seus objetivos estratégicos e as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações			

Quadro A.11.2.2.14 – Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201407335	3.1.2.3 (2)	Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se a implantação de indicadores de RH e a emissão de relatórios gerenciais periódicos no intuito de monitorar e acompanhar a evolução			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A dificuldade em gerar relatórios gerenciais se dá, em grande parte, devido à precária geração de dados (confiáveis) e o não estabelecimento de objetivos e metas bem definidos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Em 2014 houve o lançamento do manual de competência e muitos dos sistemas do IFPR que foram implantados estão efetivamente sendo utilizados, gerando dados e informações a respeito da instituição.			

Quadro A.11.2.2.15 – Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201407335	3.1.2.3 (3)	Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se a implantação de indicadores de um sistema informatizado para coleta, registro e compilação de dados relacionados à gestão de RH.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Há grande dificuldade na implantação dos módulos SIPAC, dentre os quais o RH, devido à carência de servidores. Outros módulos prioritários, como almoxarifado e patrimônio, já estão funcionando e o módulo RH é uma das prioridades na sequência do trabalho.			

Quadro A.11.2.2.16 – Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201407335	4.1.1.1	Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Recomendação			
Providenciar o registro de todos os imóveis no SPIUnet; - realizar inventário anual dos bens imóveis; e - atualizar os valores dos imóveis no SPIUnet			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O setor sofre grande carência de pessoal. No entanto, em 2014 a reitoria do IFPR instituiu comissão para analisar as condições de regularização para posterior cadastramento no SPIUnet de todos os imóveis pertencentes à Instituição. Os trabalhos estão em andamento, faltando apenas dois câmpus que ainda não cadastraram seus imóveis.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Carência de pessoal.			

Quadro A.11.2.2.17 – Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201407335	4.2.1.1 (1)	Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Recomendação			
Bens móveis de natureza permanente: 1) Utilização do módulo bens móveis do SIPAC por todas as unidades do IFPR; 2) realizar as transações relacionadas com bens móveis.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A recomendação não foi cumprida (totalmente) em virtude da complexidade da tarefa. Cumpre dizer que cerca de 90% dos bens móveis estão inventariados, faltando apenas inventariar uma pequena parcela dos bens para o módulo SIPAC ser utilizado plenamente pela totalidade do IFPR.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Complexidade da tarefa, falta de pessoal e resistência de algumas unidades em participar do inventário.			

Quadro A.11.2.2.18 – Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201407335	4.2.1.1 (2)	Auditoria Anual de Contas
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Descrição da Recomendação			
Utilizar o SIPAC nas movimentações de bens móveis, implantando ainda controles paralelos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ			49103
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A recomendação não foi cumprida (totalmente) em virtude da complexidade da tarefa. Cumpre dizer que cerca de 90% dos bens móveis estão inventariados, faltando apenas inventariar uma pequena parcela dos bens para o módulo SIPAC ser utilizado pela totalidade do IFPR, inclusive em todas as transferências de bens móveis. Os controles paralelos estão sendo implantados a critério dos câmpus.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Complexidade da tarefa, falta de pessoal e resistência de algumas unidades em participar do inventário.			

11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

11.3.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela lei 8730/93

De acordo com a Lei nº 8.730/93 é obrigatória a apresentação de declaração de bens, com indicação de fontes de renda, no momento da posse ou, inexistindo esta, na entrada em exercício de cargo, emprego ou função, bem como no final de cada exercício financeiro, no término da gestão ou mandato e nas hipóteses de exoneração, renúncia ou afastamento definitivo, por parte das autoridades e servidores públicos adiante indicados:

Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	392	295	
	Entregaram a DBR	392	295	
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: PROGEPE

11.3.2 Situação do cumprimento das obrigações

A unidade jurisdicionada incumbida de gerenciar a recepção da DBR é Diretoria de Administração de Pessoas da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

O Controle para os ocupantes de função é feito através de planilha eletrônica, já para os novos servidores que ingressam no órgão é obrigatória a entrega no momento da posse.

Os ocupantes de função em sua grande maioria optam por entregar a autorização de acesso. Os que entregam as informações do IR têm que atualizar a declaração anualmente. Ambos são entregues em papel. O acesso é feito apenas pela CGU quando se fizer necessário. Portanto, não é feita análise pela UJ.

Para os ocupantes de função e para servidores ingressantes no IFPR a guarda é feita juntamente com o processo de nomeação junto da pasta funcional do servidor.

11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Abaixo está a relação dos casos apurados de dano ao erário no IFPR.

Quadro A.11.4 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
Processo nº 23413.000471/2014-75	R\$ 459,00			Sim				Não

Todos os danos causados ao IFPR são encaminhados para apuração através da secretaria de procedimentos disciplinares (PROGEPE) e em situações específicas é solicitado apoio aos órgãos públicos para auxiliar na apuração.

11.5 Alimentação SIASG E SICONV

Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Lara Cristiane dos Santos, CPF nº 069.938.838-48, Diretora de Contabilidade, Orçamento e Finanças, exercido na Pró-Reitoria de Administração, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Curitiba, 31 de dezembro de 2014.

Lara Cristiane dos Santos
069.938.838-14
Diretora de Contabilidade, Orçamento e Finanças

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Durante o ano de 2014, apesar do grande esforço, não foi possível adotar os critérios e procedimentos estabelecidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), em especial as NBC T 16.9 e NBC T 16.10, as quais tratam respectivamente de Depreciação, Amortização, Exaustão e Avaliação e mensuração de ativos e passivos pelas entidades públicas.

É preciso contextualizar a situação do Instituto Federal do Paraná (IFPR) para que se compreenda o retardamento na adoção das novas NBCASP.

Dando prosseguimento às ações institucionais desde sua criação no ano de 2009, no início do exercício de 2014, um grande contingente de novos servidores Técnicos Administrativos em Educação (TAEs), das mais variadas áreas de conhecimento, dentre os quais Contadores e Técnicos em Contabilidade, foram contratados por concurso público com o intuito de estruturar os departamentos administrativos da Reitoria (Diretoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças- DCOF) e dos câmpus distribuídos pelo estado do Paraná, mais precisamente 14 (Quatorze) unidades.

Somente no segundo semestre, de acordo com o plano de capacitação elaborado pela DCOF e tornado público no sítio eletrônico do IFPR (<http://reitoria.ifpr.edu.br/menu-institucional/pro-reitorias/PROAD/PROAD-dcof/plano-de-capacitacao/capacitacao-2014>), viabilizou-se o ciclo de capacitação destes novos servidores para a execução orçamentária, financeira e patrimonial de suas próprias unidades, bem como para implantação das práticas contábeis decorrentes das mudanças conceituais com a adoção das novas NBCASP. Este ciclo de capacitação dos novos servidores concluiu-se somente no segundo semestre de 2014, mais precisamente na primeira quinzena do mês de Dezembro.

Mesmo estando em plena execução o referido ciclo de capacitação, no terceiro trimestre o IFPR, por meio da DCOF, iniciou a elaboração das normas atinentes aos procedimentos internos para reconhecimento das práticas contábeis que impactará diretamente os registros contábeis e redundará na melhoria de evidenciação das demonstrações contábeis no exercício de 2015. Estas normas buscam atender aos conceitos e princípios contemplados nas NBCASP.

Dentre estas normas, foi instituído o Inventário 2014 dos bens móveis, cuja comissão central foi instituída pela portaria nº 765 de 19 de Maio de 2014 (substituída pela nº 997 de 23 de junho de 2014) e o levantamento da situação dos bens imóveis, bem como seus registros no SPIUnet, com reflexos contábeis no SIAFI, sendo a comissão de trabalho instituída pela portaria nº 1688 de 02 de Dezembro de 2014, alterada pela de nº 1783 de 15 de Dezembro de 2014.

Estes instrumentos foram convertidos em práticas efetivas como a contagem física dos bens móveis pelos câmpus e Reitoria, por comissões locais devidamente designadas por portarias, cujos trabalhos ao longo de 2014 foram executados em fases distintas, culminando no Relatório Final do Ilmo. Sr. Carlos Eduardo Fonini Zanatta – Diretor de Administração, o qual tem sob sua jurisdição a Coordenação de Almoxarifado e Controle Patrimonial – CACP.

Este relatório (parte integrante do processo administrativo nº 23411.003103/2014-07) foi devidamente protocolado e entregue ao Magnífico Reitor ainda no mês de Dezembro de 2014.

Os trabalhos das comissões na realização do inventário dos bens móveis foram norteados pelo instrumento normativo denominado Manual de Inventário e Avaliação do Exercício 2014 e encaminhados

aos membros das respectivas comissões no dia 15 de maio de 2014. Este manual foi objeto de alterações e aprovado pela Deliberação/PROAD nº 001/2014.

Portanto, no início do exercício 2015 serão iniciadas as transferências parciais dos bens móveis às unidades gestoras dos câmpus (os quais foram adquiridos pela Unidade Gestora da Reitoria) já ajustados no sistema institucional – SIPAC –, sendo acompanhadas pelas orientações da Coordenação de Contabilidade (Setorial Contábil) quanto ao registro da depreciação correspondente.

Este procedimento tem por objetivo o reconhecimento contábil pelos próprios câmpus de todos os bens móveis, os quais detêm a posse, risco, benefício e controle.

Quanto ao levantamento dos imóveis, os trabalhos tiveram início no dia 10 de dezembro de 2014, e se pautou pelo diagnóstico da atual situação dos imóveis no que tange ao suporte documental, averbação de área, benfeitorias e, por fim, a situação cadastral perante o sistema institucional de controle de patrimônio da união denominado SPIUnet.

No dia 23 de dezembro de 2014 foi entregue ao Magnífico Reitor o documento “RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO DA ATUAL SITUAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DESTE ÓRGÃO” (parte integrante do processo administrativo nº 23411.006167/2014-51), contemplando a pauta de direcionamento dos trabalhos conforme mencionado no parágrafo anterior.

No dia 09 de janeiro de 2015, por despacho do Gabinete do Magnífico Reitor, conforme o artigo 2º da Portaria nº 1688/2014, ficou estabelecido cronograma para prosseguimento dos trabalhos nos seguintes termos:

Até o dia 20 de fevereiro de 2015, entrega do relatório das seguintes ações conforme o primeiro relatório apresentado:

1. Avaliação do terreno pelo índice fiscal do município e na sua ausência pelo IPCA ou IPCA-E (IBGE);
2. Dados e Avaliação da benfeitoria;
3. Cadastro no SPIUnet dos dados da benfeitoria e sua atualização, bem como do terreno;
4. Confrontação (análise da consistência dos dados) do SPIUnet integrados ao SIAFI;
5. Solicitação da posição e a documentação ao Núcleo de Apoio à Infraestrutura (NAI) para regularização do imóvel, tais como: alvará da obra e Habite-se;
6. Entrega da documentação pelo NAI;
7. Cadastro em planilha dos dados levantados;
8. Solicitar aos diretores de câmpus a regularização para averbação do imóvel após a documentação entregue pelo NAI /PROAD.

Todas essas ações ocorrerão durante o exercício de 2015, em relação aos bens móveis ainda pendentes de ajustes no sistema institucional – SIPAC – serão transferidos para as unidades gestoras dos câmpus e, ainda, no âmbito de controle dos bens imóveis, será aperfeiçoado o registro no SPIUnet quanto às benfeitorias e melhorias ainda em fase de regularização.

Será também objeto de aperfeiçoamento dos registros contábeis o reconhecimento das receitas próprias, com o acompanhamento dos contratos (convênios) que dão suporte aos recebíveis, além, do acompanhamento e reconhecimento dos passivos, judiciais e extrajudiciais, para que a contabilidade reflita a situação patrimonial da Instituição com maior fidedignidade e transparência.

12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

O IFPR no atual momento não possui devidamente estruturado um sistema de apuração de custos dos programas e das unidades administrativas.

12.3 Conformidade Contábil

Conforme disposto no Manual de Competência do IFPR (página 72), compete à Coordenação de Contabilidade – CCONT/DCOF a Conformidade Contábil de Órgão e de Unidade Gestora do IFPR, bem como orientar as unidades executoras quanto ao registro e regularização de inconsistências apuradas em sua conformidade.

O processo de verificação da conformidade contábil no âmbito das unidades executoras é realizado pela CCONT/DCOF por acompanhamento diário com utilização dos instrumentos disponibilizados no sistema SIAFI, solicitação de informações à unidade jurisdicionada por canais de comunicação institucional (e-mail, memorandos e despachos eletrônicos).

Neste processo, a CCONT/DCOF se reporta às unidades contatando sua respectiva Coordenação Contábil, Financeira e Orçamentária. As orientações técnicas são disponibilizadas pelos canais já mencionados e também pelo informativo COMUNICA no âmbito do sistema SIAFI.

Na Reitoria e nas unidades jurisdicionadas, a conformidade contábil é de exclusiva responsabilidade do Contador ou do Técnico em Contabilidade, conforme disposto na macrofunção 02.03.15 em seu item 3.3.1. Por ser de competência exclusiva, no âmbito do IFPR se busca, na medida do possível atender ao princípio da segregação de função.

A Tabela 1 abaixo apresenta todas as ocorrências apresentadas durante o exercício de 2014. A tabela 2 apresenta o total por classificação destas mesmas ocorrências, sendo em sua maioria aquelas classificadas como “ALERTAS”, em um total de 37 (Trinta e sete) e 14(quatorze) “RESSALVAS”.

Grande parte das ocorrências não sanadas diz respeito somente àquelas relativas aos alertas, as quais estão relacionadas às Obrigações a Recolher (0096) relativas a tributos cujo fato gerador para pagamento coincidiu com o período de encerramento de exercício. Apenas o alerta 0058 (Bens em trânsito) não foi tempestivamente sanado no exercício pela unidade gestora (a ocorrência foi detectada em dezembro), sendo postergada sua regularização para a competência janeiro/2015.

Tabela 1

DETALHAMENTO DE OCORRÊNCIAS POR UNIDADE GESTORA										
154671	OCORR	154272	OCORR	154673	OCORR	154674	OCORR	154675	OCORR	
ASSIS CHAT		C.LARGO		CASCAVEL		IRATI		IVAIPORÃ		
OUT	0096	SET	0096	NOV	0096	NOV	0096	NOV	0096	
NOV	0096	OUT	0096		0210		0210		0210	0210
	0210	NOV	0210							
154676	OCORR	154699	OCORR	158395	OCORR	158396	OCORR	158397	OCORR	
PALMAS		LONDRINA		CURITIBA		FOZ IGUACU		PARANAGUÁ		
NOV	0210	OUT	0096	OUT	0096	ABR	0096	JAN	0147	
		NOV	0096	NOV	0096	MAI	0096	MAR	0096	
			0210		0210		AGO	0096		
		DEZ	0096	AGO	0096	NOV	0096	NOV	0210	
158398	OCORR	158399	OCORR	158400	OCORR	158402	OCORR			
PARANAÍ		TEL.BORBA		JACAREZ		UMUARAMA				
MAR	0096	OUT	0096	OUT	0096	MAR	0096			
MAI	0096	NOV	0096	NOV	0096	ABR	0096			
AGO	0096		0210		0210	MAI	0096			
SET	0096						0096			
OUT	0096					NOV	0210			
NOV	0096					DEZ	0096			
	0096									
NOV	0210									
DEZ	0096									

Tabela 2

TOTAL DE OCORRÊNCIAS EXERCÍCIOS 2014			
CÓDIGO	OCORRÊNCIAS	CLASSIFICAÇÃO	
0096	Obrigações a Recolher	Alerta	36
0058	Bens em Trânsito	Alerta	1
0210	Empenhos Indicados RP X Empenhos a Liquidar	Ressalva	13
0147	Controle Valores Liquidados X Passivo Financeiro	Ressalva	1
TOTAL			51

12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

12.4.1 Declaração Plena

Quadro A.12.4.1 – Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ		158009	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2014, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante à:</p> <p>a) Falta de registro de Depreciação de Bens do Ativo Permanente, por não constar registros históricos das aquisições que permitam a correta identificação, mensuração e apuração do desgaste ou obsolescência ocorrida no período;</p> <p>b) Falta de registro de reconhecimento de ativos e passivos contingentes em contas de controle pela ausência de normatização de fluxos internos de informação da instituição.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	CURITIBA	Data	30/01/2015
Contador Responsável	REGINALDO BARBOZA DA SILVA	CRC nº	PR-045151/O-5

12.4.2 Declaração com Ressalva

Não se aplica à UJ.

12.5 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Não se aplica à UJ.

12.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Não se aplica à UJ.

12.7 Composição Acionária das Empresas Estatais

Não se aplica à UJ.

12.7.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

Não se aplica à UJ.

12.7.2 Composição Acionária da UJ como Investidora

Não se aplica à UJ.

12.8 Relatório de Auditoria Independente

Não se aplica à UJ.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

Não houve informações adicionais relevantes na UJ.

13.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Não houve informações adicionais relevantes na UJ.

65 INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFETS)

65.1 Indicadores de Gestão das IFET nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005

O Acórdão TCU nº 2.267/2005 determinou que a partir do exercício de 2005 as Instituições Federais de Educação Tecnológica informassem nos seus relatórios de gestão um conjunto de indicadores de gestão que possibilitasse a avaliação dessas instituições. Para efeito desse Acórdão, o IFPR apresenta no quadro abaixo o resultado dos indicadores, considerando-se o exercício de referência do Relatório de Gestão e os quatro (4) exercícios imediatamente anteriores.

Quadro B.65.1 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2014	2013	2012	2011	2010
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	Candidatos/vagas	3,17	2,30	2,44	4,59	2,93
	Relação Ingressos/Aluno	Ingressantes/total matriculado	24,71%	15,55	19,20	70,10	84,20
	Relação Concluintes/Aluno	Concluídos e integralizados fase escolar/total matriculado	8,89%	13,64	17,50	19,20	8,18
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	Concluídos e integralizados fase escolar/matriculados finalizado	53,04%	62,22	53,00	62,17	9,71
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Total de retidos/total matriculado	64,07%	51,90	42,30	37,01	0,43
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	Alunos/docentes tempo integral	31,22	63,93	89,15	22,14	18,57
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	Total de gastos/total de alunos	R\$7.844,55	R\$3.263,82	R\$2.120,81	R\$5.022,17	R\$9.716,02
	Percentual de Gastos com Pessoal	Total de gastos/gastos com pessoal	52,08%	46,93	43,92	46,25	34,85
	Percentual de Gastos com outros Custeios	Total de gastos/gastos com outros custeios	17,90%	23,43	26,05	25,35	35,17
	Percentual de Gastos com Investimentos	Total de gastos/gastos com investimento	26,44%	26,08	26,80	27,62	29,98
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	*	*	*	*	*	
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	Total de docentes/titulação	3,81	3,72	3,63	3,40	*

* A quantidade de matrículas por faixa de renda familiar *per capita* não foi calculada pela SETEC

65.1.1 Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão das IFET

Inicialmente faz-se necessário destacar que os indicadores estão intrinsecamente relacionados ao contexto organizacional vivenciado pela instituição desde o processo de criação do Instituto Federal do Paraná, com a promulgação da lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Desde então, tem sido um intenso aprendizado marcado pela organização interna da instituição, o fortalecimento da identidade, a criação de novos Câmpus por meio dos planos de Expansão e ampliação do número de alunos e servidores. Nesse contexto, a adoção de indicadores enquanto instrumento de gestão é essencial para a melhoria da eficiência, eficácia e efetividade da instituição e alcance das suas finalidades e metas. Elas possibilitam identificar avanços, melhorias de qualidade, correção de problemas, necessidades de mudanças, entre outros. Além disso, fornecem subsídios aos gestores e dirigentes no processo de decisão e proposição de políticas, programas, projetos e ações. O Instituto Federal do Paraná considerou os indicadores enviados, os quais agrupam todos os ciclos de matrícula, tanto da modalidade presencial quanto EaD.

Em relação ao índice de retenção do fluxo escolar que na gestão acadêmica compreende duas variáveis: reprovação e trancamento. Em 2014 este indicador apresentou elevação.

Em relação aos gastos correntes por aluno, estes indicam o total de gastos da instituição com cada aluno atendido. Este custo está diretamente relacionado à implantação dos novos Câmpus, reestruturação dos Câmpus existentes, bem como ao fato de que os novos câmpus ainda não atingiram a capacidade total de funcionamento, com relação às ofertas educacionais.

Em relação ao percentual de gastos com pessoal, o percentual apresentou elevação em relação aos anos anteriores em decorrência da contratação de novos servidores, além das progressões vertical/horizontal(técnicos e docentes), RT e RSC(docente), qualificação(técnicos e docentes) e reenquadramentos.

Em relação ao percentual de gastos com outros custeios, o mesmo considera os gastos totais (despesas liquidadas e restos a pagar não processados pagos de todos os grupos de despesa, exceto a ação 20RW), gastos com pessoal, gastos com investimentos, gastos com inversões financeiras, gastos com benefícios e gastos com PIS/PASEP.

Em relação ao percentual de gastos com investimentos o mesmo refere-se a despesas liquidadas e restos a pagar não processados pagos do grupo de investimentos.

Em relação ao índice de titulação do corpo docente esse indicador permite quantificar a qualificação dos docentes. Em 2014 este índice aumentou pela provável elevação do nível de formação dos docentes quando do ingresso na instituição e por qualificações de mestrado e doutorado.

65.2 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Não se aplica à UJ.